

FADISP
FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE DIREITO**

FADISP
FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO

Recredenciamento pela Portaria MEC Nº. 1.211, de 26 de outubro de 2016

Publicada no Diário Oficial da União Nº 208, Seção I, de 28/10/2016, pág. 24

Projeto Pedagógico do Curso de Direito da
Faculdade Autônoma de Direito - FADISP

BACHARELADO EM DIREITO
CAMPUS PINHEIROS – SÃO PAULO

São Paulo

2023

Faculdade Autônoma de Direito - FADISP

Nelson de Carvalho Filho

Diretor Superintendente da Faculdade Autônoma de Direito

Thiago Lopes Matsushita

Diretor Acadêmico da Faculdade Autônoma de Direito

Lauro Ishikawa

Coordenador do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Autônoma de Direito

André Ramos Tavares

Coordenador Titular da Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado e Doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito

Renato Gugliano Herani

Coordenador Adjunto da Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado e Doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito

Júlio César de Oliveira Vellozo

Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Faculdade Autônoma de Direito

Márcia Correia da Silva

Procuradora Institucional

Gerente de Secretaria de Graduação, Pós-Graduação e Extensão

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	7
2 DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	9
2.1 Mantenedora: denominação e localização	9
2.2 Mantida: denominação e localização	9
2.3 Credenciamento da Instituição.....	9
2.4 Quadro dirigente da Mantenedora.....	10
2.5 Quadro dirigente da Mantida	10
3 DADOS DO CURSO	11
4 HISTÓRICO, PERFIL E MISSÃO	11
4.1 Da Mantenedora.....	11
4.2 Da Mantida.....	13
5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CURSO.....	14
5.1 Valores	14
5.2 Missões institucionais	14
5.3 Planejamento econômico-financeiro.....	17
6 CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEPÇÃO DO CURSO.....	18
6.1 Justificativa pela inserção geográfica e socioeconômica do Curso	18
6.2 Objetivos gerais e específicos do Curso	19
6.3 Perfil Discente.....	21
6.4 Competências e habilidades	22
6.5 Perfil do Egresso	23
6.6 Condições objetivas de oferta e a vocação do curso.....	26
7 ESTRUTURA CURRICULAR, NÚCLEOS DE FORMAÇÃO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES, DE EXTENSÃO E DE INICIAÇÃO À PESQUISA	27
7.1 Orientação geral para os componentes curriculares básicos ofertados para formação teórica, profissional e prática	27
7.2 Núcleos dos componentes básicos de formação	28
7.3 Matriz curricular	33
7.4 Metodologias de Ensino.....	33
7.5 Novos tempos da Educação	37
7.6 Tratamento transversal do conteúdo acadêmico	41
7.6.1 Interdisciplinaridade	42
7.6.2 Flexibilidade	43
7.6.3 Políticas Institucionais de Direitos Humanos	44
7.6.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	45
7.7 Articulação da autoavaliação do curso com autoavaliação institucional.....	46
7.8 Processo de <i>Performance</i> do Ensino e da Aprendizagem	48
7.9 Avaliação do desempenho acadêmico	49
8 NÚCLEOS DE FORMAÇÃO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES, DE EXTENSÃO E DE INICIAÇÃO À PESQUISA.....	50

8.1	Núcleo de Práticas Jurídicas	50
8.1.1	Prática Jurídica: Atividades Simuladas.....	51
8.1.2	nova demanda do “Programa Justiça 4.0”: preparando os estudantes para as condições atuais e os desafios futuros das atividades jurídicas.....	52
8.1.3	Prática Jurídica: Atividades Reais	54
8.1.4	Estágio Supervisionado não obrigatório	54
8.1.5	Disciplinas Práticas	56
8.2	Núcleo de Pesquisa - NUPES	57
8.3	Núcleo de Educação Inclusiva - NEI	58
8.3.1	Nivelamento	61
8.4	Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP	62
8.4.1	Monitoria	63
8.5	Tutoria docente	64
8.6	Estratégias de internacionalização	65
8.6.1	Universidade de Salamanca, Espanha	66
8.6.2	Univesidade de Valladolid, Espanha	67
8.6.3	Universidade de Siena – Summer School.....	68
8.6.4	Línguas instrumentais	68
8.7	Sistemas de integração e suas metodologias ativas	69
8.7.1	Integração entre teoria e prática.....	69
8.7.2	Integração entre graduação e pós-graduação	73
8.7.3	Integração das atividades de ensino do Curso com as atividades de extensão e de iniciação à pesquisa	79
8.8	Atividades Complementares: concepção e composição	81
8.9	Inclusão do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC	86
8.10	Extensão Universitária	87
8.10.1	Extensão Universitária em Direito Digital e Comunicação.....	89
8.10.2	Extensão Universitária “Projeto Café Literário” e “Direito e Cinema”.	89
8.11	Apoio acadêmico aos Alunos.....	90
8.11.1	Central de Atendimento ao Aluno.	90
8.11.2	Coordenações e Docentes	90
8.11.3	Acesso a programas de financiamento.....	91
8.11.4	Programa de Financiamento Próprio - PAF - Parcelamento Fácil FADISP... ..	91
8.11.5	Bolsas de Estudo	91
9	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	92
9.1	Diretoria Superintendente	92
9.2	Conselho Superior.....	92
9.3	Núcleo Docente Estruturante	94
9.4	Colegiado do Curso.....	95
9.5	Coordenação do Curso	97
9.6	Gerência de Secretaria do Curso	98
10	CORPO DOCENTE, CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E CORPO DISCENTE.....	99
10.1	Corpo docente do Curso.....	99
10.1.1	Perfil do Docente	99
10.1.2	Classes de Docentes	100
10.1.3	Atribuições	100
10.1.4	Publicação	101
10.2	Corpo Técnico-Administrativo	104

10.3	Corpo Discente.....	105
10.3.1	Composição	105
10.3.2	Direitos e deveres.....	105
10.3.3	Órgão de representação.....	106
11	INSTALAÇÕES FÍSICAS E VIRTUAIS.....	106
11.1	Instalações Gerais	106
11.2	Salas de aula físicas	106
11.3	Salas de aula virtual	107
11.4	Instalações para docentes	108
11.5	Instalações para a formação geral	108
11.6	Recursos de informática e infraestrutura tecnológica	109
11.7	Laboratório de Informática	110
11.8	Biblioteca	110
11.8.1	Sistema ALFA de Bibliotecas.....	110
11.8.2	DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO	111
11.8.3	POLÍTICAS DE ORGANIZAÇÃO, UTILIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO:111	
11.8.4	PLATAFORMAS DIGITAIS.....	116
11.8.5	PERIÓDICOS	116
11.8.6	Levantamento bibliográfico	118
11.8.7	Permuta	118
11.8.8	Serviço de Comutação bibliográfica (COMUT):.....	119
11.8.9	DAS INSTALAÇÕES E INFRA-ESTRUTURA:.....	119
11.8.10	Considerações Finais	121
11.8.11	Política de Atualização do Acervo.....	122
11.8.12	Espaço físico e NORMAS de funcionamento	122
11.8.13	Biblioteca Virtual.....	123
11.9	Política de Acessibilidade	124
11.9.1	Acessibilidade da infraestrutura e serviços oferecidos	126
11.9.2	Atendimento Prioritário	127
11.9.3	Da Avaliação e Acompanhamento da Política.....	127
12	APÊNDICE 1.....	129
12.1	MATRIZ CURRICULAR	129
13	APÊNDICE 2.....	132
13.1	EMENTAS DAS DISCIPLINAS DA MATRIZ CURRICULAR	132
14	APÊNDICE 3.....	190
14.1	CORPO DOCENTE.....	190

1 APRESENTAÇÃO

O Centro Educacional Alves Faria Ltda – CENAF é a entidade Mantenedora da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP, situada em São Paulo, Capital, que possui o Curso de Graduação em Direito, o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado em Direito, reconhecido pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1077, de 31 de agosto de 2012, publicado no D.O.U. em 13 de setembro de 2012, Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e Cursos de Extensão e de Curta Duração; e do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, situada em Goiânia, Capital, que possui diversos Cursos de Graduação e Tecnológicos, entre eles, o Curso de Graduação em Direito, Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Cursos de Extensão e o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Acadêmico em Direito, que possui recomendação da CAPES, conforme a Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 479, de 13 de maio de 2020, publicado no D.O.U. em 15 de maio de 2020; o Curso de Mestrado foi recomendado pela CAPES em 2019.

Em dezembro de 2021, foi instituída a Escola de Direito da ALFA EDUCAÇÃO, que tem por objetivo congrega os Cursos de Direito da FADISP e da UNIALFA, mantidos pelo Centro Educacional Alves Faria Ltda – CENAF.

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Escola de Direito da ALFA EDUCAÇÃO, oferecido pela Faculdade Autônoma de Direito – FADISP. Nele estão aglutinadas todas as decisões e a sistemática de construção da estrutura curricular do Curso. As orientações estratégicas estão delineadas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, em especial, a Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de dezembro de 2018, a Resolução CNE/CES n. 2, de 19 de abril de 2021, e demais Diretrizes do CNE/CES. Os padrões de qualidade, os princípios e diretrizes advindas dos órgãos reguladores e as orientações institucionais estão contidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com as deliberações tomadas pelo Núcleo Docente Estruturante e com as exigências do mercado no contexto de atuação desta Instituição de Ensino Superior.

O Ensino Superior, em qualquer sociedade, representa um importante fator de desenvolvimento econômico, e é um dos pilares da educação por toda a vida do indivíduo. Ao lidar diretamente com os processos de produção, transmissão, assimilação e produção de novos conhecimentos, o Ensino Superior converte-se num lugar privilegiado de experiências cultural e científica. E esse ambiente é fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade,

pois, devido à inovação e ao avanço tecnológico, as economias de todos os países exigem cada vez mais profissionais competentes, que possuam conhecimentos de nível superior. “Inovação tecnológica é a matriz de uma nova ordem internacional.”¹. A contribuição do Ensino Superior na preparação de cidadãos, com habilidades pessoais e competências profissionais é indispensável para que os tornem capazes de interferir positivamente na sociedade, alavancando o desenvolvimento socioeconômico em suas áreas de atuação e, em último grau, a autodeterminação da sociedade em que vive.

A FADISP é uma Instituição de Ensino Superior comprometida com essa elevada e indispensável missão do Ensino Superior no Brasil, pela qualidade dos serviços que presta à comunidade. Seu lema institucional é: *“exercer uma ação integrada em suas atividades educacionais visando à geração, à sistematização e à disseminação do conhecimento, para a formação de profissionais empreendedores capazes de promover a transformação e o desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade em que está inserida”*.

Por isso, a FADISP investe continuamente no aprimoramento do projeto pedagógico de seus Cursos de Graduação e de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*, na contratação de recursos humanos altamente qualificados e na infraestrutura física e tecnológica.

O Curso de Direito da FADISP se propõe a formar profissionais que, em sua área de atuação, saibam lidar com o mundo jurídico e empresarial em constante evolução social, dando ênfase à tomada de decisões qualificadas, ao domínio das relações sociais e das novas tecnologias e seu uso de maneira consciente, ao relacionamento interpessoal ético, ao domínio conceitual dos conteúdos específicos da área, à aplicação prática dos conhecimentos, tudo isso aliado a uma ampla visão do mundo dos negócios.

Com essas primeiras colocações, a FADISP apresenta seu Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito. Tudo o que aqui consta, numa palavra de síntese, visa à formação de profissionais capacitados para atuar em um mercado de trabalho sujeito a transformações aceleradas, oferecendo-lhes uma formação ampla em Direito e uma formação para garantir a sua boa atuação no mercado de trabalho.

Nesses termos, o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito da FADISP aqui apresentado está dividido em dez seções, a saber: 1) Dados da Instituição; 2) Dados do Curso; 3) Histórico das Mantenedora e Mantida; 4) Contextualização e Planejamento Estratégico do Curso; 5) Contextualização do Curso; 6) Concepção Acadêmica do Curso; 7)

¹André Ramos Tavares APP's e plataformas on-line na intermediação econômica no Brasil. *In: Revista de Direito Constitucional e Econômico* da Unialfa. N. 1, vol. 1, 2019, p. 22.

Estrutura curricular, Núcleos de Formação e Atividades Complementares, de Extensão e de Iniciação à Pesquisa; 8) Administração Acadêmica e seu planejamento econômico-financeiro; 9) Recurso Humanos e; por fim, 10) Infraestruturas físicas e virtuais. Ao final, acompanhando todas estas seções, estão no Apêndice 1 – Matriz Curricular, no Apêndice 2 – Ementas das Disciplinas da Matriz Curricular, e no Apêndice 3 – Corpo Docente.

2 DADOS DA INSTITUIÇÃO

2.1 MANTENEDORA: DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA. – CENAF
Sigla: CENAF
C.N.P.J.: 02.850.990/0001-82
End.: Avenida Perimetral Norte, n. 4.129, Vila João Vaz, Goiânia – GO – CEP 74.445-190
Tel.: 62 3272-5000
Página web: www.unialfa.com.br

2.2 MANTIDA: DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO – FADISP
Sigla: FADISP
End.: Rua João Moura, 313, Pinheiros, Capital – SP – CEP 05412-000
Tel.: 11 2395-7500
E-mail: fadisp@fadisp.com.br
Página web: www.fadisp.com.br

2.3 CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO

A FADISP foi credenciada pela Portaria Ministerial nº. 1.358, de 04 de julho de 2001, publicada no D.O.U. em 09 de julho de 2001, e pela transferência de manutenção Portaria SERES n. 1.376, de 22 de dezembro de 2001, com limite territorial de atuação circunscrito ao Município de São Paulo. Seu reconhecimento se deu pela Portaria Ministerial n. 366, de 13 de julho de 2006, publicada no D.O.U. em 17 de julho de 2006.

A FADISP iniciou suas atividades acadêmicas no Estado de São Paulo com base em dispositivo constante de seu Regimento Geral e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), com fundamento legal nas Portarias de autorização

do MEC, e é internamente regida por Regimento aprovado por seu Conselho Superior em 01 de junho de 2018.

2.4 QUADRO DIRIGENTE DA MANTENEDORA

Presidente da Mantenedora

JOSÉ ALVES FILHO

Presidente da Mantenedora, Chanceler do Centro Universitário Alves Faria e Presidente do Grupo José Alves (GJA). Graduado em Administração de Empresas pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo (SP).

Diretoria Superintendente

NELSON DE CARVALHO FILHO

Doutor em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito - FADISP. Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais, com ênfase em Controladoria e Finanças pela PUC-SP (2014). Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração de Empresas de Santos (1977), com especialização em Gestão de Negócios pelas Faculdades ALFA (2005). Consultor na Área de Gestão Educacional. Apresenta experiência na gestão de empresas, tendo ocupado posições de alta gerência e direção em segmentos industriais e de serviços).

2.5 QUADRO DIRIGENTE DA MANTIDA

Nelson de Carvalho Filho

Diretor Superintendente da Faculdade Autônoma de Direito

Thiago Lopes Matsushita

Diretor Acadêmico da Faculdade Autônoma de Direito

Lauro Ishikawa

Coordenador do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Autônoma de Direito

André Ramos Tavares

Coordenador Titular da Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado e Doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito

Renato Gugliano Herani

Coordenador Adjunto da Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado e Doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito

Júlio César de Oliveira Vellozo

Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Faculdade Autônoma de Direito

Márcia Correia da Silva

Procuradora Institucional

Gerente de Secretaria de Graduação, Pós-Graduação e Extensão

3 DADOS DO CURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO - CAMPUS	
2.1. Nome do Curso de Graduação	Direito
2.2. Endereço	Rua João Moura, 313, Pinheiros, Capital – SP – CEP 05412-000
2.3. Modalidade de Ensino	Presencial
2.4. Turno de Funcionamento	Noturno
2.5. Nº de vagas autorizadas	240 anuais
2.6. Tempo de integralização da Graduação	10 semestres ou 5 anos, no mínimo, e 9 anos ou 18 semestre, no máximo.
2.7. Formas de ingresso	Processo Seletivo Universal
2.8. Regime de matrícula	Créditos
2.9. Carga horária total	3.770
2.10. Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Mestrado e Doutorado
2.11. Tempo de integralização	Mestrado - 24 meses; Doutorado - 36 a 48 meses
2.12. Requisitos de ingresso	Ensino Médio Completo
2.13. Total de atividades didático-formativas	120 horas

4 HISTÓRICO, PERFIL E MISSÃO

4.1 DA MANTENEDORA

A Faculdade Autônoma de Direito – FADISP é mantida pelo Centro Educacional Alves Faria Ltda – CENAF, também mantenedora do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, que oferta 42 cursos de Graduação, diversos cursos de Especialização e de Pós-Graduação *Stricto Sensu* nas áreas de Direito, Administração e Desenvolvimento Regional.

A história do Grupo José Alves (GJA) tem início na década de 60 numa cidade do interior brasileiro que despontava como polo logístico e atacadista do Triângulo Mineiro: Uberlândia. A economia brasileira passava por transformações, com o crescente processo da industrialização e urbanização. Iniciava-se um Brasil de oportunidades. Foi neste período que o empreendedor goiano José Alves (Seu Nendo) inaugurou, em 2 de outubro de 1962, as Casas Alô Brasil, origem do Grupo José Alves.

O GJA inicia, a partir de 2000, a fase horizontal de suas atividades no novo milênio. Em agosto de 2000, diversificando os seus negócios através da entrada nos segmentos de educação, inaugura as Faculdades Alves Faria (ALFA) com o objetivo de formar executivos de alto desempenho para os desafios deste novo mercado. A partir de 2016 a ALFA se tornou um Centro Universitário. Em 2010, o Grupo adquiriu a FADISP, localizada em São Paulo, especializada na área do direito da graduação ao doutorado. Recentemente, em 2020, inaugurou o Colégio ALFA, em Goiânia, expandindo para o segmento do ensino médio.

O CENAF surge do ideal firme do seu Presidente José Alves Filho em criar uma instituição de educação superior voltada para o ensino da administração e gestão de negócios, com o fim de suprir a crescente demanda de pessoal qualificado em gerência executiva no Estado de Goiás e deste grande e importante centro urbano brasileiro para as demais regiões do País. Sua missão sempre foi a qualidade de ensino, desde o ensino médio até a pós-graduação, com forte estímulo à pesquisa e aplicação do conhecimento adquirido. Para isso, o CENAF vem empreendendo atividades de ensino, pesquisa e extensão desde sua fundação em agosto de 2000, quando surgiram as Faculdades Alves Faria – ALFA.

Originalmente, a ALFA oferecia vestibular para três cursos: Administração de Empresas, Sistemas de Informação e Turismo. Hoje, a UNIALFA tem o perfil de instituição reconhecidamente com forte conexão com o mundo dos negócios, com forte desempenho em atividades associadas ao ensino vocacionado para a formação e qualificação do profissional. Mantém, além dos cursos iniciais de Administração e Sistemas de Informação, graduação em: Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Engenharia de Software, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Pedagogia, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito. Também ministra cursos de Pós-Graduação *Latu e Strictu Sensu*, dentre eles: Gestão em Marketing, Gestão de Negócios, Gestão de Pessoas, Gestão em Finanças e Controladoria, Gestão em Tecnologia, Gestão de Operações Logísticas, Mestrado em Desenvolvimento Regional, Mestrado em Administração e Mestrado em Direito.

4.2 DA MANTIDA

A FADISP teve início em 2001, tendo sido fundada pelos eminentes Professores Dr. José Manuel Arruda Alvim e Dra. Thereza Alvim. A partir de 2010, passou a integrar o Grupo José Alves (GJA), constituindo-se parte de um dos conglomerados empresariais de maior sucesso de Goiás. Sua incorporação atendeu ao ideal do fundador do GJA, Sr. José Alves Filho, de seguir com a expansão do seu forte modelo de Governança Corporativa e Familiar para o maior mercado econômico do País, que é a Cidade de São Paulo.

Desde então, a GJA tem cumprido com a entrega de prestação educacional personalizada e acolhedora, sob rigoroso modelo de gestão pautado pela profissionalização e meritocracia. Foi sob esta metodologia que o GJA expandiu sua atuação empresarial para inúmeros segmentos, desde o de embalagens, imobiliário, bebidas (confirmando sua trajetória persistente e profícua para ultrapassar séculos e continuar com a missão de liderar e formar líderes) ao segmento educacional, desde o ensino médio ao doutorado. A partir desse contexto, a FADISP se tornou parte do projeto do GJA de expansão de seus propósitos de sempre promover a qualidade profissional de Goiás para São Paulo.

É importante salientar que a missão do GJA de consolidação e expansão do Ensino Superior de qualidade em São Paulo vêm do Mundo Empresarial, espaço em que floresceu seu perfil de Instituição vocacionada ao Mundo das Ciências Jurídicas e dos Negócios, com forte preocupação com a formação de profissionais inseridos e comprometidos com o desenvolvimento local, regional e nacional do País.

Outro perfil fundamental da FADISP, está em buscar constantemente as transformações qualitativas no ensino superior. Sua disposição às mudanças é integral, sempre por passos seguros e planejados, com a preocupação de acompanhar as evoluções sociais, econômicas e tecnológicas. A FADISP passa por transformações profundas de evolução e de modernização curricular, visando projetos de expansão, alinhados com a nova Era Digital; o momento mundial de mudanças exponenciais desencadeadas pelo uso de novas tecnologias, com vozes balizadas a anunciarem *A Quarta Revolução Industrial*: “Estamos no início de uma revolução que alterará profundamente a maneira como vivemos trabalhamos e nos relacionamos. Em sua escala, escopo e complexidade, a quarta revolução industrial é algo que considero diferente de tudo aquilo que já foi experimentado pela humanidade”².

²KlausSchawab. *A Quarta Revolução Industrial*. São Paulo: Edipro, 2016.

Com este perfil de engajamento e atenção às transformações econômicas e sociais, a FADISP tem por missão conectá-las à educação avançada e especializada, para assim suprir a sempre necessária qualificação profissional nos mais diversos campos do conhecimento humano, e assim contribuir para a autodeterminação do cidadão brasileiro.

Essa nobre missão é desafiada pela FADISP pautando-se por princípios gerais e filosóficos de organização e ação, a saber: a) a unidade de patrimônio e administração; b) a unidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, sem a duplicação de meios para fins idênticos, ou equivalentes; c) a racionalização da organização com plena utilização dos recursos materiais e humanos; d) cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano, estudadas em si mesmas ou em razão de anteriores aplicações em áreas técnico-profissionais; e) a flexibilidade e inovação de métodos e critérios com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades locais e regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa com ênfase nas tecnologias digitais aplicadas ao Direito.

5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CURSO

5.1 VALORES

O Curso de Direito da FADISP tem por missão gerar valores democráticos e de cidadania, aliada à produção de saberes. Essa concepção é a base axiológica necessária para que possam formar como parte da sua missão, cidadãos capazes de compreender o contexto sociocultural regional, nacional e mundial e, assim, de responder aos desafios postos por nosso tempo nas comunidades locais e regionais. Para seguir nessa direção, a FADISP disponibiliza, mantém e atualiza, permanentemente, sua infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, tudo para contribuir para a produção de conhecimentos que promovam o desenvolvimento socioeconômico sustentável e atender às demandas dos novos tempos.

5.2 MISSÕES INSTITUCIONAIS

Na FADISP, a prática educativa não se esgota na realização do ensino ministrado, se estendendo, também, à pesquisa e à extensão. Por isso, desde o início da sua criação e da efetivação dos trabalhos acadêmicos nos diferentes cursos oferecidos, a FADISP tem se preocupado com as dificuldades apresentadas pelos alunos no que diz respeito às habilidades

de ler, interpretar e produzir textos, à capacidade de raciocínio lógico e ao domínio de operações lógicas e exatas esperados em cursos de nível superior.

Diante da constatação de que boa parte dos alunos necessita, gradativamente, de acompanhamento pedagógico, que contribua com seu bom desempenho nos estudos de nível superior, novas ações vêm sendo instituídas com a implantação do projeto pedagógico para o desenvolvimento técnico-científico do aluno.

O desenvolvimento do ensino é apoiado pelas novas tecnologias da informação e comunicação, oferecendo aulas especiais de nivelamento e reforço dos conteúdos abordados, utilizando-se de metodologias alternativas, com uma abordagem de ensino que leva em conta, ao mesmo tempo, o contexto de cada curso e o atendimento e acompanhamento individual do aluno.

Dessa forma, a adoção de metodologias diferenciadas no ensino presencial representa mais um esforço institucional no sentido de oferecer aos alunos, principalmente àqueles com evidentes dificuldades de aprendizagem, mais uma oportunidade de alcançarem a qualidade acadêmica desejada.

Considerando que a formação do profissional reflexivo passa pela mediação do professor, dos coordenadores e dos gestores do processo educativo, fica evidente que é preciso estimular a criação de um ambiente acadêmico em que impera a prática educativa inovadora. O ensino, quando concebido como instrumento de cidadania e não mera transmissão de conhecimentos, gera cultura de aprendizagem para a vida e assegura as melhores condições para a construção do perfil profissional desejado. Auxiliar o aluno a transpor as fronteiras do conhecimento da ciência é tarefa que une os esforços do Corpo Docente da FADISP.

Sendo assim, é parte da vocação da FADISP estimular o esforço coletivo para docentes e estudantes caminharem lado a lado na construção de uma nova relação de ensino-aprendizagem, centrada na formação humanista, de atitude investigativa e na prática da pesquisa. Professores e alunos são integrados num ambiente de fecundo diálogo humano e científico, em que as condições de aprendizagem favorecem o convívio acadêmico como deve ser, vale dizer, de interação reflexiva entre a teoria e a prática nos vários campos das Ciências Jurídicas.

Por fim, a Instituição entende que o ensino que ministra e a atividade de pesquisa que desenvolve têm uma relação direta com comunidade na qual está inserida. Tal relação se expressa, também, pela via da extensão, atividade pela qual, além de seus cursos regulares de formação inicial, a Instituição envolve seu Corpo Docente e Discente em práticas que extrapolam muitas vezes os seus muros, ou indo ao encontro dos anseios da comunidade ou

mesmo trazendo a comunidade para o seu interior. É assim que abre suas portas e disponibiliza os conhecimentos adquiridos à população.

Um marco, fruto desta união, foi a criação, em 03/11/2021, do Centro Acadêmico da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP – “Professor Arruda Alvim”, em homenagem ao fundador da instituição, Dr. José Manoel de Arruda Alvim Netto.

A FADISP, em atendimento ao comando constitucional insculpido no art. 207 da Constituição Federal, uma vez que é dotada de liberdade para a consecução de seus objetivos na promoção da educação superior, conforme disposto no art. 209, *caput*, em estrito cumprimento às normas legais das autoridades educacionais governamentais, *ex vi* do art. 209, I, eis que submetido à autorização e avaliação qualitativa pelo Poder Público (art. 209, II), tem por propósito desenvolver de maneira efetiva e eficaz o ensino, a pesquisa e a extensão, e para seguir nesse sentido desenvolve ações como:

I. Ofertar de forma sistemática, permanente e articulada cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, combinando ensino, pesquisa e extensão.

II. Investir em pesquisa e pós-graduação, induzindo projetos de pesquisas voltados para o desenvolvimento local, regional e nacional.

III. Utilizar de metodologias de ensino modernas, diferenciadas e em constante aperfeiçoamento com a evolução digital do Direito.

IV. Adotar medidas com vistas ao incremento de redes temáticas de pesquisa.

V. Apoiara capacitação contínua dos recursos humanos nos diferentes níveis de formação acadêmica, da graduação à pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, tendo a pesquisa como princípio, e a sustentabilidade como foco.

VI. Definir linhas de pesquisa Inter e Multidisciplinares.

VII. Incentivara criação de grupos e núcleos de pesquisa, visando promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

VIII. Promover apoio e divulgação dos trabalhos técnico-científicos dos corpos docente e discente perante a comunidade.

IX. Apoiara realização de eventos culturais e à participação de docentes e discentes em eventos científicos.

X. Incentivar criação de revistas, edição de livros e de outros meios de divulgação de trabalhos acadêmicos.

XI. Associar-se a programas de cooperação técnico-científica com instituições nacionais e internacionais.

XII. Captar recursos para a concessão de bolsas e linhas de financiamento aos alunos.

XIII. Realizar Encontros e Seminários para desenvolvimento e disseminação do conhecimento entre o corpo docente, discente, comunidade científica e sociedade em geral.

XIV. Comprometer-se com a inclusão social, através da educação étnico-racial, por meio das atividades de ensino, oportunizando o acesso, apoio pedagógico e atendimento individual a alunos portadores de necessidades especiais.

XV. Desenvolver programas de ação social voltados para a comunidade em geral.

XVI. Apoiar o desenvolvimento das atividades acadêmicas e de prestação de serviços técnicos especializados, visando assegurar qualidade e excelência.

XVII. Promover cursos abertos de extensão universitária, visando à difusão do conhecimento técnico-científico e cultural desenvolvido na Instituição.

XVIII. Promover cursos e treinamentos específicos abertos à sociedade em geral e “sob medida” para empresas privadas e públicas, com o objetivo de adequar os diversos programas às necessidades e particularidades de cada organização, reforçando a interação acadêmico-empresarial necessária ao desenvolvimento de alunos e professores.

XIX. Atuar de forma conjunta, por meio de parcerias e alianças estratégicas com empresas e/ou instituições de ensino com reconhecido conhecimento técnico.

XX. Atuar de forma conjunta, por meio de parcerias com os Órgãos Governamentais, especialmente aqueles na esfera do Poder Judiciário.

Para a consecução destas missões, a FADISP organizou-se como uma comunidade acadêmica, integrada por dirigentes, professores, alunos, pessoal técnico-administrativo e de apoio, além da efetiva participação de órgãos suplementares ou organismos da comunidade na qual se insere.

5.3 PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os recursos da FADISP são oriundos do recebimento de mensalidades. A entidade Mantenedora possui fins lucrativos e seus recursos são administrados segundo um rígido processo de gestão orçamentária, por meio do qual o fluxo financeiro é planejado e executado sob rigorosa governança, controle de despesas e de investimentos.

Para viabilizar o recebimento das mensalidades e, por consequência, a gestão orçamentária e de caixa, é mantido com os alunos um Contrato de Prestação de Serviços Educacionais.

6 CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEPÇÃO DO CURSO

6.1 JUSTIFICATIVA PELA INSERÇÃO GEOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DO CURSO

A expansão da abrangência geográfica do Grupo Educacional José Alves, de uma região reconhecidamente forte no Agronegócio, como é o Estado de Goiás, para o maior centro econômico do País, desde sempre foi uma ambição, movido pelo forte propósito de gerar novas e ricas experiências na conexão da academia com o mercado de trabalho. Esse impulso de incorporar no processo de formação do profissional a multiculturalidade com a pluralidade de visões empresariais foi a justificativa essencial da inserção geográfica do Curso. Com isso, o plano de expansão no segmento do Ensino Superior, anunciado pelo CENAF desde o seu próprio Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o fez eleger, como mercado-alvo, a Região Metropolitana da cidade de São Paulo. E não poderia mesmo ser outra a localidade para a expansão da CEAF, a se considerar os seus números demográficos, como sua população de 12.396.372 habitantes (dado referente ao ano de 2021; disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>, acesso em 28.02.2022), espalhada numa maior área urbana de dimensões e Produto Interno Bruto (PIB) sem igual no País.

Segundo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio), São Paulo poderia ser classificada como a 36ª maior economia do mundo, acima de nações como Portugal, Finlândia e Hong Kong. Em São Paulo, estão sediados inúmeros grupos internacionais, além de ao menos 17 dos 20 maiores bancos. São Paulo é o centro financeiro do Brasil e um dos centros mais importantes do mundo, onde abriga a B3, uma das maiores bolsas de valores do planeta.

O município de São Paulo, nas últimas décadas vem adquirindo, cada vez mais, matizes de um grande polo nacional de serviços e negócios, sendo considerado, hoje, um dos mais importantes centros de comércio global da América Latina. Com relação ao setor de serviços, a Pesquisa Anual de Serviços do IBGE em 2013, sinalizou o crescimento da participação do setor no PIB nacional por todo o país destacando-se os serviços privados não financeiros (empresas prestadoras de serviços formalmente estabelecidas, excluídos os serviços públicos e as atividades estritamente comerciais e de representação) e os serviços prestados às

famílias (incluindo empresas dos ramos de alojamento, alimentação e serviços pessoais). O primeiro grupo (serviços privados não financeiros) registrou crescimento de 99,4% entre 2008 e 2013, segundo o relatório “Os serviços no Brasil – 2015” da Confederação Nacional de Serviços (CNS).

De acordo com o estudo, o estado de São Paulo concentra 40,08% das receitas do setor e 34,06% do emprego com carteira assinada. Já o segundo (serviços prestados às famílias), auferiu um crescimento de 159,6% entre 2008 e 2015, com 30,63% dos empregos concentrados no estado de São Paulo. A economia do município de São Paulo está baseada na indústria (automobilística, metalúrgica, telecomunicações, mecânica, dentre outras), comércio, agricultura construção civil e serviços. Especificamente na prestação de serviços, o município se destaca por ser um centro financeiro contando com bancos nacionais e estrangeiros e a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. *Segundo estimativas da Price Waterhouse Coopers*, em 2025, São Paulo assumirá a sexta posição das cidades com maior PIB.

Esta realidade também se reflete na área da educação. Conforme divulgado pelo INEP (Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/divulgados-os-numeros-de-inscritos-no-enem-2021-por-uf>. Acesso em 24/05/2022), foram inscritos 4.004.764 candidatos ao ENEM em 2021, sendo que deste total 584.800 candidatos eram de São Paulo. Ou seja, o estado de São Paulo possui uma demanda de pelo menos 584.800 candidatos interessados em cursar uma graduação. Por sua vez, o curso de direito tem sido um dos cursos mais procurados pelos alunos conforme divulgado pela Fuvest ([https://jornal.usp.br/universidade/fuvest-divulga-relacao-candidato-vaga-para-o-vestibular-da-usp-2021/#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20inscritos%20no,que%20contou%20com%20129.157%20inscri%C3%A7%C3%B5es.](https://jornal.usp.br/universidade/fuvest-divulga-relacao-candidato-vaga-para-o-vestibular-da-usp-2021/#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20inscritos%20no,que%20contou%20com%20129.157%20inscri%C3%A7%C3%B5es.,), acessado em 24 de maio de 2022), demonstrando uma concorrência de 24,6 candidatos por vaga.

Todo esse contexto confirma que São Paulo se firmará cada vez mais como um dos centros mais relevantes das transformações econômicas e tecnológicas pelas quais passa ao Mundo, e o curso de direito da FADISP é necessário para colaborar com esse crescimento, fazendo dessa região uma consumidora cada vez mais intensa de educação de qualidade e especializadas.

6.2 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO CURSO

Os fundamentos pedagógicos, filosóficos e políticos que fundamentam o presente projeto tem origem no trabalho de muitos teóricos do Direito, sistematizado nas propostas da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi), da Comissão de Ensino Jurídico da OAB (CEJ/OAB), da Comissão de Especialistas em Direito da SESU/MEC e da Comissão de Especialistas no Exame Nacional de Cursos do INEP/MEC, presentes na Portaria n. 1.886/94/MEC, nas Portarias e resoluções relativas ao ENADE, nas Portarias e Instruções Normativas do Conselho Federal da OAB, das Resoluções do CNJ e de instituições oficiais, e na proposta de novas diretrizes curriculares definidas pela Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de dezembro de 2018, pela Resolução CNE/CES n. 2, de 19 de abril de 2021. Em relação às atividades de extensão, os fundamentos estão muito bem definidos na Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, e nas discussões e publicações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

O Curso de Direito da FADISP tem como objetivo geral preparar operadores jurídicos sensibilizados eticamente e tecnicamente para, no exercício de suas atividades jurídicas, sejam elas quais forem, buscarem a aplicação do Direito tendo como compromisso e referência, os princípios e objetivos do Estado brasileiro presentes na Constituição Federal de 1988.

Já entre os objetivos específicos estão variados.

I. Possibilitar aos graduados, uma base de formação humanística que lhes permita o desenvolvimento de uma adequada visão crítica e consciência sociopolítica.

II. Graduar Bacharéis em Direito com formação técnica e crítica para o exercício das diversas profissões jurídicas.

III. Propiciar, conjuntamente com a formação generalista, formação específica para atuação com o Direito Digital e com as novas tecnologias.

IV. Propiciar aos graduandos, o acesso às bases fundamentais das principais subáreas dos direitos materiais privado e público.

V. Propiciar aos graduandos, o acesso ao direito processual necessário à boa realização do direito material em todas as suas subáreas, com especial direcionamento para aspráticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação.

VI. Desenvolver as competências e habilidades exigidas pela Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de dezembro de 2018, a Resolução CNE/CES n. 2, de 19 de abril de 2021, e demais Diretrizes do CNE/CES.

VII. Compreender as especificidades do Ensino Interdisciplinar da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação

dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.

VIII. Desenvolver a pesquisa jurídica interdisciplinar, visando a formação de um profissional do Direito preparado para atuar com as novas demandas da sociedade e com as novas realidades do século XXI voltadas para comunicação e o mundo digital.

IX. Propiciar atendimento, por meio das atividades de extensão, do disposto na Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018.

X. Atender, por meio do Núcleo de Prática Jurídica, as comunidades carentes da região no qual está inserido, promovendo convênios institucionais com órgãos oficiais e não governamentais para a consecução do princípio do acesso à justiça.

XI. Propiciar aos egressos, por meio de cursos, eventos e publicações jurídicas, a possibilidade de contínua atualização jurídico-profissional.

XII. Promover a interação transformadora entre a FADISP e os setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Também devem ser considerados objetivos, por força de Lei, a serem alcançados pela FADISP os parâmetros-meta, além dos estabelecidos no artigo 43 da Lei n. 9.394/96 (LDB), a formação profissional que revele, pelo menos as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, conforme dispostos no art. 4º da Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de dezembro de 2018, explicitadas no item 6.4 – Competências e Habilidades, abaixo.

6.3 PERFIL DISCENTE

Com o objetivo de ser um Centro de Excelência na Educação Superior na Área das Ciências Sociais Aplicadas, especificamente em Direito, a FADISP incorpora e investe em metodologias de ensino que bem se aproximam da superioridade acadêmica e das melhores práticas metodológicas, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, em atendimento às perspectivas formativas gerais, técnico-jurídica e prático-profissional, tal como disposto na Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de dezembro de 2018, na Resolução CNE/CES n. 2, de 19 de abril de 2021, na Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, e demais normas legais. Seu objetivo, com isso, é elevar o mercado de trabalho com profissionais reflexivos e dotados de sólida formação teórica e prática.

Sob esse pressuposto de fundo, as características desenvolvidas, a FADISP pretende assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de

análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania, em cumprimento estrito ao disposto no art. 3º, da Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de dezembro de 2018.

O perfil discente da FADISP se fundamenta no comprometimento com a democracia, no respeito à dignidade humana, na promoção do desenvolvimento integral de maneira sustentável. No questionamento de Martha Nussbaum, um ponto de reflexão que norteia o perfil do discente e também do egresso:

O que podemos pensar do tipo de país e do tipo de cidadão que estamos tentando construir? A principal alternativa ao modelo baseado no crescimento nos círculos de desenvolvimento internacionais, e à qual tenho estado ligada, é conhecida como Paradigma do Desenvolvimento Humano. Segundo esse modelo, o importante são as oportunidades, ou “capacidades” que cada um tem em setores-chave que vão da vida, da saúde e da integridade física à liberdade política, à participação política e à educação. Esse modelo de desenvolvimento reconhece que todos os indivíduos possuem uma dignidade humana inalienável que precisa ser respeitada pelas leis e pelas instituições. Um país decente reconhece, no mínimo, que seus cidadãos possuem direitos nessas e em outras áreas e cria estratégias para fazer com que as pessoas fiquem acima do patamar mínimo de oportunidade em cada uma delas.³

Somam-se a essas capacidades, o incremento do Direito Digital e das novas tecnologias nos conteúdos essenciais de maneira integrada entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, conforme disposto no art. 5º, da Resolução CNE/CES n. 2, de 19 de abril de 2021.

6.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Considerando o campo de competências e habilidades que tocam diretamente ao bacharel em Direito, o Curso de Graduação em Direito da FADISP tem por compromisso promover a formação profissional que revele as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, conforme disposto nos itens do art. 4º da Resolução CNE/CES n. 5, de 17 de dezembro de 2018, que capacitem o graduando a:

³ NUSSBAUM, Martha. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. Trad. por Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2019, pp. 24-25.

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos, partindo de processos sociais e históricos.

6.5 PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Direito da FADISP deverá assegurar, no perfil do egresso, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos, das novas tecnologias jurídicas, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado

a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

O perfil desejado do egresso do Curso de Direito foi definido a partir da concepção e dos objetivos da FADISP e do Curso. Também considera as peculiaridades da Capital do Estado de São Paulo, como as da correspondente região metropolitana, do litoral e interior, no que toca ao mercado de trabalho e suas mudanças socioeconômicas e tecnológicas, além da própria legislação que disciplina a formação de recursos humanos para a área jurídica. É com esse compromisso que se busca um perfil de egresso que possibilite seu efetivo comprometimento com a realização jurídica e social dos direitos fundamentais constitucionalmente positivados.

Com isso, o profissional a ser formado pelo Curso deverá possuir, necessariamente, competência para os novos desafios que se apresentem diante do novo mercado de trabalho digital e interligado tecnologicamente, deter o domínio das formas consensuais de composição de conflitos, somado à capacitação crítica para questionar as instituições jurídico-políticas vigentes. Esta capacidade crítica será construída com uma sólida visão interdisciplinar, integrando o conhecimento do Direito, a partir de um Estado Constitucional e Democrático de Direito, com o conhecimento da Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia. Tal pressuposição não se esgota na criação das disciplinas fundamentais obrigatórias, pois perpassará todo o Projeto Pedagógico do Curso.

Com efeito, a crítica é propiciada também nas disciplinas técnicas, com uma interação entre o saber formal e a realidade sociocultural que o cerca, de modo que a sua produção alcance a dimensão concreta, com reflexos diretos na qualidade de vida da população, tendo como referencial a efetivação do Direito, em especial por meio de instrumentos auto-compositivos, cuja aplicação pode ser efetivada por meio das profissões jurídicas da advocacia, das carreiras públicas jurídicas. A oferta de Cursos de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu* pela FADISP, oportuniza também ao egresso da Graduação o aperfeiçoamento acadêmico e intelectual com a continuidade dos estudos, na essencial conexão entre ensino, pesquisa e extensão.

E ainda, sob a ótica das habilidades requeridas pelo egresso FADISP, espera-se que nossos egressos apresentem as seguintes habilidades:

- I. Iniciativa empreendedora.
- II. Iniciativa para auto aprendizado e educação continuada.
- III. Comunicação oral e escrita.

- IV. Leitura, interpretação e expressão por meios gráficos.
- V. Visão crítica de ordens de grandeza;
- VI. Domínio de técnicas computacionais e das novas tecnologias.
- VII. Conhecimento, em nível técnico, de língua estrangeira.
- VIII. Conhecimento da legislação pertinente.
- IX. Capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares.
- X. Capacidade de identificar, modelar e resolver problemas.
- XI. Compreensão dos problemas administrativos, socioeconômicos e do meio ambiente.
- XII. Julgamento e tomada de decisão, considerando os meios alternativos de solução de conflitos.
- XIII. “Pensar globalmente, agir localmente”.
- XIV. Conhecimento digital e interdisciplinar.
- XV. Capacidade de atuação em qualquer área ou ramo do direito.

Para acompanhamento do egresso, a FADISP conta com ações desenvolvidas que tem como uma das suas finalidades a manutenção de um atualizado cadastro de endereços de todos os alunos e ex-alunos do Curso, com *homepage* ou *site* na *Internet*, para a comunicação de novos cursos de atualização, de capacitação profissional, de aperfeiçoamento acadêmico e intelectual oferecidos pela Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Ademais, todo o espaço acadêmico está aberto aos alunos. Aliás, ele está permanentemente disponível também aos egressos, cuja participação nos Seminários e Congressos nacionais e internacionais, além da possibilidade de realizar intercâmbios, constituem verdadeira ação de manutenção dos egressos na IES, objetivando a contínua capacitação e requalificação.

Há também um canal direto de comunicação por meio da plataforma *whatsapp*, de maneira a facilitar a comunicação com a IES.

Efetiva-se a possibilidade e continuidade dos estudos, por meio de cursos de curta duração, de extensão, de pós-graduação *lato sensu*, pois sempre que lançados, são enviados para os egressos da Graduação. Consolida-se ainda, por meio do ingresso ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito. Para que cumpram a sua finalidade e atinjam os objetivos propostos, a FADISP se compromete a: (a) Estimular a investigação científica, por meio da implementação de políticas institucionais de iniciação à pesquisa, desenvolvendo-se também as estratégias de sustentação do programa com a dedicação de docentes e apoio aos discentes e egressos; (b) Incorporar os avanços tecnológicos e metodológicos na prática pedagógica, dentro de uma perspectiva de análise crítica e ética sobre

seus efeitos na sociedade; (c) Oferecer a perspectiva de formação continuada para docentes, discentes, egressos e técnicos; (d) Identificar e buscar atender às necessidades da região em que se insere; (e) Promover a pesquisa, o ensino e a prática da extensão e de atividades acadêmicas, visando o aprimoramento técnico do futuro profissional e o desenvolvimento da cidadania, buscando parcerias dentro da sociedade e junto aos poderes instituídos; (f) Alcançar as regiões com carência de Programas de Mestrado e Doutorado, atraindo alunos de todos os Estados da Federação; (g) Fomentar a pesquisa em constante incremento aos espaços de publicação dos trabalhos desenvolvidos pelos docentes, discentes e egressos.

Por meio desses mecanismos e de uma coleta contínua de dados sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, a Instituição obtém *feedback* a respeito do profissional que está sendo formado. Os dados e informações obtidos são utilizados para alimentar o sistema de Avaliação Institucional, permitindo tomada de decisão quanto à revisão e atualização permanente do Currículo dos cursos ofertados.

6.6 CONDIÇÕES OBJETIVAS DE OFERTA E A VOCAÇÃO DO CURSO

O Curso de Direito da FADISP encontra-se posicionada entre as instituições privadas de ensino superior mais conceituadas na formação de profissionais de excelência. Isso ocorre por assegurar a qualidade e continuidade do processo ensino-aprendizagem, desde a Graduação até o Doutorado, com reconhecida vanguarda da sua matriz curricular, por ser adaptada ao dinamismo das Ciências Jurídicas, das novas tecnologias e do Mundo dos Negócios.

Outra condição objetiva de oferta do Curso a ser considerada é a adoção de métodos de ensino e aprendizagem diferenciados, consubstanciados em abordagens interdisciplinares, multidisciplinares e transversais. Sua prática ocorre em ambiente em que o atendimento ao aluno é próximo com acesso direto à Coordenação do Curso, Núcleo de Apoio Pedagógico, Núcleo de Educação Inclusiva, Núcleo de Prática Jurídica, professores e corpo técnico-administrativo, ferramentas tecnológicas, sempre num ambiente de muita cordialidade e presteza. Por fim, o ensino metodologicamente organizado na FADISP conta com professores com larga experiência docente, sendo que 96,15% do Corpo Docente possui a titulação de Doutorado.

Com todas essas condições de oferta, o Curso de Graduação em Direito da FADISP tem tido aprovação destacada na Ordem dos Advogados do Brasil, como também seus egressos

têm assumido posições de relevância, continuando seus estudos de pós-graduação *lato e stricto sensu* na própria FADISP e em outras IES.

7 ESTRUTURA CURRICULAR, NÚCLEOS DE FORMAÇÃO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES, DE EXTENSÃO E DE INICIAÇÃO À PESQUISA

7.1 ORIENTAÇÃO GERAL PARA OS COMPONENTES CURRICULARES BÁSICOS OFERTADOS PARA FORMAÇÃO TEÓRICA, PROFISSIONAL E PRÁTICA

A elaboração da matriz curricular procura manter equilíbrio e integração entre os vários conteúdos, evitando a sua sobreposição e buscando a interdisciplinaridade. Sempre que possível, busca-se também o retorno, de forma complementar, ao ponto central que constitui o eixo da proposta do Curso. O Curso de Direito pretende em suas funções de ensino, pesquisa e extensão, propiciar a construção de base técnica, científica, humanística, além de criativa, tudo para permitir ao aluno desenvolver um processo de aprendizado para lhe capacitar e lhe adequar às necessidades e aos requerimentos das organizações do mundo moderno.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FADISP busca exercitar o currículo dinâmico e abrangente, e, para tanto, envolve situações e circunstanciais da vida acadêmica e social do aluno. Isso significa promover um trabalho conjunto, em que a Coordenação do Curso, professores e alunos interagem num processo educacional dinâmico e em constante evolução, em busca da consecução de objetivos comuns.

Disciplinas, atividades, experiências, conteúdos, diferentes metodologias, palestras e cursos extracurriculares, tudo isso é pensado e articulado para, conjuntamente, possibilitar o alcance dos objetivos em sua mais abrangente dimensão, ou seja, desenvolvendo habilidades, alimentando princípios e diretrizes que são úteis à vida dos futuros operadores do Direito.

Realiza-se a articulação com o Planejamento Estratégico da Instituição os princípios norteadores dispostos no Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FADISP; para que a Instituição cumpra com seu objetivo, missão e atuação na comunidade, considerados para o exercício das atividades pedagógicas e acadêmicas, privilegiam: (a) Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; (b) Reflexão; (c) Formação para o mercado de trabalho e exercício da cidadania; (d) Interdisciplinaridade; (e) Flexibilidade; (f) Internacionalização.

Para tanto, o NDE do Curso reúne-se regularmente para ajustar os conteúdos, mediante colaboração de todos os professores do curso, com o intuito de ajustar ementas e sanar eventuais problemas relacionados à didática que possam surgir ao longo da evolução do curso, relacionados à condução de cada disciplina que o constitui. Nesse processo, discute-se a relevância do estabelecimento de pré-requisitos de disciplinas e a necessidade da evolução da matriz curricular. É de praxe a discussão da matriz curricular do curso para que, se necessário sejam adicionadas, alteradas ou suprimidas disciplinas e atividades laboratoriais.

Desse processo participam os membros do NDE, cada um em sua área de especialização, e os professores que costumam trabalhar cada conteúdo no dia-a-dia do curso e que, efetivamente, experimentam os sucessos e dificuldades enfrentadas pelas propostas didático-pedagógicas estabelecidas pelo NDE do curso.

7.2 NÚCLEOS DOS COMPONENTES BÁSICOS DE FORMAÇÃO

A organização curricular do Curso de Graduação em Direito expressa as condições com as quais se obtém a efetiva conclusão e integralização curricular, e deve orientar-se pelo teor do art. 5º da Resolução CNE/CES n. 5º, de 17 de dezembro de 2018, com a alteração promovida pela Resolução n. 2, de 19 de abril de 2021. Com essa disposição, a FADISP promove um Curso, em regime de créditos, adequado ao atendimento do perfil de discente desejado, moldando em suas linhas essenciais com base nesse dispositivo normativo, pelo que projeta em termos de diretrizes nucleares dos componentes básicos de formação do Curso de Graduação em Direito.

Tem-se, portanto, que a matriz curricular do Curso atende ao equilíbrio e integração do conteúdo orientado pelas Diretrizes Nacionais, sob uma estrutura organizada a partir dos núcleos formativos de “Formação Geral”, “Formação técnico-jurídico” e “Formação prático-profissional”.

Assim, no que toca à perspectiva formativa do **Núcleo de Formação Geral**, o Curso objetiva integrar o estudante no campo do Direito, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber humano, como, Antropologia, Ciência Política, Ética, Economia, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia, sempre imprimindo uma perspectiva atual e moderna destas áreas do conhecimento. O envolvimento destas outras áreas extrajurídicas tem o propósito claro e direto de propiciar ao aluno a interdisciplinaridade, necessária para sua visão holística dos problemas e carências humanas desde o campo do Direito.

Também atende à perspectiva formativa do **Núcleo de Formação Técnico-Jurídico**, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação do Direito, observadas as peculiaridades de cada ramo do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, tecnológicas, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais; abrangendo os seguintes conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e das Novas Tecnologias e Formas Consensuais de Solução de Conflitos.

Esses conteúdos estão distribuídos desde o primeiro período do Curso e devidamente integrados à matriz, de maneira a serem cursados já com os requisitos necessários ao seu melhor aproveitamento. Buscou-se, também, trabalhar de forma sequencial os direitos materiais e os direitos processuais específicos, associando novas ferramentas tecnológicas e interfaces sociais, para a plena formação do aluno.

Completa o atendimento à perspectiva formativa do **Núcleo de Formação Prático-Profissional**, que inclui o Estágio Curricular Supervisionado, as Atividades Complementares e o Trabalho de Conclusão do Curso⁴, objetivando a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos. Esse eixo é desenvolvido nas quatro últimas fases da matriz curricular proposta. Relativamente ao Trabalho de Conclusão de Curso, a matriz prevê atividades de orientação nos 9º e 10º períodos, devendo ser apresentado no período de conclusão do Curso. Já o Estágio Curricular Supervisionado tem início no 7º período e se desenvolve a partir de então até o 10º período, incluindo Visitas Orientadas, Práticas Jurídicas Simuladas e Práticas Jurídicas Reais dentre várias outras atividades.

A transversalidade dos temas obrigatórios é verificada nas Grades de Disciplinas (Apêndices 1 e 2), cujo enfrentamento de forma aprofundada não apenas cumpre os requisitos legais e normativos, como também empodera a comunidade acadêmica – gestores, docentes, discentes, egressos e colaboradores – com a incorporação na cultura organizacional, no entendimento, aplicação e efetivação das pautas fundamentais a seguir descritas:

⁴A inclusão das Atividades Complementares e do Trabalho de Curso dentro do Eixo de Formação Prática é uma inovação das novas diretrizes curriculares para a área de Direito, presentes na agora revogada Resolução CNE/CES n. 9/2004 (revogada pela Resolução CNE/CES n. 5º, de 17 de dezembro de 2018, com a alteração promovida pela Resolução n. 2, de 19 de abril de 2021).

- a) Políticas de Educação Ambiental: De acordo com a Lei de Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002), o PPC obedece às peculiaridades de cada área do conhecimento, levando em consideração a necessidade da discussão das temáticas sobre Educação Ambiental (segundo a Lei 9.795/1999). Acontece por meio de atividades transversais e no conteúdo programático das disciplinas do curso de forma interdisciplinar;
- b) Educação em Direitos Humanos: O PPC contempla as discussões sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, uma vez que “todas as pessoas, independente do seu sexo: origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais: de suas escolhas de credo, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática”. As Disciplinas trabalham de forma transversal, contribuindo para a promoção de uma formação voltada para a democracia e a cidadania. Objetivamos com esta proposta desenvolver um tipo de educação que se comprometa com a superação de racismo, sexismo, homofobia e outras formas de discriminação correlatas e que promovam a cultura da paz e se posicionem contra toda e qualquer forma de violência. A IES desenvolve um projeto institucional de “Diversidade Cultural e Responsabilidade Social” cujo objetivos contemplam as discussões da Educação em Direitos Humanos, tendo como escopo principal uma formação ética, crítica e política;
- c) Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena: As disciplinas trabalham os conteúdos relacionados com a Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Africana, bem como as relações étnicas raciais, com base na Lei nº 11.645 de 2008 e Resolução nº 1 de 2004 transversalmente. O Curso integrará atividades junto ao projeto Institucional de “Diversidade Cultural e Responsabilidade Social” cujo objetivo também é o atendimento a estes preceitos legais. E, ainda, temos as atividades interdisciplinares e as jornadas científicas previstas no projeto do Curso e que são definidos os temas anualmente;
- d) Terceira idade e infância, políticas de gênero, diversidade e patrimônio cultural: As disciplinas utilizarão os seus conceitos e as bibliografias para realizar

discussões transversais, mediante contextos atuais, com o objetivo de conscientizar o discente e promover a sua inserção em um ambiente plural.

Na Prática Simulada, buscando a formação com a eficiência desejada, a FADISP disponibiliza ferramenta tecnológica na qual os alunos podem realizar todos os atos judiciais para a condução do processo como protocolo, acompanhamento de prazos, realização de audiências, etc. Essa ferramenta propicia ao aluno a vivência processual simulada, mas que apesar de simulada equivale-se a atividade real, o que propicia o aprendizado completo.

Na Prática Jurídica Real, o atendimento é realizado de forma integrada com atendimento presencial na UNIALFA e acompanhamento virtual pelos alunos da FADISP, a partir das seguintes atividades: (i) a parceria com a Defensoria Pública do Estado de Goiás oportuniza aos alunos, devidamente acompanhados por um professor, a realização de atendimentos reais de forma virtual, e posterior peticionamento em favor dos(as) assistidos(as); (ii) atendimento e aconselhamento das pessoas em situação de superendividamento, com a preparação de documentação e encaminhamento ao PROCON de Goiânia; (iii) monitoria dos profissionais responsáveis pela condução das aulas de reforço de redação para o ENEM, direcionado aos alunos da rede pública do ensino médio, no âmbito do Convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Desta forma, o aluno poderá vivenciar a realidade das partes interessadas, entender a conflituosidade e cooperar com a elaboração de estratégias de solução, proporcionando um aprendizado mais humanizado e consentâneo com a realidade.

Além das atividades simuladas e reais, o Núcleo de Prática Jurídica também realiza outras atividades acadêmicas que buscam desenvolver o debate, o conhecimento, a interdisciplinaridade, e a convivência social. Uma dessas atividades desenvolvidas são as Ligas Acadêmicas de Práticas Jurídicas – LAPJ, com apoio da Rede de Cooperação do Sindicato das Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior no Estado de São Paulo – SEMESP. A LAPJ é uma atividade acadêmica de simulação de processo judicial eletrônico realizado entre distintas IES, em que os alunos são desafiados atuarem em grupo, apresentando petições escritas e promovendo sustentações orais, sob a orientação de Professor da sua respectiva IES, frente a uma comissão de Magistrados – juízes e desembargadores, além de membros do Ministério Público e de outras carreiras jurídicas, todos estes profissionais atuantes na vida real. Essas atividades buscam desenvolver o trabalho em equipe, o raciocínio jurídico, o preparo do aperfeiçoamento profissional, o agir ético e cooperativo e a estratégia de solução de conflitos.

Esta perspectiva formativa de Formação Prático-Profissional é ampliada com a totalidade das atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação

Stricto Sensu – Mestrado e Doutorado em Direito, pois a FADISP proporciona um rico e intenso ambiente de ensino, pesquisa e extensão, por meio de Professores das Universidades mais importantes do mundo, que ministram Palestras na FADISP, com acesso franqueado aos discentes da Graduação.

O Curso de Graduação em Direito da FADISP consolida-se gradativamente e desenvolve uma metodologia altamente inovadora, contando com uma grade curricular diferenciada, evidenciando a importância que esta IES atribui à formação do aluno a partir de um conteúdo completo e de um ambiente de pesquisa com forte integração da Graduação e da Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*, aliada à participação da sociedade.

A presença feminina é fundamental e consta do planejamento estratégico da Mantenedora e do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP, conforme se verifica da Resolução nº 010/2020 reiterada pela Resolução 011/2022, que regulamenta a forma de composição de participantes em eventos acadêmicos, bancas de Mestrado e Doutorado na FADISP, com o seguinte teor: “Art. 1º. Determinar que os Eventos Acadêmicos e Bancas Públicas de Mestrado e Doutorado na FADISP e na Escola de Direito da ALFA EDUCAÇÃO, deverão contar obrigatoriamente com a presença de mulheres. Parágrafo único: A exceção deverá ser justificada formalmente ao Diretor Acadêmico para deliberação”.

O Direito, até algum tempo atrás, era uma das poucas áreas ditas tradicionais que se mantinha relativamente inalterada às mudanças econômicas e à evolução tecnológica. A situação mudou nesses últimos anos, com a abertura econômica, privatização de empresas e entrada de grupos estrangeiros no País e, ainda, com o advento da Internet. Já no século XXI não se justifica criar um Curso de Direito nos moldes tradicionais.

Dessa forma, depois de várias discussões e análises, foi definido o leque de conteúdo do núcleo de formação complementar e, dentro dele, o conjunto de disciplinas optativas a serem oferecidas.

A seleção das disciplinas eletivas procura atender a um dos objetivos do Curso, que é o de ser uma referência de modernidade às demandas do mercado de trabalho da região e dar identidade ao Curso (diferenciá-lo dos demais existentes na região), aprofundar a ênfase temática do Curso e flexibilizar o currículo pleno do Curso.

O Projeto Pedagógico do Curso, dessa forma, busca adequação ao desenvolvimento das habilidades e ao perfil profissional desejados, dedicando carga horária suficiente aos conteúdos fundamentais, profissionalizantes e complementares e definindo, cuidadosamente, as ementas das disciplinas que os contém. Além disso, apresentam as Atividades

Complementares, o Estágio Curricular Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso, compostos por conteúdos e atividades especialmente dedicados ao cumprimento do projeto.

A elaboração da matriz curricular procurou, portanto, manter equilíbrio e integração entre os vários conteúdos, evitando a sua sobreposição e buscando, sempre que possível, o retorno, de forma complementar, ao ponto central que constitui o eixo da proposta do Curso. Nesse sentido, pode-se dizer que a matriz curricular apresenta um alto grau de interdisciplinaridade, tanto interna quanto externa.

Na elaboração do ementário, estando este disponível nos Apêndices I e II, procurando dar um tratamento homogêneo às diversas áreas, mas respeitando suas peculiaridades, buscando sempre trabalhar seus conceitos e princípios fundamentais, ao lado da tradicional análise legislativa e jurisprudencial.

7.3 MATRIZ CURRICULAR

O currículo aqui apresentado não é um trabalho acadêmico propriamente acabado e completo, no sentido de que está aberto a possibilidades de constante revisão, para que o Curso sempre se mantenha atual e ativo, e não apenas um plano padronizado ou uma relação de princípios e normas estanques de funcionamento. Ou seja, o currículo do Curso não se orienta por conteúdos rígidos e estáticos. Por isso, a matriz que segue constitui o modelo atualmente praticado pelo Curso de Direito proposto no Apêndice 1.

7.4 METODOLOGIAS DE ENSINO

O Curso de Direito da FADISP prioriza na definição das metodologias de Ensino estratégias propiciam a maior interatividade docente-discente e discente-discente. Acredita que assim é possível a construção do saber e do conhecimento em que o referencial teórico é experimentado coma vivência de cada aluno, e com isso o compromisso do aluno com seu próprio desenvolvimento e transformação.

Além de formação de nível superior adequada ao exercício profissional, as metodologias de ensino-aprendizagem da FADISP priorizama realização de pesquisas e o estímulo das atividades criadoras.O ensino e a pesquisa estão ligados por cursos e serviços especiais, sempre com o incentivo à valorização humana e social das profissões.

Dessa forma, para o desenvolvimento do perfil profissional desejado para os alunos e egressos do curso, a FADISP prioriza metodologias de ensino-aprendizagem coletivas,

desafiadoras e crítico-reflexivas, voltadas ao atingimento de objetivos pedagógicos que tornam este aluno um profissional mais competitivo e direcionado à busca de resultados. Essas metodologias são exercitadas por diversas técnicas que bem se coadunam com a pluralidade necessária de visões do processo ensino-aprendizagem. Dentre estas técnicas, estão:

I. Aproveitar toda experiência acumulada pelos alunos, adotando métodos de ensino que exijam o uso de experiências anteriores, como discussões de grupo, exercícios de simulação e estudo de casos.

II. Propor problemas, novos conhecimentos e situações sincronizadas com a vida real, relacionando os conteúdos ministrados com a realidade do dia-a-dia dos alunos, dada a predisposição do adulto para aprender algo que contribua para suas atividades profissionais ou para resolver problemas reais.

III. Justificar a necessidade e utilidade de cada conhecimento, uma vez que adultos se sentem motivados a aprender quando entendem as vantagens e benefícios de um aprendizado, quando percebem suas próprias deficiências e reconhecem a necessidade.

IV. Prática de determinado conhecimento, habilidade ou competência.

V. Envolver os alunos no planejamento e na responsabilidade pelo aprendizado, pois adultos gostam de exercer sua independência e assumir suas responsabilidades.

VI. Estimular e utilizar a motivação interna para o aprendizado, pois as motivações mais fortes nos adultos são internas, relacionadas com a satisfação pelo trabalho realizado, melhora da qualidade de vida e elevação da autoestima.

VII. Facilitar o acesso, os meios, o tempo e a oportunidade, para que os adultos se sintam envolvidos e comprometidos com o programa de aprendizagem que a Instituição lhes oferece.

Outro aspecto relevante sobre as opções metodológicas do Curso é que visam à integração das disciplinas do Curso. Assim, sua prática permite que o aluno cultue a visão holística da Ciência Jurídica, com temáticas adequadamente contextualizadas e inter-relacionadas, para assegurar, assim, o maior interesse do aluno adulto. Como exemplos de metodologias interativas e integrativas do curso da FADISP, há:

Técnicas de exposição pelo professor, na forma de aulas expositivas dialogadas, participativas e interativas, consideradas como necessárias para introduzir um novo assunto, propiciar uma visão global e sintética, esclarecer conceitos e concluir estudos;

Técnicas centradas no aluno, na forma de estudos de texto e estudos de casos e de estudos dirigidos (ou orientados), que objetivam desenvolver a capacidade de estudar um problema, de forma sistemática, desenvolver a capacidade analítica e as habilidades de

compreensão, interpretação, análise, crítica, e (re)-criação de textos, bem como preparar para o enfrentamento de situações complexas;

Técnicas de elaboração conjunta, em especial, seminários e trabalhos de grupo, que objetivam a contribuição conjunta do professor e dos alunos e analisar coletivamente um tema importante, a fim de se chegar a uma posição;

Utilização de pesquisas pontuais nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular, sendo elas orientadas pelos respectivos professores;

Realização de visitas técnicas, dando oportunidade ao aluno de compartilhar experiências e vivências tais como ocorrem no mundo do trabalho;

Participação em eventos, internos e externos, como palestras, seminários e fóruns temáticos de interesse para a formação do aluno;

Estudo de casos, que promovam nos alunos a capacidade de estabelecer relações entre os conhecimentos das diferentes disciplinas para o encaminhamento da solução de casos reais;

Práticas laboratoriais, aulas práticas em laboratório, ou em salas ambientes especiais nas quais são fundamentais a explicitação dos objetivos da aula e a colocação do professor como um elemento de suporte para se atingir esses objetivos, com a realização e desenvolvimento de processos simulados através de plataforma digital própria, atendimentos reais, debates e desafios, dentre outras atividades. Busca-se, com isso, dar ao aluno o máximo de autonomia na organização de suas atividades visando o seu desenvolvimento. A orientação é que nesses ambientes sejam desenvolvidas atividades práticas, em pequenos grupos, com o objetivo de promover a interação entre os alunos e desenvolver as habilidades de trabalho em equipe.

Posturas pedagógicas híbridas. Com a implementação de novas tecnologias aplicadas no processo ensino-aprendizagem, mesmo após o período de distanciamento social, a percepção que se tem é de integração permanente do sistema educacional híbrido, com o qual se integram o ensino presencial com ações pedagógicas *online*, sem perder a essência da presencialidade que caracteriza o Curso de Graduação em Direito da FADISP. As posturas pedagógicas híbridas constituem uma metodologia própria para lidar com a união de elementos, o presencial e o digital, que vão deste a inter-relação pessoal até orientação sobre como fazer da *Internet* uma ferramenta de construção do conhecimento. As metodologias híbridas sempre acompanharam o processo de ensino-aprendizagem na FADISP, pois o uso de tecnologia, a realização de atos, a comunicação entre o Professor e o aluno, as metodologias diversificadas, sempre fizeram parte da rotina educacional, no escopo de alcançar um aprendizado de qualidade

e eficiente, proporcionando uma formação adequada ao mundo digital ao promover atividades acadêmicas realizadas por meio de plataforma de tecnologia digital.

Estágio de Docência. O Estágio de Docência é um instrumento importantíssimo já que figura como um dos elos do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP com a Graduação, o que confere ao mestrando e ao doutorando uma oportunidade de vivência de magistério, despertando o interesse para docência no ensino superior.

Desde o início das atividades do Programa, os discentes já passaram a realizar as atividades de monitoria (estágio de docência), no âmbito da Graduação em Direito, aplicando seminários e promovendo debates tanto de forma presencial como no formato híbrido, com utilização de transmissão em tempo real, oportunizando ao aluno do Mestrado e Doutorado de qualquer local do país a participar do estágio de docência e, assim, incrementar o conhecimento de outras culturas, realidades sociais e econômicas, consolidando o *network* entre todos.

Assim, apenas para melhor ilustrar o que se descreve, os mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP puderam participar como monitores na Graduação, cujo conhecimento é indispensável no plano da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, aliados a um enfoque prático das questões estudadas, especialmente pela análise crítica da jurisprudência nacional e doutrina

Segundo a metodologia aplicada no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP, a aula divide-se partes de forma a dinamizar o ensino-aprendizagem. A aula é dedicada à exposição pelo Professor da disciplina, incrementada pela realização de modernas aplicações de metodologias tecnológicas com o uso de aplicativos que promovem a interação completa de todos os alunos, o Professor e os mestrandos e doutorandos no cumprimento do Estágio de Docência. Assim, a cada 40 minutos de aula do Professor, os próximos 10 minutos são dedicados à interação virtual, tecnológica e moderna para debates, respostas às questões formuladas e aplicação de questões pré-elaboradas pelo Professor e pelos mestrandos e doutorandos. Assim, analisam hipóteses práticas elaboradas com o intuito específico de dirigir o estudo dos temas teóricos. Após o encerramento dos debates, são expostas as conclusões obtidas, conforme a participação dos alunos, em complementação à aula do Professor, de forma profícua, harmônica, criativa e incentivadora.

Além disso, complementa-se o aprendizado tanto dos graduandos, como dos mestrandos e doutorandos, a oferta de cursos de curta duração, cuja didática com o uso da metodologia de aplicação de seminários versando casos práticos e polêmicos da atualidade, ao lado de debates e exposições pelos alunos, é devidamente aplicada no âmbito da Graduação em

Direito da FADISP, conduzido pelo Professor responsável pela disciplina, que conta com o auxílio dos mestrandos e doutorandos. A preparação dos cursos de curta duração pelos mestrandos e doutorandos, consiste na apresentação de temas controvertidos e discussões jurisprudenciais, acompanhando o graduando na compreensão da teoria cotejada com a prática.

Aos mestrandos e doutorandos que realizaram esse estágio docente foram conferidas horas em atividades programadas, na forma do Regulamento e de acordo com a sua participação (período, horas etc).

Assim é que, os mestrandos e doutorandos atuam como Monitores junto aos Professores do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) na Graduação, e muitos já ministram aulas na Graduação em outras Instituições de Ensino Superior; recebendo, de igual forma, seus respectivos créditos em estágio docência, mediante comprovação de sua efetiva realização.

O Estágio de Docência propicia um excelente aprendizado aos alunos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, mas com certeza os mais favorecidos são os alunos da graduação, que, além do professor titular, ainda possuem suporte de outros profissionais na sua formação.

Desta forma, além de contribuir com a formação discente de todos os alunos da FADISP, sejam de graduação ou pós-graduação, o Estágio de Docência possibilita a interação entre os alunos e motiva os graduandos a continuarem a sua formação e aperfeiçoamento acadêmicos.

7.5 NOVOS TEMPOS DA EDUCAÇÃO

As transformações individuais e coletivas trazem para o centro de nossas preocupações, em especial, em tempos de crises políticas, econômicas e sanitárias. E como devemos aplicar os ensinamentos na Educação Universitária?

O grande e primeiro ensinamento no campo da Educação está ligado ao modo como a humanidade constrói conhecimento. Apesar de toda situação de crise ser difícil, é nela em que o ser humano se revela. Em meio a cenários de instabilidade, constata-se que o que fica é o aprendizado de que se deve sempre continuar, de onde estiver.

Um dos maiores aprendizados trazidos pelo isolamento social foi a necessidade de sermos gentis uns com os outros, ter compaixão e consciência de que *o cuidado consigo se reflete no cuidado com os nossos próximos*, as pessoas que mais amamos, nossos entes queridos. Também podemos olhar para a passagem do tempo refletindo sobre o que é essencial

para vivermos, e *utilizar esse tempo para a construção de conhecimento* e investimento no crescimento pessoal. Essa nova base de valores humanos deve estar presente a todas as ações e atividades do processo ensino-aprendizagem.

Outro ponto de reflexão, é o olhar que devemos ter do futuro pós pandemia. Giorgio Agamben, filósofo italiano, autor de obras que percorrem temas que vão da estética à política, pronunciou-se no dia 17 de março sobre o assunto. Para ele, o pânico revelou que a sociedade não acredita em nada além de "vidas nuas" e que os italianos estão dispostos a sacrificar tudo para evitar ficarem doentes.

Conforme artigo da Folha de São Paulo, Agamben também levantou a reflexão sobre como seriam as relações humanas em um cenário em que se tornasse comum vivermos com a ideia de que os outros seres humanos fossem apenas prováveis contaminadores. Ele indaga: *o que é uma sociedade cujo único valor é a sobrevivência?* E acrescentou: os homens, acostumados a viver em permanente crise, não percebem que a vida foi reduzida à condição biológica, perdendo suas dimensões social, política e emocional. *Uma sociedade em permanente estado de emergência, não pode ser livre.*

A preocupação de todos não está relacionada apenas ao momento de pandemia. Há também a reflexão sobre o cenário pós-pandemia. Mas, como ficaremos após todo esse período de stress e incertezas. Sem dúvidas, cada um de nós luta sua constante batalha íntima e diária e o que nos resta sempre é a certeza de que *superamos, aprendemos e crescemos, bem mais do que imaginávamos.*

A quarentena nos fez focar as energias em hábitos positivos. Mesmo com toda a ansiedade pelo futuro, aprendemos que sabendo que ele é incerto devemos ter todos os cuidados, mas também não devemos viver em função do mesmo. Nesse período, é importante cuidar da mente e do corpo. Práticas como *leitura, estudos online, meditação, exercícios físicos, alimentação balanceada*, são algumas das escolhas mais saudáveis.

No âmbito profissional, é possível utilizar o tempo e o conforto de casa, para quem trabalha como "Home Office", para atuar de forma mais integrada com os colegas de trabalho, além de interagir, mesmo que à distância, com os vizinhos e focar em práticas solidárias. Dessa forma, é possível colocarmos em prática o real sentido de aprender *e sobreviver às adversidades com respeito e amor ao próximo.*

Essas reflexões nos conduzem a retroalimentar as metodologias do Curso de Direito, adequadas às modalidades não presenciais de ensino. Embora existam muitas fragilidades na modalidade não presencial de ensino, sua existência é uma realidade, e deve mesmo perpetuar-se, com sua transformação numa ferramenta não só de momentos extremos,

mas de construção do processo ensino-aprendizagem para o enfrentamento do discente dos novos modelos jurídicos digitais. Alguns pilares dessa nova abordagem, não presencial do ensino, já são possíveis de serem identificadas: centralidade do discente, com métodos ativos de aprendizagem, a intermediação docente, o uso fecundo da tecnologia, a exploração inteligente e racional da internet. No universo do Direito, o ambiente do processo eletrônico permite a que o ensino online promova ao aluno experiências práticas mais ricas e reais.

É indubitável que a pandemia trouxe um contexto novo para a área da Educação em todo o mundo. Com as atividades presenciais suspensas, o processo educacional sofreu mudanças bruscas e a comunidade acadêmica passou a buscar soluções para adequar-se à nova realidade.

Não obstante, é importante ressaltar que a FADISP já possuía suas plataformas digitais antes do ano de 2020, consolidando ainda mais sua característica de estar na vanguarda juntamente com as demais IES de qualidade na Capital do Estado de São Paulo, sendo que a realização de atividades acadêmicas realizadas por meio de plataforma de tecnologia digital foi devidamente autorizada pela Portaria MEC nº 1.038, de 7 de dezembro de 2020 e no Parecer CNE/CP nº 19/2020, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação - CP/CNE, homologado pelo MEC e publicado no D.O.U. em 10 de dezembro de 2020, p. 106, Seção 1, nº 236.

Este registro encontra-se na rotina do processo educacional. Sua importância está devidamente registrada também na Proposta do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado em Direito da FADISP, devidamente encaminhada na Plataforma Sucupira. Assim é que, já em 2019, no item “Experiências inovadoras de formação no ensino”, constou da referida Proposta: “b) a partir do ano de 2014, a Pós-Graduação Lato Sensu das Faculdades ALFA/FADISP lançou o estudo da disciplina Metodologia de Pesquisa por meio da Plataforma Moodle, inovando na forma de comunicação entre o Professor e o aluno. Dado o sucesso nos resultados obtidos, a experiência foi repetida em 2015, 2016 e 2017. A Mantenedora aprovou para o ano de 2018, a disponibilização da Plataforma Moodle também para a Graduação e para o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) cujo formato de utilização será discutido no âmbito do Programa, de maneira a oferecer e incrementar esta ferramenta de apoio aos alunos, estando efetivamente em prática por todos os Professores e alunos”.

Dessa forma, resta claro que a FADISP sempre esteve e permanece atenta às necessidades do mercado e às novas metodologias, de maneira que as atividades acadêmicas

presenciais convivem em sintonia com as novas tecnologias, incrementando sobremaneira o processo de ensino-aprendizagem.

A utilização de tecnologias da informação e comunicação (TIC), aliada ao treinamento e capacitação dos docentes para metodologias ativas aplicáveis nesse contexto é essencial para o aprimoramento das atividades educacionais na formação continuada do corpo docente, do corpo discente e dos egressos, atendendo as diretrizes institucionais.

As comunicações e acessos dos alunos aos sistemas próprios do AVA/Telesapiens, na plataforma *Teams* permite a interação ao vivo (docente e alunos), para aulas e atividades acadêmicas realizadas por meio de plataforma de tecnologia digital. Os docentes estão capacitados de forma remota/online para usar as plataformas, ou seja, no AVA/Telesapiens, da Plataforma Teams, tudo com seus respectivos Tutoriais de uso disponíveis aos docentes para acesso permanente. Foi disponibilizado aos docentes um grupo de *WhatsApp* para apoio de questões relativas à tecnologia da informação, assim como um *WhatsApp* na Central de Atendimento aos Alunos para facilitar a comunicação e acesso às informações de toda a ordem (matrícula, rematrícula, inscrição a eventos, comunicações institucionais etc). Além disso, a equipe de T.I. presta suporte individual e realiza oficina de treinamento com cada Professor e está disponível para atender docentes e discentes em tempo real.

Conforme disposto na Portaria nº 315, de 30 de dezembro de 2022, que “Acolhe, nos termos do Parecer CNE/CP nº 14, de 5 de julho de 2022, aprovado por unanimidade, a utilização do processo híbrido de ensino e aprendizagem pelos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil”, assim, as atividades acadêmicas realizadas por meio de plataforma de tecnologia digital convivem em sintonia com as aulas e atividades presenciais.

Na Pós-Stricto Sensu, as aulas, o cumprimento das disciplinas, os eventos nacionais e internacionais, o Estágio de Docência, a comunicação com tudo e com todos é facilitada e utilizada de forma efetiva por meio das plataformas digitais. A integração da Pós-Stricto Sensu com a Graduação oportuniza a conexão das atividades, retirando a exclusividade dos espaços acadêmicos, o que acarreta em verdadeiro incentivo à comunidade acadêmica em aprofundarem seus conhecimentos de forma verticalizada e sistematizada.

Além disso, atenta aos novos tempos e a formação complementar e interdisciplinar, a FADISP sempre realizou e realiza eventos, cursos, e atividades, buscando trazer o mais moderno e o mais atual. Durante seus 20 anos de existência, parcerias nacionais e internacionais possibilitaram a formação continuada do corpo discente e docente. Durante a pandemia, a FADISP realizou 150 eventos nacionais e internacionais com transmissão simultânea à UNIALFA e aberto ao público, sendo que muitos estudantes, que certamente não teriam

condições financeiras de participarem desses eventos *in loco* no exterior, tiveram a oportunidade de interagir com professores renomados de nível internacional, como o professor italiano **Luigi Ferrajoli**.

7.6 TRATAMENTO TRANSVERSAL DO CONTEÚDO ACADÊMICO

Na FADISP a pessoa humana é o centro gravitacional de todas as ações, de maneira que a síntese entre ciência, cultura, pesquisa e extensão, a vivência comunitária, a idoneidade moral e a capacidade técnico-científica deve ser aliada a seu favor.

Busca ainda definir a melhor proposta curricular que venha a atender as necessidades sociais da sua comunidade nacional e regional.

A sua práxis se funda em princípios educativos que apontam para um sentido de participação, no qual o estudante é visto como ser ativo, sujeito responsável e solidário, que busca a conscientização através da compreensão dos fenômenos na sua totalidade. Compromete-se a oferecer qualidade acadêmica aos cursos oferecidos, papel de relevância pública e função social, em consonância com o projeto da mantenedora.

Nessa trajetória de construção e consolidação de seu papel social, procura-se não somente, mas principalmente, a conquista de espaço ético e sociopolítico, aberto às questões de defesa ao exercício pleno do educando e educador, da cidadania e dos direitos humanos.

Como instituição educacional, a FADISP prioriza o conhecimento e o desenvolvimento das capacidades e competências necessárias aos educandos para o exercício profissional e inserção no mercado de trabalho de forma crítica e transformadora. Ao reconhecer a importância da formação de professores e demais profissionais em outras áreas na sustentação da sociedade e no desenvolvimento da economia, cuja base está em franca expansão em toda a região, carente de profissionais qualificados,

A filosofia da instituição vai além da simples formação profissional; ela incentiva e proporciona uma formação crítico-reflexiva do saber fazer com entrega para desenvolver verdadeiras ações.

Deste modo, tratar os aspectos de interdisciplinaridade e transversalidade é uma preocupação constante do Curso de Direito da FADISP, e para evitar que a retórica se sobreponha à prática pedagógica, assegura a integração de disciplinas transversais atinentes a diversas áreas de conhecimento. Sua proposta é de inter-relação e contextualização dos problemas sociais desde a real e cada vez mais desafiadora Era Digital, com o olhar atento às temáticas específicas relacionadas às novas tecnologias, que impactam na Economia e,

diretamente, no Estado, com especial atenção para o universo do Poder Judiciário, como também nas relações interpessoais, tudo para despertar o interesse teórico e prático do aluno. Insiste-se, aqui, que não é possível dissociar a educação transversal dos tempos atuais de reflexão e proposição crítica sobre as causas, os efeitos e as significações dos acontecimentos e fenômenos sociais que marcam *A Quarta Revolução Industrial* com a união de técnicas de produção de vanguarda integrada aos sistemas inteligentes.

Assim, sob esse viés, é importante integrar no conteúdo acadêmico curricular a ensino-aprendizagem transversal para o conhecimento da realidade contextual do aluno, combinando, para tanto, estratégias de interdisciplinaridade e flexibilização do conteúdo curricular.

As ações de promoção de igualdade étnico-racial são incorporadas às atividades de ensino, de forma transversal e articulada com os conteúdos e as práticas curriculares, contextualizadas em componentes relacionados à promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos, com ênfase na superação dos preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de gênero.

Além da incorporação acima citada, através da transversalidade e articulação com os conteúdos curriculares, o curso oferece como conteúdo programático a Educação das Relações Étnico-raciais Para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena em todas as disciplinas da matriz curricular, sendo este um diferencial e valorização da nossa história e cultura.

O curso Direito, assume essa responsabilidade com mais propriedade por formar pessoas que vão atuar nas mais diversas áreas e que vão lidar a luta e efetivação desses direitos, motivo pelo qual é proposto, além dos conteúdos curriculares, a realização de seminários e outros eventos envolvendo a questão.

Também, seguindo as diretrizes curriculares do curso de Direito, onde se evidencia pelos componentes relacionados a educação para a terceira idade, educação em políticas de gênero, entre outras nas emendas das disciplinas ofertadas regularmente.

7.6.1 INTERDISCIPLINARIDADE

O Curso tem a preocupação que os conteúdos oferecidos estejam perfeitamente afinados com as necessidades da profissão de Bacharel em Direito, mas também, com igual relevância, com o que é pertinente a outras áreas afins de interesse do Curso ou mesmo à

formação cívica do aluno. Assim, oferece abordagens relacionadas a áreas como econômica, administração, cultura geral, histórica, dentre outros.

As abordagens multidisciplinares estão em disciplinas como “Filosofia Geral e Jurídica”, “Antropologia e Direito”, “Português Instrumental Forense”, “Psicologia Aplicada”. “Língua Estrangeira Instrumental”, dentre outras.

Além do conteúdo interdisciplinar inserido na matriz curricular, há cursos e seminários. Recentemente foi ofertado gratuitamente pela FADISP, em conjunto com a UNIALFA, o “Curso de Libras”, com o objetivo de estimular a inclusão social. Outro tema transversal foi tratado em palestra realizada na FADISP sobre “Privatização de Presídios”. Há também a oferta de cursos de idiomas instrumentais, como inglês e francês, ministrados por docentes da FADISP, e italiano, ministrado por um doutor egresso do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP

7.6.2 FLEXIBILIDADE

A flexibilidade curricular do Curso de Direito compõe o outro pilar de orientação do ensino transversal. Sua observação se dá com a revisão sistemática e periódica da matriz curricular, para a inserção, atualização ou modificação de disciplinas e suas respectivas abordagens, sob a supervisão do NDE do Curso, Colegiado do Curso, com a participação opinativa do corpo docente e discente. Nesse processo contínuo de revisão sistemática e periódica de conteúdos, a FADISP procura sempre priorizar conteúdos que favoreçam a autodeterminação do aluno, como acadêmico-pesquisador e como ser humano.

Duas modalidades de flexibilização são observadas: a vertical e a horizontal. A vertical é entendida como a organização das disciplinas ao longo de semestres, compreendendo ainda a oferta de disciplinas eletivas básicas e profissionalizantes. Ressalte-se que há a possibilidade de o aluno cursar disciplinas que não constam na matriz curricular do curso, mas que são de seus interesses para complementar sua formação em outras áreas de interface, possibilitando, assim, um percurso interdisciplinar. Dessa forma, o aluno pode cursar um determinado número de disciplinas fora de sua habilitação, sem aprovação prévia dos colegiados ou de um número determinado de disciplinas na própria Instituição. Essa escolha fica a critério do aluno. Já a flexibilidade horizontal é feita através de atividades acadêmico-científicas e dos cursos de extensão definidas pelo colegiado do curso, respeitando o Regulamento de Atividades Complementares da Instituição.

A seguir, a FADISP trata das ações e práticas que, a seu juízo, constituem valiosas práticas didáticas do ensino-aprendizagem transversal, com a aplicação da interdisciplinaridade e flexibilidade do conteúdo curricular. Estão identificadas por: Núcleo de Práticas Jurídicas; Núcleo de Pesquisa – NUPES, Núcleo de Educação Inclusiva; Tutoria Docente e Estratégias de Internacionalização. Todas essas ações e núcleos são tratados no próximo Capítulo de forma mais detida.

7.6.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

A FADISP observa e contempla as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, nos conteúdos e metodologias das unidades curriculares de todos os seus cursos superiores de graduação, de modo transversal, contínuo e permanente, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.

O Curso de Direito contempla as discussões sobre as diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos, uma vez que pensamos que

“[...] todas as pessoas, independente do seu sexo: origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais: de suas escolhas de credo, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática”.

O conteúdo referente aos Direitos Humanos é desenvolvido no curso de Direito de forma transversal em todas as disciplinas e ainda em disciplina própria. A disciplina Direitos Humanos, com carga horária de 80 horas, trabalhará os principais conceitos, temas, princípios e elementos dos Direitos Humanos, enquanto a formação transversal possibilitará ao aluno fazer a correlação destes elementos em todas as áreas do direito.

Ressalte-se, também, que FADISP desenvolve um projeto institucional de “Diversidade Cultural e Responsabilidade Social”, cujos objetivos contemplam as discussões da Educação em Direitos Humanos tendo como escopo principal uma formação ética, crítica e política.

Desta forma, objetiva-se, com esta proposta, desenvolver um tipo de educação que se comprometa com a superação do racismo, sexismo, preconceito de gênero e outras formas

de discriminação correlatas e que promovam a cultura da paz e se posicione contra toda e qualquer forma de violência, além de possibilitar a formação de um profissional mais humanizado.

7.6.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

De acordo com a Lei de Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002), ressaltamos que o Projeto do Curso de Graduação Direito, obedece às peculiaridades de cada área do conhecimento, levando em consideração a necessidade da discussão das temáticas sobre Educação Ambiental (segundo a Lei 9.795/1999) no Decreto Nº 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP Nº 2/2012.

A formação socioambiental está presente em várias disciplinas, sendo especificamente na disciplina Direito Ambiental com carga horária de 40 horas. Além desta disciplina, o tema também é abordado amplamente na disciplina Direito Agrário e Agronegócio, também de 40 horas. Nessas disciplinas a pauta ambiental estará presente em todos os pontos abordados, ressaltando sua importância.

No entanto, a discussão ambiental não ficará restrita apenas a essas duas áreas. As discussões socioambientais estão incluídas em todos os ementários do curso, sendo desenvolvido debates e atividades de forma transversal, contemplando todos os conteúdos programáticos propostos de forma multi e interdisciplinar.

No âmbito das políticas educacionais previstas pelo Ministério da Educação, a responsabilidade social:

“[...] refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável. Nesse sentido, deverão ser verificados trabalhos, ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos com e para a comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura urbana/local e a inovação social” (BRASIL, 2012).

E para sustentabilidade socioambiental o conceito se define como sendo a:

“[...] dimensão socioambiental, nas atividades de ensino, extensão e gestão, destina-se à conservação, recuperação e melhoria das condições ambientais, sociais e existenciais, promovendo a participação de toda a comunidade da IES, no delineamento, planejamento, implantação e

avaliação das atividades e dos seus indicadores, que devem constar no seu PDI” (BRASIL, 2012).

Segundo Jacobi (2003),

[...] a problemática ambiental constitui um tema muito propício para aprofundar a reflexão e a prática em torno do restrito impacto das práticas de resistência e de expressão das demandas da população das áreas mais afetadas pelos constantes e crescentes agravos ambientais. Mas representa também a possibilidade de abertura de estimulantes espaços para implementar alternativas diversificadas de democracia participativa, notadamente a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural (JACOBI, 2003, p. 190).

Partindo desses pressupostos, a Instituição de ensino, que já apresenta ações sociais responsáveis nesse âmbito, programará mais projetos e atividades, consoantes a essas políticas, o que já é uma realidade para a FADISP.

7.7 ARTICULAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO COM AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem são fundamentais para o desempenho de excelência da Instituição de Ensino Superior. Ciente disso, a FADISP faz desse aspecto fundamental um processo contínuo e sistêmico, com a criação da Comissão Própria de Avaliação - CPA. Essa comissão é composta por representantes da comunidade acadêmica, incluindo alunos, professores e funcionários administrativos, e tem a responsabilidade de realizar o processo de autoavaliação da instituição, com base nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O objetivo da autoavaliação é identificar as condições do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, e suas potencialidades e fragilidades. Os resultados do processo de autoavaliação, consolidadas em um relatório disponibilizado no sítio eletrônico da Faculdade, representam importante subsídio para que a FADISP execute ações para corrigir as fragilidades e manter as potencialidades identificadas, com vistas à melhoria da sua qualidade.

O Curso faz do processo ensino-aprendizagem um projeto coletivo, para o qual e pelo qual todos, desde os Discentes passando pelos Docentes e Equipe Administrativa até os Egressos, são agentes intelectuais ativos na construção do saber. Embora o professor exercite a docência com autonomia para desenvolver a disciplina que está sob sua responsabilidade, seu

desempenho é parte de um conjunto maior de participantes ativos do percurso formativo dos alunos, fazendo dos resultados pedagógicos a conquista de um trabalho coletivo.

A identificação do perfil profissional pretendido para o egresso é vista como essencial e ponto de partida para todo o processo de ensino-aprendizagem, antecede, pois, o registro formal do plano de ensino (Plano de curso e Plano de aula) realizado pelo docente. Sinaliza-se, com essa reflexão, a exigência de organização do trabalho pedagógico e, para a atestação da sua relevância enquanto diferencial teórico, didático e da relação teoria-prática, de um rigoroso sistema de autoavaliação do Curso e da Instituição, tudo como parte do processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, é da competência da Coordenação do Curso organizar momentos de discussão e reflexão coletiva entre docentes e alunos sobre o desempenho do Curso, tudo para aproximar áreas de conhecimento, profissionais e alunos, com o propósito de garantir e aprimorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem pretendido.

Assim, a qualidade teórica, metodológica e os critérios avaliativos dos planejamentos são escrutinados pela Coordenação do Curso, com a participação ativa de professores e alunos, durante todo o período e momentos de avaliação coletiva, deflagrados pela Avaliação Institucional. Essa avaliação atua como retroalimentação das ações de melhoria dos processos formativos e, portanto, de avaliação curricular.

Assim, toda a prática educativa é acompanhada e supervisionada permanentemente, a partir de critérios de asseguuração da qualidade, tais como a excelência da organização dos planos de ensino; o cumprimento das ementas das disciplinas; a atualização das bibliografias adotadas; a pertinência e relevância dos conteúdos programáticos; a utilização de recursos metodológicos variados e adequados à assimilação dos conhecimentos e ao desenvolvimento das habilidades e competências, tendo como horizonte o perfil profissional pretendido.

Ressalte-se que esses processos e elementos avaliativos só ganham sentidos quando os professores estão comprometidos com um processo de construção do pensamento reflexivo por parte do aluno, objetivando uma apreensão significativa de saberes. Disso decorre que o plano de ensino deve ter objetivos consonantes com o Projeto do Curso, para assim constituir elemento do processo formativo, com o qual é possível antecipar os resultados esperados do trabalho pedagógico. É, portanto, fundamental que os professores compreendam a relação existente entre conteúdos-objetivos-métodos-avalição, visando maior qualidade teórica e prática do trabalho acadêmico.

Como também é fundamental que os procedimentos de confecção dos planos de ensino (de curso e de aula) sejam formalizados pelos docentes no sistema utilizado na

Instituição. A qualidade do processo formativo depende, em grande parte, do cumprimento integral das ementas das disciplinas previstas na grade curricular do curso, que por sua vez, deve garantir na sua efetivação a concepção de formação do pedagogo docente-gestor, tendo como referência o perfil profissional definido nesse projeto.

Essas definições, quando debatidas e estabelecidas colegiadamente, consubstanciam um diferencial teórico-conceitual e didático-metodológico, permitindo maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão, sobretudo no que tange à implementação de projetos e atividades de caráter interdisciplinar.

Nesse contexto, é de suma importância que a avaliação do processo ensino-aprendizagem e do curso, em geral, seja vista e trabalhada como um processo, considerando que a formação de um profissional crítico-reflexo implica a discussão constante das práticas curriculares desenvolvidas no curso de modo a indicar a melhoria dos procedimentos existentes na Instituição.

Assim, é preciso avaliar se ao longo do curso os princípios que orientam a organização curricular estão sendo observados, conforme as diretrizes e bases do projeto, sem causar descompasso entre a proposta e sua execução. De igual modo, é preciso acompanhar a inserção profissional dos egressos do curso, tendo em vista uma melhor definição do perfil do profissional a ser formado.

7.8 PROCESSO DE *PERFORMANCE* DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

O Processo de *Performance* do Ensino e da Aprendizagem se caracteriza como um processo de acompanhamento da implantação dos cursos de graduação. Esse acompanhamento visa especialmente ao exame de questões relacionadas ao cumprimento do currículo e do projeto pedagógico estabelecido para o curso e de sua real implementação em nível de sala de aula.

O curso de Direito da FADISP segue as Políticas Institucionais que primam pela qualidade do ensino através do planejamento e realização de diversas ações decorrentes dos processos de avaliações internas e externas.

Desta forma, todos os relatórios correspondentes às avaliações interna e externa de todos os cursos, são apresentados ao Núcleo Docente Estruturante do referido Curso, para que este possa fazer uma análise crítica e, conseqüentemente, apresentar propostas de melhoria, se for o caso, a serem encaminhadas a Diretoria para apreciação e deliberação.

O relatório do ENADE, emitido pelo MEC, também é objeto de análise em reuniões com os docentes no sentido de discutir o desempenho dos alunos nas provas de conhecimentos gerais e específicos. Espera-se que essas avaliações sirvam de instrumento de mudança a serem trabalhadas de forma eficiente nos aspectos acadêmicos e de gestão do curso. Cabe ressaltar que a Comissão Própria de Avaliação atua de forma colaborativa junto à Coordenação do Curso.

A Instituição adota como política institucional, em todos os cursos de graduação, adequações e ajustes necessários para atender o Instrumento de Avaliação do INEP e por meio das análises dos resultados do ENADE, dos relatórios das avaliações *in loco* e dos resultados da Autoavaliação Institucional busca um ensino de qualidade. Mediante o exposto, a Instituição implantou as ações a seguir:

I. Maior critério na contratação de docentes que tenham experiência no ensino superior e de mercado com titulação *stricto sensu* com domínio técnico e acadêmico relativo aos conteúdos ministrados nas disciplinas da graduação.

II. Capacitação semestral do docente durante a Semana de Planejamento.

III. Revisão do PPC com ênfase na revisão das ementas e atualização bibliográfica para atender a DCN e o mercado.

IV. Adequação e ampliação do acervo bibliográfico.

V. Conscientização dos alunos sobre a importância em participar do programa de nivelamento.

VI. Melhoria dos serviços terceirizados (fotocopiadora e lanchonete).

VII. Provas processuais e formais dos conteúdos específicos do curso contendo 30% de questões no padrão ENADE.

VIII. Condições ao longo das disciplinas para que o discente possa participar de atividades que estimulam a investigação científica de modo que as atividades processuais sejam o desenvolvimento de pesquisas sob metodologias diversificadas.

IX. Foco nas metodologias ativas de ensino que favoreçam o aluno aprofundar o conhecimento e desenvolver competências reflexivas e críticas além de propiciar experiências de aprendizagem inovadoras.

X. Elaboração de atividades processuais com foco no desenvolvimento de habilidades e competências para atuação no mercado de trabalho.

7.9 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

A avaliação do desempenho acadêmico é parte integrante do processo ensino-aprendizagem. Sua realização se dá por disciplinas, e incide sobre a frequência e o aproveitamento escolar do aluno, regulamentada por portaria do Diretor Superintendente.

O rigor no controle de frequência é uma exigência da Faculdade, os alunos matriculados devem ter presença obrigatória, sendo vedado o abono de faltas.

O sistema de avaliação da aprendizagem discente está composto da seguinte forma: ao longo do semestre letivo, o aluno será avaliado pela sua frequência (mínimo de 75%) e aproveitamento, expresso em notas de 0 a 10 (zero a dez). O sistema de avaliação será composto por três notas, atribuídas ao longo do semestre letivo, denominadas de Nota 1, Nota 2 e Nota 3, doravante denominadas respectivamente N1, N2, N3 e uma Nota da prova de Recuperação, denominada N4. As notas N1 e N2 serão compostas por Avaliações Formais e Processuais, doravante denominadas NF e NPRO, respectivamente. A Avaliação Formal N1 e N2 será realizada de forma individual, escrita, sem consulta e contará com notas de “zero” a “dez” e peso de 80%, enquanto a Avaliação Processual também com notas de “zero” a “dez” terá peso de 20%. As avaliações N3 e N4 serão realizadas de forma formal, individual, escrita e sem consulta, com notas de “zero” a “dez”. A Média Final para aprovação em cada disciplina será igual ou maior que 5,0. A apuração das notas N1 e N2 será realizada utilizando-se a fórmula: Nota Formal (NF), representando as notas N1 ou N2, vezes 0,80 mais Nota Processual (NPRO) vezes 0,20, utilizando a fórmula $NF \times 0,80 + NPRO \times 0,2$. O aluno que obtiver média final calculada a partir da média aritmética entre N1 e N2, igual ou maior a 8,0 de acordo com a fórmula $(N1 + N2)/2 \geq 8$, será aprovado e dispensado da obrigatoriedade de realizar N3, enquanto que o aluno que obtiver média de N1 e N2 menor que 3,0 de acordo com a fórmula $(N1 + N2)/2 < 3,0$ estará reprovado por nota.

O cálculo da média das notas parciais e da nota final é definido por resolução do Conselho Superior.

8 NÚCLEOS DE FORMAÇÃO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES, DE EXTENSÃO E DE INICIAÇÃO À PESQUISA

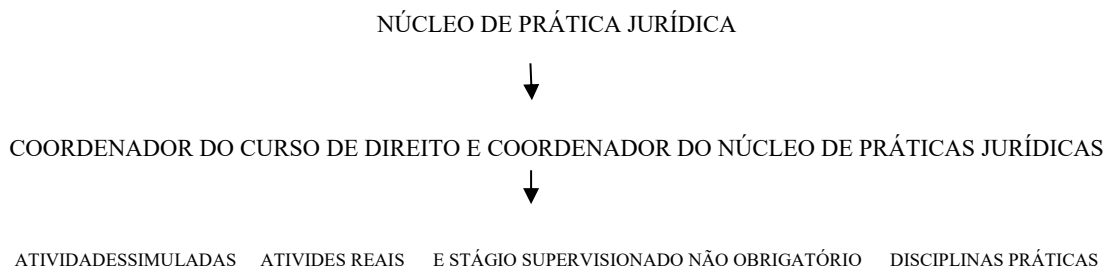
8.1 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

À luz da missão da IES, dos seus objetivos e da missão do Curso de Direito, a estruturação curricular concentrou-se no desenvolvimento integral do aluno por meio de

práticas pedagógicas voltadas à aplicação das teorias aprendidas em sala de aula. A ideia é a criação de simulações das realidades profissionais. Sua contribuição é fundamental na formação do aluno, na medida em que o transporta da situação da sala de aula para a vivência e experiência de um cotidiano real e multidisciplinar. A prática da interdisciplinaridade possibilita aos educandos maior abertura e compromisso consigo e com o outro, de forma reflexiva e transformadora, inserindo-os na realidade social, econômica, política, cultural e ambiental do mundo em que vivemos.

Dessa forma Núcleo de Práticas Jurídica do Curso de Direito da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP é o local onde são desenvolvidas e coordenadas todas as atividades de prática jurídica do curso de direito.

Contando assim, com a seguinte estrutura o Núcleo de Práticas Jurídicas:



8.1.1 PRÁTICA JURÍDICA: ATIVIDADES SIMULADAS

O Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP tem como escopos principais a maior e melhor integração entre os eixos e dimensões da formação jurídica, através de atividades transversais, em relação à formação geral e técnico-jurídica, de modo que os conteúdos e perspectivas trabalhados ao longo da formação sejam sempre problematizados de forma crítica pelos estudantes nas atividades que compõem o eixo prático-profissional.

Para tanto, fazemos uso de novas tecnologias, conectando os estudantes aos mais recentes recursos digitais na área jurídica, em linha com as recentes alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Direito, promovida pelo MEC.

Optamos por preconizar atividades práticas simuladas, nas quais é possível a proximidade com a realidade e, ao mesmo tempo, propiciar abordagens interdisciplinares e reflexivas, além de garantir maiores e mais igualitárias condições de participação dos estudantes.

8.1.2 NOVA DEMANDA DO “PROGRAMA JUSTIÇA 4.0”: PREPARANDO OS ESTUDANTES PARA AS CONDIÇÕES ATUAIS E OS DESAFIOS FUTUROS DAS ATIVIDADES JURÍDICAS

Visando atender à nova demanda do “Programa Justiça 4.0”, preparando os estudantes para as condições atuais e os desafios futuros das atividades jurídicas, criamos um ambiente digital que simula o Processo Judicial Eletrônico - PJe, no qual serão desenvolvidas atividades em todos os semestres durante a formação.

Por meio de plataforma TWM Simuladores, os docentes e discentes contam com um ambiente virtual que simula o processo eletrônico, utilizando todos os recursos eletrônicos que se aproximam da realidade do PJe, ou seja, os docentes e discentes maximizam o ensino e a prática no interior do mesmo layout que simula o sistema de tramitação de processos judiciais utilizado pelo Poder Judiciário brasileiro.

É um software simulador equivalente e compatível com o software do Processo Judicial Eletrônico – PJE, sistema oficial indicado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e utilizado pela maioria dos órgãos do Poder Judiciário em âmbito nacional.

As atividades propostas nas disciplinas de prática jurídica, como redação de peças processuais, opiniões/pareceres jurídicos ou análises de jurisprudência, serão desenvolvidas através do uso do software simulador, cujas correções pelos professores serão realizadas na forma de movimentação processual, e as providências/correções por parte dos alunos, também deverão ser feitas pelos estudantes no ambiente online dentro do prazo fixado pelo professor.

Cada disciplina de prática jurídica tem um espaço próprio no ambiente digital, administrado pelo professor responsável, na qual estão cadastrados todos os estudantes devidamente matriculados.

Desenvolvemos ainda, através nesse mesmo sistema o projeto da Liga Acadêmica de Prática Jurídica, desenvolvida em formato híbrido, que propicia o valioso debate jurídico entre os alunos, com ênfase na prática jurídica e maior integralização entre nossos alunos e alunos de outras instituições de Ensino Superior, em âmbito nacional.

É uma atividade de prática jurídica simulada, instrumento relevante para o aprendizado, e essencial para o exercício das funções do Direito, tais quais: advocacia, magistratura, promotoria, procuradoria, assim como, para a segunda fase da prova da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Espera-se que os alunos possam ter um aprendizado mais consolidado das atividades práticas do Direito, além de viabilizar um diálogo e uma interlocução entre as Instituições de Ensino Superior que participam do projeto.

Durante o exercício da Liga Acadêmica, os alunos fazem a leitura e interpretação de uma situação jurídica simulada, construída a partir de um processo real cujas informações pessoais e particulares são omitidas, desenvolvem o raciocínio jurídico sobre o caso, redigem a petição cabível e pertinente naquele momento processual, utilizando-se do sistema simulador PJE, e fazem a simulação de uma audiência ou sessão de julgamento em formato virtual, desenvolvendo também a habilidade de sustentação oral.

Dessa forma, em síntese, as atividades do NPJ são divididas em três eixos principais:

- Liga Acadêmica de Práticas Jurídicas
- Simulador PJE – TWM Simuladores
- Visitas e Atendimentos Orientados

8.1.2.1 LAPJ – Liga Acadêmica de Prática Jurídica

Além de propiciar valioso debate jurídico entre os alunos, com ênfase na prática jurídica e maior integralização entre eles, e com alunos de outras instituições de Ensino Superior, essa atividade visa permitir que o aluno adquira horas de atividades complementares extraclasse. A prática jurídica simulada é instrumento relevante para o aprendizado, e essencial para o exercício das funções do Direito, tais quais: advocacia, magistratura, promotoria, procuradoria, assim como, para a segunda fase da prova da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Espera-se que os alunos possam ter um aprendizado mais consolidado das atividades práticas do Direito, além de viabilizar um diálogo e uma interlocução entre as Instituições de Ensino Superior que participam do projeto. As atividades realizadas pelo NPJ, de forma completamente digital, superam a divisão de espaços físicos e virtuais e permite que os estudantes aprendam por meio de processos reais e simulados, construam o seu portfólio de produtos jurídicos, e se preparem para o exercício profissional, anexo com slides e links das atividades.

Importante também ressaltar que os alunos que não desejaram participar da prática como equipe, podem assistir a prática e ter validada horas de atividades complementares mediante comprovação de relatório, sendo que os alunos que participam da equipe recebem certificado de participação e horas de atividades.

8.1.2.2 Sistema TWM – Simulador PJE

É um software simulador equivalente e compatível com o software do Processo Judicial Eletrônico – PJE, sistema oficial da maioria dos órgãos do Poder Judiciário em âmbito nacional. As atividades propostas nas disciplinas de prática jurídica, como redação de peças processuais, opiniões/pareceres jurídicos ou análises de jurisprudência, serão desenvolvidas através do uso do software simulador, cujas correções pelos professores serão realizadas na forma de movimentação processual, e as providências/correções por parte dos alunos, também deverá ser feita pelos estudantes no ambiente online dentro do prazo fixado pelo professor. Cada disciplina de prática jurídica tem um espaço próprio no ambiente digital, administrado pelo professor responsável, na qual estão cadastrados todos os estudantes devidamente matriculados.

8.1.2.3 Visitas e Atendimentos orientados

Os alunos realizarão visitas orientadas aos Órgãos Públicos vinculados ao Poder Judiciário, de forma presencial ou virtual, mediante prévio agendamento ou inscrição para que conheçam a competência e funcionamento de cada um dos órgãos. Serão efetivados convênios com as Instituições Assistenciais para que os alunos possam fazer os atendimentos jurídicos consultivos à população hipossuficiente financeiramente, com a supervisão dos Professores.

8.1.3 PRÁTICA JURÍDICA: ATIVIDADES REAIS

A Faculdade Autônoma de Direito - FADISP conta com uma sala e instalações próprias de atendimento e aconselhamento jurídica a comunidade. Essa prática jurídica com atividades reais tiveram um interstício temporal de 2 (dois) anos e meio devido a pandemia da Covid 19, pois por medidas questão sanitária, o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura do Estado de São Paulo recomendaram o isolamento social.

Dessa forma, a Faculdade Autônoma de Direito – FADISP, seguiu os protocolos de segurança instituídos à época retornando agora com tais atendimentos e consultorias jurídicas, conforme relatado no site da instituição.

8.1.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

A Faculdade Autônoma de Direito - FADISP pratica o Estágio Curricular Supervisionado, tomando como parâmetro a ideia de estágio incorporada da Lei 11.788/08. O artigo 1º desta Lei estabelece que o *“Estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”*.

Na FADISP, o estágio objetiva aprendizagens social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da Instituição de Ensino.

A FADISP, na sua proposta de formação em nível de 3º grau, entende que, complementarmente ao processo de ensino, cabe-lhe viabilizar o aprendizado prático, sob a forma de Estágio que possibilite aos acadêmicos a vivência das atividades inerentes à sua formação humana e profissional.

Por entender o Estágio como atividade determinante na aquisição dos fundamentos e teórico-práticos da profissão, da formação integral, do exercício da cidadania e, sobretudo, da consolidação das competências necessárias ao perfil do profissional formado pela FADISP, todos os seus cursos de Graduação adotam o estágio como componente curricular.

O estágio é caracterizado por atividades práticas correlacionadas à área de formação do aluno e desenvolvidas, em alguns casos, na própria Instituição, ou em campos de estágio previamente selecionados, abrangendo Empresas, Órgãos Públicos ou Entidades sem fins lucrativos.

De acordo com o Regulamento de Estágio da FADISP, nos cursos de Graduação são admitidas as modalidades de Estágio Curricular não obrigatório e Estágio obrigatório.

O Estágio Curricular não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional acrescida à carga horária regular e obrigatória. É, portanto, uma atividade complementar, intencionalmente assumida pela FADISP e desenvolvida em situação real de trabalho, para o enriquecimento da formação humana e acadêmico-profissional, podendo ser realizado do primeiro ao último período do curso, de acordo com as parcerias estabelecidas entre a FADISP, Agentes de Integração, Empresas, Órgãos Públicos ou Entidades sem fins lucrativos, podendo ter o caráter de Estágio Profissional, Estágio Sociocultural ou de Iniciação Científica e Estágio Civil.

A operacionalização, acompanhamento, supervisão e avaliação das práticas de Estágio são realizados por meio do Núcleo de Estágio FADISP, da da Coordenador de Curso e do Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas. Compete a estas instâncias, entre outras, desenvolver ações no sentido de:

- I. propor e firmar a realização de parcerias com Empresas, Órgãos Públicos ou Entidades sem fins lucrativos, visando buscar oportunidades de Estágio;
- II. orientar os alunos sobre a realização de Estágio, fazendo conhecer suas normas, os documentos exigidos e prazos previstos;
- III. criar condições para que se viabilizem o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do Estágio;
- IV. promover eventos de integração entre a FADISP e o setor produtivo;
- V. divulgar oferta de vagas de Estágio;
- VI. validar a documentação de Estágio, no que se refere à matrícula e frequência;
- VII. conferir e juntar toda a documentação exigida para formalização do Estágio;
- VIII. produzir, semestralmente, relatórios referentes ao Estágio;
- IX. emitir parecer validando ou não a solicitação de Estágio;
- X. supervisionar o processo de acompanhamento e avaliação do Estágio, fazendo os encaminhamentos necessários;
- XI. manter contato com o Supervisor do Concedente de Estágio, se necessário;
- XII. analisar e avaliar o Relatório de Acompanhamento e Avaliação do Estágio Curricular Obrigatório, emitindo parecer sobre a aprovação ou não do Estagiário;
- XIII. registrar no Sistema Acadêmico o resultado da avaliação do Estagiário.

Ademais os alunos que fazem Estágio Supervisionado não obrigatório deverão entregar um plano de atividade ou relatório semestral no Núcleo de Prática Jurídica para análise de Coordenação, visto que é uma forma da instituição acompanhar o Estágio Supervisionado do aluno fora da Instituição de Ensino Superior.

8.1.5 DISCIPLINAS PRÁTICAS

O Estágio Curricular Obrigatório é um componente que integraliza a carga horária do Curso, cabendo à FADISP e ao Concedente de Estágio o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do Estagiário, sendo realizado a partir da segunda metade do Curso, por meio de quatro disciplinas práticas curriculares, a saber: Estágio em Prática Jurídica I – Prática Cível; Estágio em Prática Jurídica II – Prática Trabalhista; Estágio em Prática Jurídica III

– Prática Penal; e, Estágio em Prática Jurídica IV – Atendimento NPJ dessa maneira abrangendo as três grandes áreas do Curso de Direito

No Curso de Direito da FADISP, o estágio está dividido em quatro disciplinas presenciais e uma dedicada às atividades práticas extraclasse, a saber:

- a) Disciplinas práticas presenciais, cursadas a partir do 7º semestre;
- b) Estágio em Prática Jurídica I – Prática Cível;
- c) Estágio em Prática Jurídica II – Prática Trabalhista;
- d) Estágio em Prática Jurídica III – Prática Penal; e,
- e) Estágio em Prática Jurídica IV – Atendimento NPJ.

Também conta com disciplina prática não presencial: Além das aulas, realizadas nas dependências do Núcleo de Prática Jurídica, nas salas de aulas e no laboratório de informática, os alunos matriculados nestas disciplinas devem cumprir, obrigatoriamente: entrega de 15 relatórios de audiências ou sessões de julgamento referente às áreas cível, criminal ou trabalhista; participação em processo simulado (1 por disciplina); realização de atividades acadêmicas no Núcleo de Prática Jurídica, no âmbito da Liga Acadêmica de Práticas Jurídicas – LAPJ, com apoio da Rede de Cooperação da SEMESP e, participação em visitas técnicas supervisionadas em órgãos e instituições de interesse para a formação plena do alunado.

A forma de funcionamento do estágio curricular obrigatório está descrita no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica no anexo XXX do presente projeto pedagógico de curso.

8.2 NÚCLEO DE PESQUISA - NUPES

O Núcleo de Pesquisa (NUPES) da FADISP é um setor de apoio aos corpos docente e discente, que conta com instalações próprias e adequadas para seu funcionamento e para as atividades de orientação. Dessa forma, o NUPES promove a iniciação científica dos alunos, catalogando, constituindo e disponibilizando para consulta da comunidade acadêmica, o acervo dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da FADISP, conforme link anexo

A operacionalização dos TCCs é realizada pela coordenação de cursos e pela coordenação do NUPES da FADISP. Elas estabelecem, por meio de regulamento próprio, conforme anexo, os mecanismos de efetivo acompanhamento desta atividade na instituição como um todo e no interior de cada curso. Todos os alunos têm acesso aos trabalhos arquivados, podendo ter acesso a versão física na biblioteca ou a versão digital pelo link...

As principais atividades do NUPES são:

- I. emitir declaração ao professor orientador e professor leitor, comprovando sua participação em banca examinadora;
- II. organizar publicações na forma de catálogos semestralmente, contendo os resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) aprovados pela banca examinadora;
- III. disponibilizar os TCCs na base de dados digital da biblioteca.
- IV. ajudar a coordenação de curso na formação e composição das bancas e nos links no caso de bancas virtuais;
- V. acompanhar junto com a coordenação de curso as bancas de TCCs instruindo alunos e professores no que for necessário.

8.3 NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - NEI

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais apontam que mais de seis milhões de jovens com deficiência estão fora da escola. A Faculdade Autônoma de Direito - FADISP faz a sua parte para melhorar este quadro.

A Instituição acredita que promover a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência é mais do que matriculá-lo em uma escola regular, é oferecer-lhes atendimento pedagógico especializado para auxiliá-los no processo de aprendizagem. Todo esse trabalho é coordenado pelo Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) – FADISP.

O Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP) é um núcleo criado para oferecer acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática aos(às) alunos(às) com deficiência, compreendendo também ações inclusivas de outras naturezas, na promoção da igualdade e eliminação de toda forma de discriminação. A Instituição acredita que promover a inclusão de estudantes é mais do que matriculá-los (as) em uma escola regular, é oferecer-lhes atendimento pedagógico especializado para auxiliá-los (as) no processo de ensino - aprendizagem.

Dessa forma, FADISP acredita que a inclusão educativa não é somente uma questão técnica, nem somente de engenharia didático-pedagógica. A inclusão é uma questão de opção ideológica pela valorização e respeito às diferenças, a partir de uma postura institucional proativa. Dados do Censo da Educação apontam grande exclusão de pessoas com deficiência na educação básica e superior, carecendo de instrumentos para o acesso e permanência desses estudantes, garantindo acesso à educação.

Esse trabalho é coordenado pelo Núcleo de Educação Inclusiva (NEI), trabalhando com universitários (as) matriculados (as) que sejam pessoa com deficiência. Atuando de modo integrado a capacitação dos (as) professores (as) da Instituição para trabalhar com esses públicos, proporcionar-lhes inclusão e um melhor aprendizado, com qualidade e respeito. As lógicas inclusivas são mais amplas do que as de inserção, dependendo de políticas públicas e institucionais. Não obstante a qualificação para o atendimento especializado às pessoas com deficiência, o NEI também promove a conscientização e difusão de informações sobre inclusão e comunidades de pessoas com deficiência como a comunidade surda, através do curso básico de LIBRAS. Somente com ações integradas de promoção da igualdade, inclusão e diversidade, sob a ótica dos Direitos Humanos, surge a possibilidade de construção de uma educação realmente inclusiva e acessível a todos e todas.

Seu surgimento se deu em março de 2002, quando dois alunos com deficiência visual ingressaram no curso de Administração Pública em Goiânia – GO. Desde então emergiu, com muita força, a preocupação em proporcionar um ambiente propício para o aprendizado destes alunos para assim mantê-los no curso. Foi assim que cresceu no interior da estrutura administrativa empenhar-se em dar início a um atendimento pedagógico específico, direto e individualizado a cada um deles.

Um profissional especializado em Educação Inclusiva foi então incorporado à Instituição e iniciou o desenvolvimento de uma política adequada de atendimento aos alunos com deficiência.

O Núcleo trabalha com universitários matriculados na FADISP que tenham alguma deficiência. A equipe promove a capacitação dos professores da instituição para trabalhar com esses alunos e proporcionar-lhes a verdadeira inclusão e um melhor aprendizado.

E conta com espaço para convivência, salas de estudos individuais ou em grupo, equipados com:

- a) Instrumentos para adaptação de materiais de estudo;
- b) Computadores equipados com os melhores *softwares* de leituras de tela;
- c) Equipamentos de ponta para digitalização do material didático;
- d) Máquina Braille.

As principais atividades do Núcleo são:

I. Análise das fichas de inscrição de vestibulandos com deficiência para adaptação às necessidades dos mesmos.

II. Contato e convite aos vestibulandos com deficiência para conhecimento da Instituição e do atendimento do Núcleo.

III. Orientação aos novos alunos e promoção da sua adaptação ao espaço físico da Instituição.

IV. Orientação e capacitação de professores, alunos e funcionários para o desenvolvimento do trabalho de convivência e aprendizado.

V. Mediação na relação educando e educador para dar suporte pedagógico e técnico na comunicação eficaz.

VI. Instrumentalização de professores para adequação de técnicas e recursos pedagógicos utilizados no processo ensino aprendizagem.

VII. Apoio aos professores na aplicação de provas e vestibulares.

VIII. Adaptação de material didático/pedagógico para professores da Instituição.

IX. Preparação de material pedagógico enviado pelos professores para serem utilizados pelos alunos.

A FADISP acredita que a inclusão educativa não é somente uma questão técnica, nem somente de engenharia didático-pedagógica. A inclusão é uma questão de opção ideológica de valorização e respeito às diferenças.

Nesse sentido, uma importante ação promovida pela FADISP é o “**Programa de Nivelamento de Estudos**”. Além de sua inserção nas matrizes curriculares das disciplinas de formação básica, também é disponibilizado, de acordo com as demandas da Coordenação do Curso e dos próprios alunos, programas de nivelamento de estudos, visando à superação das deficiências e defasagens de aprendizagem acumuladas nas séries anteriores de escolarização, principalmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, com 12 horas/aula. Essa justificativa bem indica sua proposta inclusiva e transversal. E se confirma também pela regra de que não é reservado apenas aos alunos regulares, são ofertados de forma gratuita também à comunidade em geral.

Para se ter uma ideia clara desse programa de nivelamento, o plano do curso de matemática propõe:

Operações com números reais;

II. Noções iniciais de Álgebra (equações de 1º e 2º graus, inequações e sistemas de equações de 1 e 2º graus);

III. Razão, Proporção e Regra de Três: aplicações;

IV. Tratamento de Informação, leitura e interpretação de gráficos e tabelas;

V. O conceito de função, Funções Polinomiais de Primeiro e Segundo Grau.

Todo esse plano tem por objetivo:

I. Proporcionar subsídios dos conteúdos básicos de matemática, para auxiliar na formação intelectual e profissional dos alunos ingressos.

II. Diagnosticar e sanar falhas oriundas da formação escolar básica, permitindo assim que ingressante desenvolva ou restabeleça habilidades que lhe serão exigidas ao longo do seu Curso Superior.

Já o Curso de Língua Portuguesa, propõe:

I. Linguagem, Língua e fala. (Gramática/Linguística).

II. Texto: Plano de Expressão; Plano de Conteúdo. Paralelismo. Informações explícitas e informações implícitas. Palavras-chave, ideias-chave. Resumo.

III. Síntese. Vícios de linguagem. Acentuação gráfica. Emprego do hífen.

IV. Regência verbal e Regência nominal.

Outra vertente das políticas educacionais de inclusão está nas ações com propostas de ação social dos alunos, em conjunto com docentes e colaboradores, por projetos sociais. Recentemente, a FADISP criou o Projeto “Dia de Doar”, uma ação conjunta com a Paróquia Senhor Bom Jesus dos Passos, localizada nas proximidades da FADISP, na Praça Portugal, no Bairro Pinheiros.

A ação consiste na coleta de alimentos e ocorre duas vezes ao ano, além de ações específicas solicitadas pela Paróquia. Com essa ação social o aluno tem a oportunidade de, colocando a “mão na massa”, exercitar os valores estimulados pelas disciplinas do Curso dedicadas aos direitos básicos da pessoa humana.

8.3.1 NIVELAMENTO

O Programa de Nivelamento da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP busca atender alunos (as) ingressantes na Instituição que demonstrem dificuldades ou queiram aprimorar seus conhecimentos em conteúdos prévios para a Educação Superior, necessários para sua trajetória acadêmica. Uma das principais ações do Programa é a oferta gratuita e semestral de cursos de nivelamento em disciplinas centrais (ex. Língua Portuguesa), capazes de oferecer ferramentas aptas à retomada de conteúdos da Educação Básica, numa lógica de valorização das disciplinas e atenção aos seus usos acadêmicos.

O Curso de Nivelamento em Língua Portuguesa da FADISP, em convênio acadêmico institucional com a UNIALFA é ofertado semestralmente, dada a alta necessidade dos conteúdos dessa disciplina da Educação Básica nos cursos superiores conexos ao campo jurídico. Não obstante, os (as) discentes venham enfrentando temáticas atinentes ao uso da

Língua Portuguesa durante todo o Ensino Médio, existem características próprias que elas apresentam na Educação Superior. Exigindo, assim, o revisitar de determinados conteúdos essenciais e sua ressignificação no contexto universitário. Não obstante a presença de disciplinas voltadas aos usos específicos da língua e à metodologia científica, nos projetos de cursos da FADISP, o Nivelamento procura assumir um papel antecedente e complementar aos temas desenvolvidos. Ofertando possibilidades pedagógicas para a revisão de temáticas nas quais o discente apresente, inclusive, defasagens em sua formativa, contribuindo para o acesso e permanência qualificada

Informações do Curso de Nivelamento em Língua Portuguesa

1 - Objetivos:

I - Proporcionar um aumento qualitativo (teórico e prático) no conhecimento do discente em relação a conteúdos básicos de Língua Portuguesa e seus usos na Educação Superior.

II - Oportunizar a revisão de conteúdos da Educação Básica que demandem aprimoramento em Língua Portuguesa pelos (as) alunos (as), com especial ênfase na norma culta empregada na Educação Superior.

III - Nivelar conhecimentos escolares de estudantes ingressantes que demonstrem dificuldades em recuperá-los, apresentando dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, permitindo que o (a) aluno (a) possa continuar seus estudos de maneira eficaz, com autonomia.

2 - Público-alvo:

I - Estudantes dos cursos da FADISP da Graduação e pós-graduação.

II - Comunidade externa.

3 - Carga horária:

As aulas serão ministradas aos sábados, com 04 encontros de 3h, de acordo com calendário próprio.

As horas serão aproveitadas para a totalização das atividades complementares, desde que o (a) aluno (a) tenha, no mínimo, 75% de frequência no curso.

8.4 NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO – NAP

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP desenvolve um trabalho de acompanhamento e apoio pedagógico a todos (as) os (as) alunos (as) com dificuldades de adaptação e aprendizagem nos cursos de graduação e pós-graduação da Instituição.

O NAP investe sempre no desenvolvimento de ações integradas, apoiando o processo de ensino - aprendizagem, potencializando o desempenho acadêmico do (a) aluno (a). Partindo-se da perspectiva de múltiplas manifestações do processo educacional, o NAP oferece apoio para discentes e docentes, auxiliando na busca de melhores metodologias para estudo e novas estratégias em sala de aula, numa lógica didática multidimensional.

Dessa forma, o NAP elabora e coordena projetos de recuperação e nivelamento de estudos, além de oferecer orientações didático-pedagógicas que possibilitem a resolução de problemas que interfiram no desempenho acadêmico (mediante agendamento individual de orientação).

Ao apoiar os esforços dos (as) alunos (as), com respeito às suas inteligências e potencialidades, o NAP garante o acesso à uma educação de qualidade. Não obstante, o Núcleo fomenta ações de integração de discentes com os projetos pedagógicos de curso (PPC) em ações interdisciplinares e formativas (ex. Monitoria).

Os atendimentos no Núcleo de Apoio Pedagógico são individuais, ou coletivos, realizados com seriedade e competência, mantendo sigilo absoluto das informações dos (as) acadêmicos(as) durante os atendimentos, auxiliando na resolução de questões que impactem no processo educacional e desempenho no curso. O NAP atua em conjunto com a Tutoria e Coordenações de Curso, objetivando a maximização dos elementos centrais do currículo de cada curso e formação integral dos (as) discentes.

8.4.1 MONITORIA

Na Faculdade Autônoma de Direito - FADISP a monitoria compreendida como um instrumento para a melhoria do ensino de graduação, sob supervisão do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) e acompanhamento das coordenações de curso. Ela se organiza fomentando o protagonismo discente, em atividades supervisionadas de apoio às disciplinas dos cursos de graduação ou projetos, em especial por grupos de estudos para reforço acadêmico de alunos (as) com dificuldades em disciplinas.

A monitoria é prevista pelo art. 84 da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996) e art. 4º do Decreto Federal nº 66.315, de 13 de março

de 1970; podendo ocorrer de forma voluntária ou mediante bolsa nos termos dos editais publicados semestralmente. As ações de monitoria são coordenadas por professores (as) doutores(as) da Instituição, fomentando relações positivas de apoio e solidariedade pelo corpo discente. Sob a ótica da autonomia, a monitoria oportuniza novas práticas e experiências pedagógicas, fortalecendo a articulação entre teoria e prática.

Para participar do programa de monitoria o(a) discente regularmente matriculado(a) poderá se inscrever no edital semestral de monitoria (informações abaixo), comumente disponibilizado no início do semestre letivo (fevereiro e agosto). As vagas são ofertadas por disciplinas ou projetos, possuindo como prerequisite a afinidade do (a) discente com a disciplina ofertada e aprovação prévia, conforme regulamento de monitoria anexo ao presente projeto pedagógico de curso.

As atividades são realizadas de forma conjunta, entre professor (a) e aluno (a), e ligadas a uma disciplina ou projeto de curso de graduação, ocorrendo nas instalações da FADISP ou de modo remoto mediante plano de trabalho aprovado no início das atividades. A finalidade da monitoria é a de promover a cooperação mútua entre discentes e docentes, fortalecendo os vínculos acadêmicos e aproximando os (as) discentes das atividades técnico-didáticas, sempre sob orientação de um professor(a) e a supervisão pedagógica do NAP e da coordenação de curso.

8.5 TUTORIA DOCENTE

No Projeto Pedagógico Institucional – PPI, a avaliação e o acompanhamento do aluno são peças do processo de ensino-aprendizagem que requer a ação educacional contínua e dinâmica, pela qual se pode identificar, aferir, investigar e analisar o desenvolvimento do aluno, ao mesmo tempo, do professor e do Curso.

Uma destas ações na FADISP é o o programa de tutoria docente, com a qual um, dentre os Professores da turma, é escolhido para ser o Professor Tutor da Turma, como um representante docente ou um coordenador de turma. Para a Instituição, essa figura desempenha um papel fundamental, ao modo de um verdadeiro parceiro da Turma, possibilitando a que os alunos possam contribuir com o êxito das metas e objetivos institucionais. O Professor Tutor também é uma referência acadêmica e profissional no interior do Curso, vale dizer, um orientador de carreira, um interlocutor da Turma, e sempre alinhado com a coordenação e com a gestão da IES.

Com todo esse contexto formado pelo Professor Tutor, procura-se assegurar a qualidade do ensino em sala de aula. Isso é possível devido ao dinamismo do fluxo da informação entre os alunos e a IES, possível pela existência do Professor Tutor desempenhando o papel de um verdadeiro canal de comunicação, com a vantagem de ser próximo e mais acessível entre os alunos e a própria gestão administrativa e educacional.

Há outro aspecto fundamental do programa de tutoria docente. O Professor Tutor tem, ele próprio, a oportunidade de se aproximar da gestão da IES, com a oportunidade de participar ativamente das discussões para melhorias institucionais, como para a construção coletiva do Projeto Pedagógico dos Cursos, além, é claro, das ações de expansão.

Com tudo isso, infere-se que o trabalho do Professor Tutor é, em último grau, o sucesso do projeto acadêmico e profissional dos alunos, e assim o faz com excelência da prática educativa desenvolvida no interior de cada curso. E para tanto, do ponto de vista específico da avaliação da aprendizagem, seu desempenho propicia ao curso a avaliação do alcance de seus objetivos, daí dizer, nesse particular, que o Professor Tutor promove:

a) Função Diagnóstica: visa a determinar a presença ou ausência de conhecimento e habilidades, providências para estabelecimentos de novos objetivos, retomada de objetivos não atingidos, elaboração de diferentes estratégias de reforço, sondagem, projeção e retrospectiva de situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe, assim, elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu;

b) Função Formativa: evidencia se os objetivos conceituais, procedimentais e atitudinais estão mesmo sendo alcançados e em que medida, numa perspectiva diferenciada, ou seja, atento aos movimentos discentes, com maturidade docente e predisposição dialógica com a gestão do IES.

8.6 ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

As atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito do Edital FADISP nº 02/2014, que instituiu o Programa Geral de Cooperação Internacional, tiveram início em janeiro de 2015, com o desenvolvimento dos seguintes Projetos Acadêmicos com as Universidades que a FADISP mantém convênio acadêmico internacional, quais sejam, a *Universidad de Salamanca* e *Universidad de Valladolid*.

Assim, as atividades de internacionalização da FADISP estão implementadas desde 2014, ano em que celebrou convênio acadêmico com a Universidade de Valladolid (Uva) e com a Universidade de Salamanca (USAL), ambas da Espanha, e com a Universidade de Siena, na

Itália. Desde então já foram realizados 60 eventos, consistentes em Congressos, Seminários, Palestras, Colóquios e Cursos, sob inúmeras temáticas.

Com essa primeira iniciativa de outras tantas já realizadas, a FADISP tem o objetivo claro de promover a cooperação internacional entre os países Ibero-americanos, América Latina e Europa, para fortalecer ainda mais os laços históricos existentes entre estes os países destas regiões mundiais e, assim, fomentar atividades científicas com a realização de intercâmbios de professores, alunos e pesquisadores, atividades conjuntas (como publicações, congressos, seminários e projetos de pesquisa).

Acredita-se que, para formar profissionais capacitados para atuar em mercado cada vez mais internacionalizado, conforme indicam as tendências mundiais e os diversos setores da economia que se defrontam com a realidade internacional, a internacionalização está entre os princípios fundamentais da ação educativa da Instituição. Assim, a FADISP tem como meta desenvolver no discente as habilidades exigidas pela economia global, proporcionando-lhe vivência profissional enquanto realiza o curso. Com isso, as estratégias de internacionalização têm por propósito preparar o discente para oportunidades de trabalho no Mundo, a busca permanente por informação e conhecimento, além, é claro, de o incentivar ao aprendizado de uma língua estrangeira.

O convênio proporciona a realização de Seminários, Palestras de Pesquisadores e Professores representando ambas as instituições conveniadas e outras tantas europeias e latino-americanas, oportunizando aos graduandos, mestrandos e doutorandos uma efetiva experiência acadêmica internacional.

Além das Parcerias Acadêmicas Internacionais mantidas entre a FADISP, UNIALFA e as Universidades de Valladolid, de Salamanca e de Siena, foi firmado o convênio com a *Universidad de Castilla-La Mancha* (UCLM), de Toledo, Espanha, e foi protocolado uma Carta de Intenções para um convênio com a *Universidad de Granada*, Espanha. As Parcerias Acadêmicas Internacionais objetivam: (i) a mobilidade de Professores, pesquisadores, estudantes de ambas as IES; (ii) realização de edições conjuntas de publicações; (iii) realização de projetos de pesquisa em conjunto; (iv) criação e organização de atividades docentes coordenadas; (v) organização de colóquios internacionais; (vi) adesão às atividades do Campus de Excelência Internacional das Universidades espanholas.

8.6.1 UNIVERSIDADE DE SALAMANCA, ESPANHA

O convênio FADISP/UNIALFA e a *Universidad de Salamanca* (USal) já gerou inúmeras ações acadêmicas. Desde o ano de 2014, foram realizados eventos acadêmicos na USal, na FADISP e na UNIALFA, com a vinda de Professores para ministrar Seminário Internacional, com carga horária de 15h/a.

No âmbito deste Convênio Acadêmico Internacional, foi aprovado o Programa de Cotutela e Dupla Titulação, mediante a cotutela na orientação de doutorandos por Professores do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) da FADISP e da *Universidad de Salamanca*; os doutorandos poderão se inscrever no Programa de Dupla Titulação, mediante o cumprimento integral dos requisitos previstos no Regulamento da FADISP e no Convênio FADISP/USAL, com a defesa de tese a ser realizada no Brasil e/ou na Espanha.

Os doutorandos interessados passam por processo seletivo, conforme Edital de vagas publicado no site da FADISP e encaminhado por correio eletrônico a todos os doutorandos; os aprovados devem cumprir integralmente os requisitos previstos no Regulamento da FADISP, bem como da *Universidad de Salamanca*, com período de estância para estudos, orientação e realização de atividades acadêmicas junto aos respectivos Professores Orientadores espanhóis. A defesa de tese poderá ser realizada no Brasil ou na Espanha, com a participação de ambos os Professores Orientadores e Professores Doutores convidados.

A experiência desse Convênio tem sido de grande transferência dos domínios dos currículos de ambas as instituições.

8.6.2 UNIVESIDADE DE VALLADOLID, ESPANHA

O convênio FADISP/UNIALFA e a *Universidad de Valladolid* (UVa), tem como principal atividade acadêmica, o Congresso Iberoamericano de Direitos Humanos, que congrega Professores, Pesquisadores, Autoridades, Estudantes de Graduação, Mestrado e Doutorado de diversos países.

Fruto desse convênio, foi o lançamento do livro “Direitos Humanos: Diálogos Iberoamericanos”, pela Editora D’Plácido, em 2019, contendo trabalhos apresentados nos Congressos.

Encontra-se em tramitação a proposta de Programa de Cotutela e Dupla Titulação de Doutorado FADISP/*Universidad de Valladolid*, no âmbito do Convênio Acadêmico Internacional com a *Universidad de Valladolid*.

8.6.3 UNIVERSIDADE DE SIENA – SUMMER SCHOOL

O Curso “*Summer School – Democracia e Desenvolvimento*”, realizado pela UNIALFA-FADISP e a Universidade de Siena, já está em sua 8ª Edição. Constitui um curso de 60h/a coordenado por professores nacionais e internacionais, com o objetivo de fomentar o debate e pesquisa sobre as questões atinentes à globalização do direito e à comunicação transjudicial. Aqui, o objetivo também é o estreitamento do aluno com sistemas internacionais, em especial, com o foco voltado para os sistemas Europeu e Latino-Americano. Esse intercâmbio cultural permite ao aluno e docentes fazer parte do universo do Direito mais amplo sem perder, contudo, o contexto da regionalização.

O programa é coordenado pelos Professores André Ramos Tavares e Thiago Matsushita, além dos Professores Andrea Pisaneschi e Tania Groppi, da Universidade de Siena. Sua realização se dá na Universidade de Siena, e as Palestras são ministradas por Professores das mais renomadas Universidades do mundo, Autoridades, Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

8.6.4 LÍNGUAS INSTRUMENTAIS

A FADISP entende que é parte importante do processo de internacionalização do aluno capacitá-lo em línguas estrangeiras, especialmente, para sua aplicação profissional. Assim, constantemente são ofertados aos alunos cursos de inglês, francês e italiano outras conforme demandas, de caráter instrumental. Seu objetivo específico é instrumentalizar o pesquisador com estratégias que facilitam a leitura e a compreensão de texto no idioma, e assim lhe proporcionar uma aprendizagem global da língua. As abordagens também servem para tradução de materiais e documentos jurídicos que estejam disponíveis em língua portuguesa, ampliando assim o universo de expansão e divulgação do conhecimento acadêmico nacional para outras regiões do mundo.

Os cursos de Língua Instrumental visam a ensinar os alunos, principalmente da pós-graduação, a interpretar textos no idioma escolhido, lembrando que não é necessário conhecimento prévio no idioma.

Tendo assim, como proposta o desenvolvimento de conhecimentos básicos da estrutura da língua bem como o estudo e aquisição de estratégias que irão auxiliar na leitura e compreensão de textos em idioma estrangeiro.

O objetivo principal destes cursos é oferecer subsídios para que o estudante desenvolva as habilidades de leitura e compreensão de textos em idioma estrangeiro por meio de estratégias específicas e identificação aspectos linguísticos, os quais proporcionarão o entendimento global de textos acadêmicos, técnicos e científicos oriundos das mais diversas fontes.

Com a participação no curso e realização das atividades propostas, espera-se que o estudante seja capaz de:

- Compreender as diferentes formas de leitura.
- Conhecer algumas estratégias de leitura e pistas contextuais.
- Utilizar estratégias de leitura
- Compreender que um texto apresenta várias dicas que podem auxiliar a leitura

8.7 SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO E SUAS METODOLOGIAS ATIVAS

8.7.1 INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Buscando assegurar aos alunos não somente a qualidade do ensino acadêmico, como também o sentido de utilidade prática da teoria ensinada, a FADISP articula estratégias de integração entre teoria e prática, com a formação de núcleos temáticos e programas de formação prática e interdisciplinar.

Já tratamos destes núcleos que também bem desempenham a função de transversalidade do Curso. São eles:

8.7.1.1 Processo de acompanhamento do egresso.

A IES mantém coleta contínua de dados sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, sendo assim, a Faculdade Autônoma de Direito - FADISP mantém um *mailing* atualizado de seus alunos egressos sempre convidados para os cursos de extensão, palestras e atividades ligadas a instituição.

Ademais a equipe de marketing, Central de Atendimento da FADISP e a Coordenação de Curso mantém os contatos de telefones (whatsapp) e as redes sociais dos egressos sempre atualizados para interagir com eles por meio de novas postagens de seus interesses, e também, por meio de conversas sempre que houver interesse dos mesmos.

8.7.1.2 Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

Oferece serviços de atendimento psicopedagógico. Os profissionais desta área atuam de maneira preventiva, desenvolvendo sessões coletivas de orientação aos alunos e realizando atendimento individualizado aos alunos interessados, envolvendo, quando necessário, professores, coordenadores e familiares. O NAP apoia e interage sempre em ações integradas, apoiando o processo de ensino - aprendizagem, potencializando o desempenho acadêmico do(a) aluno(a). Partindo-se da perspectiva de múltiplas manifestações do processo educacional, o NAP oferece apoio para discentes e docentes, auxiliando na busca de melhores metodologias para estudo e novas estratégias em sala de aula, numa lógica didática multidimensional

8.7.1.3 Núcleo de Prática Jurídica.

Tem por escopo principal promover a maior e melhor integração entre os eixos e dimensões da formação jurídica, proporcionando que se supere a antiquada dicotomia entre teoria e prática que ainda impera no senso comum jurídico.

As atividades de prática jurídica são transversais, e não paralelas, em relação à formação geral e técnico-jurídica, de modo que os conteúdos e perspectivas trabalhados ao longo da formação possam sempre ser problematizados de forma crítica pelos estudantes nas atividades que compõem o eixo prático-profissional da formação.

Já que o ambiente acadêmico não pode se contentar em simplesmente reproduzir a realidade das práticas jurídicas, especialmente a forense, mas também não pode se alijar completamente dela. Não basta conhecer a realidade, é preciso que a mesma possa ser compreendida e apropriada pelos estudantes, garantindo sua autonomia frente aos problemas sociais e políticos que lhe são intrínsecos.

Como demonstrado no item Núcleo de Prática Jurídicas, reforça-se, neste momento que as atividades desenvolvidas no NPJ dividir-se-ão em três eixos principais:

a) Atividades Simuladas Transversais e Integrativas; buscando maior e melhor integração entre os eixos e dimensões da formação jurídica, por meio de atividades transversais, em relação à formação geral e técnico-jurídica, nos quais os conteúdos e perspectivas trabalhados ao longo da formação sejam sempre problematizados de forma crítica pelos estudantes nas atividades que compõem o eixo prático-profissional. b) As atividades propostas nas disciplinas de prática jurídica, como a feitura de peças processuais, opiniões legais ou análises de jurisprudência, deverão ser postadas pelos professores e respondidas pelos estudantes no ambiente online. Cada disciplina de prática jurídica terá um espaço próprio no ambiente digital, administrado pelo professor responsável e na qual serão cadastrados todos os estudantes devidamente matriculados. Assim, a parte expositiva das aulas ocorrerão de forma síncrona (presencial ou remotamente), e o desenvolvimentos das atividades no ambiente digital, inclusive com a utilização de recursos de Visual Law que permitem o desenvolvimento de argumentação jurídica com uso de elementos visuais e textuais que facilitam a interpretação e compreensão do conteúdo.

c) Liga Acadêmica de Práticas Jurídicas – LAPJ, em que equipes de estudantes serão formadas e se enfrentarão em processos judiciais simulados. As peças processuais produzidas deverão ser todas protocoladas no sistema digital e as audiências simuladas ocorrerão de forma online, o que permite a participação de estudantes de qualquer IES no âmbito nacional. A FADISP/UNIALFA faz a convocação aberta aos alunos para participarem do processo seletivo da LAPJ, sob as mais variadas temáticas (penal, trabalho, constitucional). O programa se desenvolve com a seleção de duas equipes de até 7 estudantes cada.

8.7.1.4 Participação no processo de Avaliação Institucional.

Os alunos têm a oportunidade de participar do processo de tomada de decisão das questões essenciais do Curso com sua avaliação Institucional. Semestralmente, são chamados por meio da Comissão Própria de Avaliação - CPA a avaliar a qualidade do ensino, e esta é uma oportunidade de exercitar a visão empresarial do Curso, e não só o juízo crítico sobre as questões acadêmicas.

Dessa forma, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP é responsável por realizar o processo de autoavaliação permanente da instituição com base nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

O objetivo da autoavaliação é identificar as condições do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, suas potencialidades e fragilidades; possibilitando o aprimoramento da qualidade nos serviços educacionais ofertados.

Os resultados do processo de autoavaliação, consolidados em um relatório, representam importante subsídio para que a FADISP execute ações para corrigir as fragilidades, aprimorar seus processos e manter/incrementar as potencialidades identificadas.

A CPA é composta por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica, buscando em suas avaliações uma pluralidade de percepções discentes, docentes e administrativos. A compreensão da autoavaliação é a de que através da dialogicidade há possibilidade para uma maior integração da comunidade da FADISP, melhoria das relações humanas e ampliação da qualidade da educação superior.

Assim, salienta-se a finalidade da autoavaliação institucional como sendo:

- Consolidar o compromisso social, científico e cultural da FADISP
- Estimular o processo de autoavaliação e autocrítica, como elementos fundamentais para o crescimento pessoal, coletivo e institucional;
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- Planejar e redirecionar as ações da Instituição a partir da autoavaliação institucional;
- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação institucional na FADISP.
- Garantia de uma cultura institucional atenta à diversidade, à dignidade e aos direitos da pessoa humana.

8.7.1.5 Projeto de Tutoria Docente

Também contempla a atuação de professores e alunos no processo de tomada das decisões na melhoria da qualidade do Curso com o projeto de tutoria. Cada turma em andamento contará com um professor com a qual estabelecerá a interface entre o acadêmico e o administrativo na busca de soluções rápidas e assertivas que contribuam com o desenvolvimento do aluno, do projeto do curso e da IES como um todo. É uma oportunidade especial para desenvolver a capacidade de diálogo e negociação, entre alunos e com a Direção do Curso.

A ideia do Projeto de Tutoria Docente é aproximar o aluno da Instituição e da Coordenação, é um projeto inovador no qual um, dentre os Professores da turma, é escolhido para ser o Professor Tutor da Turma, como um representante docente ou um coordenador de turma. Esse professor possui papel fundamental, atua como um verdadeiro parceiro da turma, como um líder dos alunos, possibilitando que os alunos possam contribuir com o êxito das metas e objetivos institucionais.

Esse professor se torna uma referência acadêmica e profissional no interior do Curso, pois se transforma em um interlocutor da Turma, e sempre está alinhado com a coordenação e com a gestão da IES. Buscando, assim, assegurar a qualidade do ensino em sala de aula, que só é possível com esse fluxo cotidiano da troca de demandas de alunos com esse professor e entre o professor e a IES, sendo, esse professor representante, um grande canal de comunicação.

8.7.2 INTEGRAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

A FADISP constitui uma das poucas instituições de ensino superior que oferece programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, nas modalidades de Mestrado e Doutorado. Com isso, a integração entre graduandos e pós-graduação num ambiente como esse de convívio institucional torna-se um processo contínuo e aberto, que só vem expandindo ao longo do tempo, podendo ser traduzida em ações concretas.

O processo de integração do Curso de Graduação com o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP, assenta-se na necessidade de criar um espaço para o aluno, desde os primeiros anos do Curso de Graduação, dedicar-se à investigação, reflexão e ao desenvolvimento do espírito crítico, o que proporciona um ambiente absolutamente profícuo de articulação entre teoria e prática, essencial ao profissional do Direito. E, em última análise, esta proposta favorece o desenvolvimento de atividades científico-acadêmicas que possam ter continuidade nos Cursos de Mestrado e Doutorado.

Não por outra razão, há atuação efetiva dos docentes dos Cursos de Mestrado e Doutorado no curso de Graduação e a quase totalidade dos Professores se integram efetivamente na Graduação, assumindo turmas e ministrando disciplinas, orientando trabalhos de conclusão de cursos, participando de bancas finais e incluindo os graduandos em seus Grupos de Pesquisa.

Um dado importante é que já no ano de 2020, 80% do corpo docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP, esteve vinculado à Graduação em Direito ministrando disciplinas, assumindo orientações de TTC e participando de bancas de conclusão de curso.

Com efeito, no mês de novembro de 2017, a Mantenedora determinou que o Curso de Graduação passaria a ter em seus quadros 100% de Professores com titulação de Mestre e Doutor, cuja implementação se concretizou no ano de 2019, com 80% de Doutores e 20% de Mestres no quadro Docente, e atualmente, no ano de 2020 o quadro docente compõe 96,15% de Doutores.

Assim, a opção institucional pela contratação exclusiva de Mestres e Doutores se deu a partir do segundo semestre de 2019. Atualmente a instituição caminha para a composição de um corpo docente **EXCLUSIVAMENTE de professores doutores**.

Atualmente, 64,7% do corpo docente realizou estudos avançados em Programas nacionais e internacionais, posteriormente à obtenção do título de Doutor, sendo: 3 Professores Livres-Docentes, 6 Professores com pós-doutorado em Universidades europeias e 2 Professores com pós-doutorado em Universidades brasileiras.

Este plano de integração se desenvolve e constitui, na realidade, manifestação e expressão do próprio projeto pedagógico da IES. É instrumento que, sem dúvida, propicia a formação do aluno para um competente e completo exercício profissional (técnico e/ou científico).

Os eventos acadêmicos nacionais e internacionais do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP, consistentes em Aulas Magnas, Palestras, Seminários, Simpósios, Congressos, são disponibilizados aos discentes do Programa e franqueados aos graduandos do Curso de Direito, criando um ambiente inspirador e fomentando o interesse pela pesquisa. A integração dos graduandos com os mestrandos e doutorandos, fortalece a importância do aprofundamento dos estudos de forma verticalizada e responsável.

Com efeito, a FADISP, preocupada em propiciar ao seu aluno uma formação mais ampla e polivalente, compreendendo não apenas as atividades de ensino, mas, igualmente, de pesquisa e extensão, confere aos seus alunos, desde o primeiro ano do Curso, a possibilidade de participarem dos grupos de pesquisa institucionais, formado por alunos do Curso de Graduação (iniciação científica), ao lado, também, da participação dos alunos do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu, Mestrado e Doutorado).

O Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP vem implementando cada vez mais projetos e ações que visam a garantir a efetiva articulação com a Graduação, dentre os quais, mais recentemente, merecem destaque a coordenação de grupos de estudos por Orientadores e Mestrandos de Grupos orientados de estudos junto com alunos da graduação, a participação dos Professores do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP e alunos em eventos científicos promovidos pela graduação e em outros Programas, IES ou instituições.

Ademais, a FADISP incentiva ainda a realização da pesquisa mediante a exigência, como requisito parcial à conclusão do curso, da apresentação do chamado ‘Trabalho de Conclusão de Curso’, trabalho monográfico, individual, desenvolvido pelo aluno sob a orientação de Professor, e defendido perante banca examinadora, composta por três professores da instituição ou de fora dela, sendo um orientador e dois avaliadores. Este trabalho, obrigatório, já traz consigo carga de pesquisa inafastável.

Os mestrandos e docentes atuam ainda em diversas escolas de 2º grau, mediante a participação em feiras e palestras, em especial as promovidas pelo CIEE (Centro de Integração Empresa Escola).

Deve-se, ainda, salientar, no processo de integração Pós-Graduação-Graduação o entendimento da extensão. Os problemas comunitários e regionais, que são objeto de preocupação da FADISP, suscitaram temas de pesquisa e foram objeto de profunda reflexão pelos mestrandos, no âmbito e desenvolvimento de suas pesquisas e elaboração de dissertação.

No decorrer do ano de 2020, os Professores e Alunos do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado – em Direito da FADISP ofereceram Cursos de Extensão e de Curta Duração aos alunos da Graduação, franqueando a participação para os discentes da Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e para o público externo.

8.7.2.1 Participação dos Docentes na Graduação.

Ao longo do tempo, a FADISP tem integrado seus docentes da Pós-Graduação no Curso de Graduação. Hoje, a integração é completa. Todos os Docentes da Pós-Graduação são destacados a compor o Corpo Docente da Graduação, cada um procurando assumir a disciplina atinente a sua área de titulação e vocação acadêmicas.

8.7.2.2 Grupos de Estudo.

A FADISP estimula, e seus Docentes e Discentes têm correspondido, a criação de Grupos de Estudo devidamente certificados pelos órgãos competentes. Em geral, os encontros são em horários extracurriculares, como aos sábados. Nesses encontros, alunos e professores discutem temas previamente definidos no decorrer das semanas, ou mesmo discutem um livro eleito pelo grupo no início do semestre.

Há os seguintes Projetos de Pesquisa em andamento hoje na FADISP:

Projeto de pesquisa: Efetividade e Aplicabilidade do Direito Constitucional na atualidade

Descrição: Análise do Direito Constitucional na atualidade, questões cotidianas, decisões polêmicas, a aplicabilidade e efetividade da Constituição nos dias de hoje, o papel do Supremo Tribunal Federal, decisões políticas x decisões jurídicas.

Projeto de Pesquisa: "Tributário Aplicado: uma análise dos reflexos promovidos pelas decisões dos Tribunais Superiores

Descrição: O grupo de pesquisa objetiva analisar decisões do Supremo Tribunal Federal em matéria tributária, bem como, investigar os reflexos de tais julgados na sociedade.

8.7.2.3 Monitoria.

É dada a oportunidade ao aluno regular participar da monitoria. O aluno passa por uma seleção realizada pelo Coordenador do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Coordenador de Curso e professor da disciplina a ser escolhida, buscando ainda dentre os alunos que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área de monitoria, bem como aptidão para as atividades auxiliares de ensino, pesquisa e de extensão. É importante salientar que a monitoria é desempenhada com a supervisão de um Docente da Pós-Graduação que ministra aulas na Graduação. Este supervisor deverá observar e assegurar o cumprimento de todas as normas elaboradas contidas no regulamento de monitoria anexo a esse projeto pedagógico de curso.

A seleção dos monitores se dá por “Processo Seletivo”, divulgado por Edital próprio, que anuncia o programa de “Bolsa Monitor”. Já está na sua 14ª versão. Com ele, a FADISP destina três bolsas integrais para alunos do Curso. O processo seletivo é rigoroso, e conta com ao menos três etapas (prova de redação; análise de currículo e entrevista com a Direção Acadêmica).

8.7.2.4 Curso de extensão dos pós-graduandos voltado para os alunos da graduação.

Outra ação interessante é a abertura de cursos gratuitos ofertados por pós-graduandos a graduandos, com temática em geral relacionada às linhas de pesquisa da Pós-Graduação. Dessa maneira, os alunos do Mestrado e Doutorado podem passar as suas experiências e conhecimentos acadêmicos para os alunos da Graduação do Curso de Direito, assim como, suas vivências profissionais, haja vista muitos atuarem nos mais diversos segmentos de atuação profissional do mundo jurídico: advocacia, cartórios, funções públicas (magistratura, procuradoria, tribunais) e etc.

8.7.2.5 Estágio docente.

Alunos da pós-graduação promovem uma boa interação com seus colegas de Graduação através do estágio docente na graduação.

A FADISP tem por política institucional promover a seleção de alunos da pós-graduação para, com a supervisão do Docente regular, participar das aulas de Graduação, com exposições em classe de aluna e compartilhamento de experiências acadêmicas.

A partir do segundo semestre de 2022 a FADISP intensificará essa prática por meio de processo seletivo com edital de seleção rigoroso que contará com entrevista entre o docente da graduação responsável pela matéria e o candidato com intuito de selecionar a(o) estagiária(o) que tenha maior aderência a linha de pesquisa estudada na graduação e possa contribuir acadêmica e profissionalmente.

8.7.2.6 Alinhamento temático.

Até aqui enumeramos ações que promovem, em termos práticos, a integração entre graduação e pós-graduação. Agora, é importante dizer que esta integração prática está orientada por metodologias bem definidas.

Conjugam metodologias de cariz participativo, como, também, orientada a promover aderência temática entre o programa de Pós-graduação e a matriz curricular, as atividades complementares e de extensão da Graduação.

Essa é uma preocupação que tem sido constante e intensa da FADISP, a todo o momento, busca o aprimoramento dos canais de conexão entre Pós-Graduação e Graduação.

8.7.2.7 Revista Pensamento Jurídico da FADISP.

A Revista Pensamento Jurídico (RPJ) publica artigos de Autores brasileiros e estrangeiros, com acesso aberto no site, compondo importante instrumento de promoção da pesquisa científica de excelência e de criação de um ambiente motivador e inspirador dos discentes.

A Revista é o periódico científico desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP e seu objetivo é o de publicar artigos que versem sobre temas, especificamente, afetos às áreas do Programa, suas áreas, linhas de pesquisa e respectivos projetos.

A Revista tem se consolidado como o instrumento de visibilidade das pesquisas produzidas pelos Cursos de Mestrado e Doutorado da Instituição e de sua articulação com outras instituições nacionais e internacionais que enviam seus textos para composição dos volumes, cuja edição está a cargo de Docentes que contam com a colaboração dos Discentes bolsistas CAPES/PROSUP.

A periodicidade da Revista é semestral e a partir do no ano de 2015 seus volumes passaram a ser editados exclusivamente de forma digital (<http://revistapensamentojuridico.fadisp.com.br/ojs/index.php/pensamentojuridico/index>), privilegiando, assim, o acesso livre, gratuito e imediato de seu conteúdo, algo que se projeta ao encontro da democratização do acesso ao conhecimento de forma ampla e geral, fundamental no atual cenário de desenvolvimento social em que vivemos.

Desde sua reestruturação em 2015, com o cumprimento dos requisitos da Comissão Qualis CAPES, a RPJ foi se projetando no cenário nacional e após última reclassificação pela Comissão de Área teve seu estrato aumentado de B5 para B1, o que vem a consolidar o impacto das produções acadêmicas dos Cursos de Mestrado e Doutorado e seu intercâmbio com várias instituições nacionais e estrangeiras.

A Revista utiliza o sistema LOCKSS para criar um sistema de arquivo distribuído entre as bibliotecas participantes e permite às mesmas criarem arquivos permanentes da revista para a preservação e restauração, bem como se utiliza de indexadores para sua difusão.

Desde 2015, com a inauguração de seus números editados digitalmente, todos os artigos publicados se alinham às linhas de pesquisa da Revista que se estrutura nos eixos temáticos dos Cursos de Mestrado e Doutorado. Desde o 2º volume de 2015 a Revista vem contando com participações internacionais. No volume 1/2017 a RPJ publicou artigos relacionados à atual discussão do ativismo judicial em nosso país, passando por temas afetos

ao princípio da dignidade humana, formas alternativas de resolução de conflitos e discussões teóricas sobre direitos fundamentais, culminando com a publicação, pela primeira vez em seus volumes, com a tradução de um importantíssimo texto de Oliver Wendell Holmes Jr. Já no volume 2/2017, além de contar com um artigo escrito na língua inglesa, a RPJ apresentou uma produção com enfoque na temática da constitucionalização dos direitos nas esferas empresarial, administrativa e ainda sobre questões afetas à teoria do estado - como o tema do bom governo -, além de contar com textos fortes e de suporte no campo da teoria do direito.

No ano de 2020, excepcionalmente, a Revista contou com 3 edições, uma especial para artigos relacionados à COVID-19 (V. 14.2 – Edição Especial “COVID-19”).

Ressalta-se, por fim, que os artigos enviados para os referidos volumes são de pesquisadores de todas as regiões do Brasil, fator este que se repete largamente em nosso corpo de pareceristas ad hoc e em nosso corpo editorial, que possui importantes professores também de universidade estrangeiras como Alemanha, França, Portugal e Colômbia.

8.7.3 INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO DO CURSO COM AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE INICIAÇÃO À PESQUISA

8.7.3.1 Núcleo de Pesquisa e TCC (NUPES).

Tem por finalidade oferecer aos discentes a oportunidade de iniciarem a prática da pesquisa, cuidando da operacionalização dos trabalhos de conclusão de curso e seu arquivamento, sempre com a participação dos professores da Pós-Graduação.

Como já demonstrado o Núcleo de Pesquisa (NUPES) da FADISP funciona como apoio aos corpos docente e discente, conta com instalações próprias e adequadas para seu funcionamento e para as atividades de orientação. Dessa forma, o NUPES promove a iniciação científica dos alunos, catalogando, constituindo e disponibilizando para consulta da comunidade acadêmica, o acervo dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da FADISP, conforme link anexo

Essa operacionalização dos TCCs é realizada pela coordenação de curso e pela coordenação do NUPES da FADISP que estabelecem por meio de regulamento próprio, os mecanismos de efetivo acompanhamento desta atividade na instituição como um todo

8.7.3.2 Programa de Iniciação Científica.

O Programa de Iniciação Científica da Faculdade Autônoma de Direito (PIC/FADISP) foi criado com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação, ao mesmo tempo em que propicia a experiência de questionar a realidade e buscar respostas por meio da reflexão e investigação fundamentadas em ferramentas e métodos próprios do fazer científico.

O Programa de Iniciação Científica FADISP é gerido pela Comissão de Iniciação Científica, composta pelos professores por 3 (três professores), sendo Coordenador de Curso, Coordenador do Programa de Iniciação Científica e um Professor do programa.

I. Possui os seguintes objetivos:

1.1. Despertar a vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;

1.2. Estimular o pensamento científico e a criatividade que decorrem do confronto com os problemas de pesquisa;

1.3. Proporcionar uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;

1.4. Propiciar aos docentes da FADISP a incorporação de estudantes de graduação em seus trabalhos de pesquisa;

1.5. Oferecer ao estudante a oportunidade de ser protagonista de sua própria formação ao envolvê-lo em uma atmosfera adequada à produção acadêmica, que além de estimular a capacidade de relacionar saberes de diferentes áreas do conhecimento, também permita ampliar seu poder de observação, análise e interpretação de teorias, conceitos, dados e resultados.

8.7.3.3 Liga Acadêmica de Práticas Jurídicas – LAPJ

Esse programa muito contribui com a integração das atividades de ensino do Curso com as atividades de iniciação à pesquisa. Isso porque sua proposta é justamente de criar situações de simulação da atividade prático-processual, em que os alunos divididos em equipes promovem atividades de simulação de processo judicial. Com isso, é estimulado a todo momento ao aprofundamento da pesquisa prática dos fundamentos adquiridos no ensino do Curso.

Com isso, o projeto da Liga Acadêmica de Prática Jurídica, é desenvolvido por meio de plataforma de tecnologia digital, proporcionando assim, um grande debate jurídico entre os alunos, com ênfase na prática jurídica e maior integralização entre nossos alunos e alunos de outras instituições de Ensino Superior, em âmbito nacional.

Por se tratar de uma atividade de prática jurídica simulada, entre várias instituições parceiras, no qual se apresenta como instrumento relevante para o aprendizado, e essencial para o exercício das funções do Direito, tais quais: advocacia, magistratura, promotoria, procuradoria, assim como, para a segunda fase da prova da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

8.8 ATIVIDADES COMPLEMENTARES: CONCEPÇÃO E COMPOSIÇÃO

A FADISP considera sob a rubrica de atividades complementares o conjunto de atividades acadêmico-científico-culturais, escolhidas e desenvolvidas pelo aluno durante o seu período de integralização curricular, visando ao aperfeiçoamento da própria formação e ao desenvolvimento do hábito da formação continuada com participação em iniciação científica, projetos multidisciplinares, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em Empresas Junior, conferências, seminários, palestras, congressos, encontros, simpósios, mesas redondas, ciclos de debates, estágios extracurriculares sem vínculo empregatício, atividades de extensão e outras atividades científicas, cursos livres, participação em fóruns, colóquios, cursos, oficinas pedagógicas e outras atividades artísticas e culturais realizadas na própria Instituição ou em outras instituições, devidamente validadas pela Coordenação do Curso e de acordo com o Regulamento de Atividades Complementares.

As Atividades Complementares, previstas no artigo 8º da Resolução CES/CNE n. 5/2018, “são componentes curriculares que objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição, pelo discente, de conteúdo, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do curso”. E explicita no Parágrafo único. “A realização dessas atividades não se confunde com a da prática jurídica ou com a do TC, e podem ser articuladas com a oferta de componentes curriculares que componham a estrutura curricular do curso”.

As atividades complementares poderão ser cumpridas pelo aluno durante seu período de integralização curricular, de acordo com seus interesses e suas vocações, dentro da própria escola ou fora dela. O propósito será sempre o aperfeiçoamento da própria formação e ao desenvolvimento do hábito da formação continuada. É facultado ao aluno cumprir parte da carga horária em outro curso ministrado pela Faculdade, bem como comparecer a eventos diversos na área de negócios e afins, de interesse do futuro profissional.

Nesse contexto, as atividades complementares compreendem a participação em pesquisas, conferências, seminários, palestras, congressos, encontros, simpósios, mesas redondas, ciclos de debates, estágios extracurriculares sem vínculo empregatício, atividades de extensão e outras atividades científicas, cursos livres, participação em fóruns, colóquios, cursos, oficinas pedagógicas e outras atividades artísticas e culturais realizadas na própria Instituição ou em outras instituições, devidamente validadas pela Coordenação do Curso.

Os alunos são motivados a participarem dessas atividades, como devem efetivar o registro de participação em formulário próprio, que é submetido a validação com a apresentação de documentação comprobatória junto à Coordenação do Curso.

O Curso de Direito da FADISP define uma carga-horária mínima de 130 horas relógio de atividades complementares, necessárias à integralização curricular.

As atividades complementares da FADISP estão devidamente disciplinadas no Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação, disponibilizado a todos os professores e alunos no sítio eletrônico da instituição. Esse Regulamento é parte das normas disciplinares do currículo pleno de graduação, e estabelece a forma de realização das atividades complementares. Sua aprovação se deu em 2015 pela Diretoria Superintendente da FADISP.

Todas as atividades complementares são realizadas com o apoio e controle do Núcleo de Estágio e Atividades Complementares, e por estarem previstas e quantificadas na matriz curricular do Curso, são de realização obrigatória. O aluno que não comprovar as horas totais das Atividades Complementares de acordo com o que está regulamentado até a conclusão do curso ficará inapto a colar grau. A integralização do Curso ficará, para este aluno, condicionada a matrícula no semestre seguinte para complementação das horas pendentes das Atividades Complementares. É importante também mencionar que o aluno concluinte que não entregar as Atividades Complementares dentro do período de integralização do Curso, deverá abrir um processo na Central de Atendimento e efetuar o pagamento da matrícula.

Também são atividades complementares as ações sociais exigidas para integralização da carga horária do curso, com o cumprimento pelo aluno sob as várias formas a sua escolha e de acordo com o que está estabelecido no Regulamento. Todas as atividades complementares são escolhidas e validadas visando à flexibilização do currículo pleno e a contextualização do ensino e aprendizagem, para assim propiciar ao aluno a ampliação epistemológica, a diversificação temática e o aprofundamento interdisciplinar como parte do processo de individualização da sua formação acadêmica. E assim a FADISP organiza suas

atividades complementares considerando os objetivos do ensino, da pesquisa e da ética profissional.

As Atividades Complementares não se confundem com estágio curricular obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso ou com atividades regularmente desenvolvidas no contexto das aulas. Por isso, tem sua carga horária específica, cujo cumprimento deverá, obrigatoriamente, ser concluído até o penúltimo semestre do Curso. É nesse momento que o aluno deverá entregar os comprovantes de realização das Atividades Complementares no Núcleo de Estágio e Atividades Complementares.

As atividades complementares possuem uma estrutura própria de organização e gestão. O Núcleo de Estágio e Atividades Complementares é o órgão responsável por elas, como também pela observância das normas regimentais e regulamentares aplicáveis às atividades complementares.

O Coordenador do Curso, por sua vez, é o responsável por coordenar a oferta geral das atividades complementares, como também validar ou não, sempre junto ao Núcleo de Estágio e Atividades Complementares, as atividades apresentadas pelo aluno. O Coordenador do Curso tem também atribuições de secretaria geral. Nesse particular, é da sua atribuição, nos casos de aproveitamento de disciplinas cursadas fora da matriz curricular do aluno e/ou em outra instituição para os casos de transferência externa e portadores de diploma, informar ao Núcleo de Estágios e Atividades Complementares a quantidade de horas a serem lançadas.

A Coordenação do Curso tem a atribuição, por fim, de validação das Atividades Complementares desenvolvidas nesta modalidade.

No processo de validação das atividades complementares, o conjunto delas será desenvolvido até o limite global da disciplina, respeitados os limites máximos de carga horária estabelecidos por modalidade durante o curso regular, inclusive habilitação específica, conforme o plano curricular e normas estabelecidas no Regulamento, podendo ser cumpridas sob o patrocínio da FADISP ou externamente, em instituições de referência.

As Atividades Complementares que são realizadas em outras instituições, entidades ou órgãos ficarão sujeitos à validação pela respectiva Coordenação, mediante exame de compatibilidade com os objetivos didático-pedagógicos e profissionalizantes do curso, expressos nos Projetos Pedagógicos da FADISP, e à vista da correspondente comprovação.

A validação das Atividades Complementares será requerida e justificada pelo aluno interessado no aluno online, instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação. O processo de requerimento, validação e comprovação das

Atividades Complementares será encaminhado ao Coordenador pelo Núcleo de Estágio e Atividades Complementares, que é, como já dito, quem cabe validar, registrar e arquivar.

É vedada a validação de qualquer modalidade de Atividades Complementares realizadas anteriormente ao ingresso do aluno no respectivo curso de graduação ministrado pela FADISP. Atividades realizadas em outras Instituições de Ensino Superior deverão constar no histórico escolar da instituição de origem como disciplinas aprovadas.

Também é vedado o cômputo concomitante ou sucessivo, como atividades complementares, de cargas horárias ou conteúdo, trabalhos, atividades ou práticas próprias das disciplinas do currículo pleno, ou destinado à elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, ou desenvolvidos nos estágios supervisionados.

Para se ter a ideia clara das formas de execução das Atividades Complementares, segue abaixo a Tabela com os percentuais estabelecidos para a comprovação da plena participação do aluno nas atividades.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE	PERCENTUAL OBRIGATÓRIO
Eventos e/ou atividades realizadas pela FADISP (*)	70%
Cursos e/ou ações realizadas fora da FADISP	30%

Inclusive, são considerados eventos e/ou atividades na FADISP, a elaboração e entrega do relatório de pesquisa de iniciação científica, participação como ouvinte nas apresentações de eventos programados pela FADISP, publicação de artigo científico oriundo da iniciação científica; apresentação de trabalho, visitas técnicas; viagens a estudo; participação em programas de cunho social; exercício de monitoria em disciplinas dos cursos da FADISP; Representação em colegiados, representante e vice Representante de turma.

Dada a seriedade que a FADISP atua para fazer cumprir a carga horária das Atividades Complementares, chegando até a postergar a conclusão do Curso nos casos em que o aluno não cumpre rigorosamente as regras regimentais e regulamentares das Atividades Complementares, há a previsão de um procedimento interno para assegurar ao aluno o contraditório e revisão de decisões da FADISP em relação às validações e avaliações das Atividades Complementares. Dos atos ou decisões do Coordenador do Curso, caberá recurso ao Conselho Acadêmico. Nesse contexto, os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria de Operações Regional de São Paulo, *ad referendum* do Conselho Superior da Instituição.

Como último dado relevante sobre as atividades complementares, sua regulamentação se dá diretamente pelo Diretor Superintendente, que edita, para conhecimento e aplicação geral na Instituição, a resolução própria. Atualmente, é a Resolução n. 10/22, de 11

de fevereiro de 2022, que regulamenta as horas complementares dos alunos. Nessa mesma resolução, está a tabela de atividades internas complementares, para garantir a plena transparência e acesso aos alunos. Segue abaixo para conhecimento:

SEQ.	ATIVIDADES INTERNAS – 70% (setenta por cento)	QTDE. HORAS – LIMITE MÁXIMO
1	Participação em mini-cursos, módulos temáticos, oficinas, fóruns, conferências, palestras, work-shops.	Conforme certificado
2	Publicações científicas em anais de eventos acadêmicos, periódicos, sites jurídicos e obras coletivas.	20hs por publicação
3	Apresentação de trabalhos em eventos de caráter técnico-científico.	20hs por publicação
4	Participação em grupo de estudo temático, orientado por professor da graduação ou pós-graduação (<i>latu sensu</i> , mestrado ou doutorado).	Conforme certificado
5	Participação em comissões organizadoras de eventos.	Será analisado cada caso.
6	Participação em atividades de cunho cultural/científico/artístico (atuação teatral, participação em coral, participação em cineclubes, participação em apresentações musicais, visitas dirigidas a museus, etc).	Será analisado cada caso.
7	Participação como expositor ou debatedor em mostras culturais, cursos, palestras, Mesas redondas, etc.	Conforme certificado
8	Atividades de liderança em projetos interdisciplinares	Será analisado cada caso.
9	Ações de extensão junto à comunidade.	Será analisado cada caso.
10	Atividades de liderança em projetos de responsabilidade social e/ou voluntário.	Será analisado cada caso.
11	Atividades de monitoria	Conforme certificado
12	Atividades de iniciação científica	Conforme certificado
13	Atividades virtuais de curso a distância.	Reconhecido até o máximo de 100 horas
14	Outras atividades práticas e/ou laboratoriais além das já previstas no currículo.	Conforme certificado
15	Participação em curso de rotinas processuais, simulados ou reais da FADISP e/ou em outras atividades relacionadas a treinamentos teórico-práticos de assistência judiciária à população ou técnicas de conciliação, arbitragem e mediação de conflitos, assim reconhecidos previamente pela Coordenação do curso.	Conforme certificado
16	Relatório das bancas de apresentação de TCC (Trabalho de conclusão de curso), dissertações do Mestrado ou teses do Doutorado, realizadas na FADISP, desde que devidamente preenchidos e assinados pelo presidente da Banca Examinadora.	Conforme relatório
17	Elaboração de relatórios sobre estudos de caso, desde que orientados por professor.	Conforme relatório do docente
18	Curso de atualização jurídica	Conforme certificado
19	Desenvolvimento de projeto experimental.	40 horas

20	Cursos de Idiomas	90 horas
21	Curso de Libras	40 horas
22	.Visitas monitoradas	18 horas
23	Relatório de Revista Científica Jurídica (2 horas por artigo)	100 horas
SEQ.	ATIVIDADES EXTERNAS – 30% (trinta por cento)	QTDE. HORAS – LIMITE MÁXIMO
1	Participação em jornadas, congressos, seminários, simpósios e exposições.	Conforme certificado
2	Exercício de cargo de liderança estudantil (CA, DCE, representação de sala).	Conforme certificado
3	Disciplinas cursadas fora da matriz curricular do discente, oferecidas pelo próprio curso como especialidades; e/ou, disciplinas cursadas por alunos provenientes de transferência (externa) que já não tenham sido aproveitadas para reconhecimento das disciplinas da matriz curricular do discente.	Conforme o histórico
4	Outras, a critério da Coordenação do Curso, desde que postuladas mediante Formulário e com documentação idônea	Será analisado cada caso.
5	Exercício das funções de Presidente, 1º e 2º Mesários e Secretário na Justiça Eleitoral (20 horas por turno)	40 horas
6	Exercício da função de jurado em Tribunal do Júri	100 horas
7	Atividades socioculturais- Vídeo, filme, recital, peça teatral, apresentação musical, exposição, workshop, feira, mostra, entre outros- As atividades socioculturais deverão ser autorizadas pela Coordenação do Curso de Direito e supervisionadas por um docente	100 horas
8	Doação de sangue (10 horas por semestre)- As doações de sangue deverão ser realizadas pelo próprio aluno. Não serão aceitas doações de parentes ou pessoas próximas.	100 horas

8.9 INCLUSÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC

De acordo com o Regulamento da Área de Metodologia, Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da FADISP, o Trabalho Final de Curso, é exigido para a concessão do diploma de Graduação e consiste na elaboração de investigação científica, devendo, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), representar o resultado de estudo que expresse conhecimento do assunto escolhido, obrigatoriamente emanado das disciplinas e programas ministrados ao longo do Curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizado individualmente, devendo ser obedecidas quaisquer exigências legais nesse sentido.

Podem ser Orientadores e Leitores de Trabalhos de Conclusão de Curso os professores integrantes do Corpo Docente da FADISP, podendo um professor assumir a orientação de até cinco Trabalhos de Conclusão de Curso por semestre.

A avaliação final dos Trabalhos Finais de Curso é feita por meio de Banca Examinadora composta pelo Professor Orientador, na condição de presidente da Banca, e por, pelo menos, um Professor Leitor, cabendo a ambos a avaliação final do Trabalho de Conclusão de Curso. Os Trabalhos de Conclusão de Curso são avaliados pela sua forma escrita e pela apresentação oral do aluno.

A operacionalização dos Trabalhos de Conclusão de Curso é realizada pela Coordenação de Curso e Coordenação do Núcleo de Pesquisa da FADISP (NUPES), que estabelecem, por meio de Regulamento próprio anexo, os mecanismos de efetivo acompanhamento desta atividade na Instituição como um todo e no interior de cada Curso.

O NUPES é um setor de apoio ao Corpo Docente e Discente, que conta com instalações próprias e adequadas para seu funcionamento e para as atividades de orientação, promovendo a iniciação científica dos alunos, catalogando, constituindo e disponibilizando para consulta da Comunidade acadêmica o acervo dos Trabalhos de Conclusão de Curso da Instituição.

8.10 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, assim dispõe sobre a extensão em seu Art. 3º:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A carga horária curricular do Curso de Graduação da FADISP, que sempre previu e destacou as atividades de extensão, passam agora a compor obrigatoriamente o conteúdo do PPC, *ex vi* do art. 4º da referida Resolução CNE/CES nº 7/2018: "as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos".

O espaço institucionalmente criado para oportunizar as atividades extensionistas, a saber: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços e, eventualmente,

modalidades de natureza governamental, refletem o compromisso social da FADISP, cujo apoio da Mantenedora é integral.

Nesse sentido, as atividades de extensão também englobam o que dispõe o inc. III, do art. 6º da Resolução CNE/CES 7/2018, além do "enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural" (inc. V), do "apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação" (inc. VI), e da "atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira" (inc. VII).

Todo o conhecimento adquirido pelos docentes e discentes da FADISP são disseminados para a Comunidade por meios de projetos de extensão focados no processo educativo, cultural, de orientação e atenção.

A realização das atividades de extensão é um trabalho coletivo de cooperação entre a Instituição e seus parceiros traduzindo-se em uma ação cidadã que pugna pela defesa do estado democrático de direito, pela inclusão, pelo desenvolvimento e aprimoramento da cidadania participativa, pelo acesso à ordem jurídica justa, como parte ativa na sociedade para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, por meio de programas, projetos, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços e, eventualmente, modalidades de natureza governamental, realizadas pela FADISP.

Desta forma, a Extensão permite a troca dos saberes entre docentes e discentes ao cooperar com bem-estar e geração de valor da Comunidade. Tal interação com a Comunidade, além de permitir a troca de conhecimentos e saberes, favorece através de atividades que ocorrem com a participação ativa desta, atende demandas sociais emergentes ligadas a geração de emprego, saúde, educação, conhecimento, saneamento e habitação.

Na efetivação da integração entre a Graduação e a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, os Professores e Alunos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado e Doutorado em Direito da FADISP, são incentivados a oferecer Cursos de Extensão e de Curta Duração aos alunos da Graduação, franqueando a participação para os discentes da Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) e para o público externo. São realizados inúmeros cursos nessa modalidade, de forma gratuita aos alunos e egressos, sempre com vistas ao incentivo e estímulo ao discente na valorização do aprendizado, da formação humanista e do compromisso ético.

Assim, a composição de 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, incorpora a matriz curricular dos cursos de forma eficaz e efetiva.

8.10.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM DIREITO DIGITAL E COMUNICAÇÃO

Pontualmente, em relação a extensão universitária, a FADISP em incentivo a capacitação de seus alunos e egressos, bem como pensando em toda comunidade, promoverá cursos abordando esse novo bloco do Direito voltado para o mundo digital e de comunicação, fazendo uma incursão nas redes sociais, na internet das coisas e na própria inteligência artificial, tanto de perspectiva dos escritórios de advocacia, quanto da perceptiva dos Órgãos Judiciais.

Trata-se de uma necessidade eminente da comunidade acadêmica discutir a aplicação das tecnologias no Direito Clássico, a ética no uso dessas tecnologias, as regulamentações e propostas regulamentárias para trazer segurança jurídica na sua aplicação, discutir sobre a transparência pública no desenvolvimento e aplicabilidade dos sistemas jurídicos digitais, dentre tantos outros temas.

Para tanto a Faculdade Autônoma de Direito - FADISP criará uma equipe multidisciplinar para cada encontro/evento visando a troca de conhecimentos, habilidades e competências de seus participantes para enriquecer e aprofundar a análise cada tema e satisfazer o conhecimento e capacitação dos alunos, egressos e de toda comunidade.

8.10.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “PROJETO CAFÉ LITERÁRIO” E “DIREITO E CINEMA”.

A FADISP possui de forma institucionalizada dois projetos de extensão universitária que envolvem discussões literárias e/ou artísticas culturais, com a finalidade de trabalhar de forma transversal assuntos relacionados ao cotidiano jurídico e ao despertar crítico dos discentes.

O projeto “Café Literário” se realiza sempre no 1º Semestre Letivo de Calendário Acadêmico Anual, onde os docentes escolhem uma obra literária no início do semestre letivo, informando aos discentes que devem realizar a leitura. Posteriormente, os docentes abordam a obra literária de modo interdisciplinarmente entre os discentes e ao final do semestre letivo é realizado um evento de encerramento, onde é feita a análise da obra literária e os discentes participam com apresentações culturais.

O projeto Direito e Cinema se realiza sempre no 2º Semestre Letivo do Calendário Acadêmico Anual. Os docentes escolhem um filme, documentário, curta e/ou minissérie no início do semestre letivo, informando aos discentes que deverão assistir de forma prévia. O

evento encerra-se com uma sessão aberta a comunidade acadêmica e externa do filme, documentário, curta e/ou minissérie. Posteriormente à sessão, os docentes discutem as perspectivas retratadas na obra cinematográfica escolhida.

Ambos os projetos buscam a integração dos discentes e o seu desenvolvimento crítico para além das percepções jurídicas.

8.11 APOIO ACADÊMICO AOS ALUNOS

A Faculdade Autônoma de Dreito - FADISP tem a preocupação de prestar ao aluno toda sorte de apoio acadêmico para assegurar sua permanência no Curso, para tanto, presta atendimento ao Corpo Discente por meio de programas, estruturas e serviços de atenção ao aluno, entre os quais se destacam:

8.11.1 CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ALUNO.

Implantada nos primeiros anos de funcionamento da FADISP, tem como objetivo centralizar os atendimentos aos discentes e à comunidade interessada, visando maior celeridade e eficiência aos processos. O atendimento é personalizado e realizado por pessoal devidamente treinado, e conta com a comodidade de um espaço amplo, confortável, climatizado e informatizado.

A Central de Atendimento operacionaliza e padroniza as rotinas acadêmicas e financeiras da IES. É o setor onde todos os requerimentos pertinentes aos alunos são solicitados e onde as respostas a esses requerimentos são obtidas.

É o ponto de referência do aluno nas suas relações com a Instituição, abrangendo os processos relativos à sua vida acadêmica, processos administrativos e obrigações financeiras. Reúne, em um mesmo local, variados serviços, atendendo a mais de 55 tipos de requerimentos, como: emissão de contratos, abertura de processos, requerimentos em geral, declarações e atestados, inscrições e matrículas em cursos, atualização de dados, informações sobre notas, avaliações e frequência, acordos e negociações de mensalidades.

A Central de Atendimento faz relatos diários a Coordenação de Curso para resolução de demandas, de problemas e de questionamentos de alunos, com o intuito de permanência de um alunato consciente e satisfeito.

8.11.2 COORDENAÇÕES E DOCENTES

A Coordenação de Curso, a Coordenação do Núcleo de Educação Intensiva - NEI e Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP, os Professores Tutores Docentes e os Docentes de maneira geral se colocam sempre à disposição dos alunos para dirimir dúvidas e ajudar em aconselhamento de carreira, de estudo, assim como, dificuldades financeiras. Os professores relatam para a Coordenação de Curso a inadimplência dos alunos, relatando faltas, não cumprimento de trabalhos e de provas, para que possam ser procurados e para que ocorra um diálogo de possíveis problemas pessoais ou acadêmicos passados pelos alunos.

Além disso, há horários específicos afixados na Coordenação de Curso e nas Coordenações do NAP e do NEI, assim como, constantes no site da instituição, para que os alunos possam ter o acompanhamento que entender necessário.

Caso o aluno pense em um trancamento, há uma instrução para que haja uma conversa com a Coordenação de Curso para tentar solucionar possíveis problemas que evitem a evasão deste aluno.

8.11.3 ACESSO A PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO.

A IES participa dos programas ProUni e FIES do Governo Federal.

8.11.4 PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PRÓPRIO - PAF - PARCELAMENTO FÁCIL FADISP.

Com aprovação fácil e sem burocracia, o PAF oferece aos alunos que estão em dificuldade financeira meios para custear os estudos, a oportunidade de parcelar parte da mensalidade e realizar o pagamento após o término da graduação;

8.11.5 BOLSAS DE ESTUDO

Além dos programas de financiamento, a Instituição oferece a seus alunos as seguintes modalidades de bolsas de estudo:

Bolsa Empresa: oferece descontos exclusivos para funcionários de empresas conveniadas;

Programa de Fidelização Empresarial: oferece descontos para colegas de trabalho que estudam na Instituição;

Programa de Fidelização Familiar: oferece descontos para familiares que estudam na Instituição.

9 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

A estrutura administrativa e acadêmica da FADISP compõe-se dos seguintes órgãos colegiados:

- a) Diretoria Superintendente – DISUP;
- b) Conselho Superior – CONSUP;
- c) Núcleo Docente Estruturante – NDE; e
- d) Colegiado de Curso.

9.1 DIRETORIA SUPERINTENDENTE

A DISUP constitui o órgão superior de execução, administração, organização, supervisão, avaliação e controle de todas as atividades da FADISP.

Seu exercício se dá pelo (a) Diretor(a) Superintendente, e ainda conta com: Diretor Acadêmico da FADISP; Coordenador do Curso de Graduação em Direito; Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado em Direito; Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Sua organização e funcionamento são definidos pela Mantenedora da Instituição, como suas normas de funcionamento estão no Regimento.

A DISUP tem seu Diretor(a) Superintendente designado pela Direção da Mantenedora para mandato de 04 anos, podendo ser reconduzido. Os demais integrantes também são designados pela Direção da Mantenedora. As atribuições de cada um dos integrantes da DISUP estão definidas no Regulamento.

9.2 CONSELHO SUPERIOR

Já o CONSUP é o órgão máximo de natureza consultiva, deliberativa, normativa e recursal da FADISP, com uma constituição plural e de ampla representação.

Compõem-se de:

- a) Diretor(a) Superintendente, que é o seu presidente;
- b) Diretor(a) Regional de Operações;
- c) Gerente de Secretaria da Graduação, Pós-Graduação e Extensão;
- d) um(a) representante do corpo docente, eleito por seus pares;

- e) um(a) representante do corpo discente, eleito por seus pares;
- f) um(a) representante da entidade Mantenedora, por ela indicado;
- g) um(a) representante da Coordenação do Curso, escolhido pelos seus pares.

O CONSUP tem as atribuições de:

I. elaborar e reformar o Regimento da Faculdade e os seus anexos, submetendo-os à homologação da Mantenedora e à aprovação do órgão legal de acordo com a legislação vigente.

II. aprovar os currículos dos cursos e suas alterações, propostos pelo Conselho Acadêmico.

III. aprovar o plano anual de atividades da Faculdade.

IV. deliberar sobre a criação, incorporação, suspensão ou extinção de cursos de graduação, pós-graduação, extensão e de tecnologia, presenciais ou à distância, os quais somente entrarão em funcionamento ou serão suspensos ou extintos após a aprovação dos órgãos do Sistema Federal de Ensino, nos termos da legislação pertinente, ouvida a entidade Mantenedora.

V. decidir sobre os recursos interpostos contra as decisões dos demais órgãos colegiados, em matéria didático-científica, disciplinar e administrativa; sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo (a) Diretor (a) Superintendente.

VI. decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas, por proposta do Conselho Acadêmico.

VII. fixar normas para organização dos cursos e programas de atividades, respeitada a legislação pertinente.

VIII. deliberar sobre a proposta orçamentária da Faculdade, elaborada anualmente pela Diretoria Superintendente, e submetê-la à aprovação da entidade Mantenedora.

IX. instituir símbolos, bandeiras e flâmulas para uso da Faculdade, ou de sua comunidade acadêmica.

X. deliberar ou decretar o recesso parcial ou total das atividades acadêmicas em casos de emergência ou força maior;

XII. exercer o poder disciplinar em grau de recurso, para prevenir ou corrigir atos de indisciplina de qualquer membro da comunidade acadêmica.

XII. propor a incorporação de estabelecimento de ensino superior ou de instituições complementares ou suplementares, para decisão da entidade Mantenedora.

XIII. rever suas próprias decisões.

- XIV. interpretar este Regimento, deliberando sobre os casos omissos.
- XVI. exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Regimento.

9.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico, e tem por finalidade a implantação, avaliação, consolidação e contínua atualização do Curso, observadas a legislação educacional e as diretrizes institucionais.

É formado pelo Coordenador do Curso e quatro professores que compõem o Corpo Docente da Instituição. Todos, sem exceção, têm formação e titulação na área afim, e com destacada experiência no Magistério Superior, além, é claro, da atuação vigorosa e respeitada no mercado de trabalho. Estes professores participaram, desde o início, das sucessivas rodadas de estudo nas fases de prospecção, concepção e organização do Curso.

De acordo com o Regulamento Institucional, o NDE é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico. Nesse âmbito, sua finalidade é a implantação, avaliação, consolidação e contínua atualização do Curso, observadas a legislação educacional e as diretrizes institucionais. Para se ter uma ideia mais clara da atuação da NDE, suas atribuições estão relacionadas a:

- I. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso e dos objetivos gerais do curso estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso.
- II. propor as providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino, com o acompanhamento contínuo da avaliação a cada semestre.
- III. zelar pela integração horizontal e vertical do Curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico, e pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes, na matriz curricular do Curso.
- IV. contribuir para a elaboração e o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção e fundamentos.
- V. avaliar os Planos de Ensino das disciplinas do Curso, inclusive com o dever de propor adequações ao Projeto Pedagógico do Curso.
- VI. encaminhar propostas de reestruturação curricular ao Colegiado do Curso para aprovação.
- VII. recomendar a aquisição de títulos bibliográficos e outros materiais pedagógicos necessários à manutenção das boas práticas pedagógicas do curso.

VIII. sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que entenda necessárias ao desenvolvimento do curso.

IX. zelar pelo cumprimento da diretriz curricular do curso.

X. propor, no PPC, procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso.

XI. acompanhar e atualizar o PPC, por meio de estudos e atualização periódica verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho;

XII. validar as referências bibliográficas feitas pelos docentes das disciplinas;

XIII. referendar por relatório de adequação, a comprovação da compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da Unidade Curricular, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

O Núcleo Docente Estruturante da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP é composto por professores altamente qualificados, com diversidade de áreas de atuação, e comprometidos, com a instituição e com a seu constante aprimoramento.

DOCENTE	REGIME DE TRABALHO	TITULAÇÃO
LAURO ISHIKAWA	INTEGRAL	DOUTOR
RENATO GUGLIANO HERANI	INTEGRAL	DOUTOR
DANIELA BUCCI OKUMURA	PARCIAL	DOUTORA
MAITE CECILIA FABBRI MORO	PARCIAL	DOUTORA
FRANCISCO PEDRO JUCA	PARCIAL	DOUTOR

As atividades do Núcleo Docente Estruturante podem ser verificadas pelas atas de reuniões e regulamento anexos.

9.4 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso foi criado pela FADISP para integrar neste núcleo de deliberações acadêmicas o Coordenador, o Corpo Docente e dois representantes de alunos de cada uma das turmas em andamento, eleitos pelos seus pares. Sua finalidade é administrar cada

curso de Graduação. Sua presidência é exercida pelo respectivo Coordenador, formando unidades interdependentes entre si, ligadas à Diretoria Regional de Operações.

Esse órgão colegiado promove duas reuniões por semestre eletivo, que são presididas pelo Coordenador. Nesses encontros, todos os membros do Colegiado têm a atribuição de avaliar o andamento do semestre. Os juízos críticos são amplos e o mais plural e democrático possível. Todos têm a oportunidade e liberdade de abordar aspectos positivos e os negativos, sempre com o propósito de jogar luzes nos aspectos que devem ser mantidos, por seu êxito, como também precisam ser aprimorados para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Para o controle e registro das avaliações e deliberações, tudo o que é dito em reunião do Colegiado do Curso é reduzido em atas de reuniões, que são digitalizadas, validadas e assinadas por todos os participantes, para então serem encaminhadas para arquivo na Secretaria Geral da Faculdade. Um ponto importante a destacar é que uma cópia sempre está à disposição de todos no arquivo da sala da coordenação do Curso.

As atribuições do Colegiado do Curso são:

- I. propor distribuição dos encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades, e coordenar-lhes as atividades;
- II. aprovar os planos de ensino e de aulas das disciplinas que integram o curso;
- III. Elaborar os projetos de ensino, pesquisa e extensão e executá-los depois de aprovados pelo Conselho Acadêmico e homologados pelo (a) Diretor (a) Superintendente;
- IV. pronunciar-se, quando solicitado, sobre aproveitamento de estudos e adaptação de alunos transferidos e diplomados;
- V. opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente e administrativo;
- VI. manifestar-se sobre o plano e o calendário escolar de atividades elaborados pelo Coordenador, para deliberação do Conselho Acadêmico e aprovação e homologação do (a) Diretor (a) Superintendente;
- VII. recomendar a admissão e a dispensa de alunos monitores, mediante propostas do Coordenador;
- VIII. coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à eficiência e à eficácia do ensino, da pesquisa e da extensão;
- IX. emitir pareceres em assuntos de sua competência;
- X. exercer as demais atribuições que lhe sejam designadas pelo Diretor (a) Regional de Operações ou órgão colegiado superior.

As atividades do Colegiado podem ser verificadas pelas atas de reuniões e regulamento anexos.

9.5 COORDENAÇÃO DO CURSO

Também faz parte da estrutura administrativa e acadêmica da FADISP a Coordenação do Curso. Seu desempenho está reservado a profissionais com larga e comprovada experiência profissional e acadêmica. E assim deve ser, pois as coordenações constituem a unidade básica dos Cursos da FADISP. Os coordenadores têm a atribuição essencial de organização administrativa, didático-pedagógica e científica de cada Curso. Além disso, cada Coordenador do Curso responde hierarquicamente à Diretoria Regional.

A Coordenação do Curso tem as seguintes atribuições:

I.responsabilizar-se pelo planejamento estratégico, pela gestão administrativa e financeira do curso;

II.zelar pela organização didático-pedagógica e científica dos cursos, assegurando a vanguarda da matriz curricular;

III. convocar e presidir as reuniões do NDE e Colegiado do curso;

IV. supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas pelo Colegiado do curso, bem como a assiduidade dos professores;

V.apresentar semestralmente ao Diretor relatório de suas atividades e do Colegiado do curso;

VI.sugerir ao Diretor a contratação ou dispensa de pessoal docente;

VII.fiscalizar o cumprimento do presente Regimento, do calendário acadêmico e dos demais planos de trabalho do Colegiado do curso;

VIII.promover estudos e a atualização dos conteúdos programáticos, das práticas de ensino e de novos paradigmas de avaliação de aprendizagem;

IX. exercer as demais atribuições que lhe sejam designadas pelo Diretor ou órgão colegiado superior;

X. representar o Curso junto às autoridades e órgãos da Faculdade.

O papel dos Coordenadores dos Cursos vai além da execução de atribuições previamente definidas, sua atuação também é deliberativa. Todos participam ativamente de instâncias de decisão nas **Reuniões do NDE**, que são realizadas duas em cada semestre letivo, sempre com a participação do Coordenador do Curso, docentes e membros do NDE.

O Coordenador também participa do **Conselho Acadêmico**, cujas reuniões são realizadas semanalmente com a diretoria, para deliberação de assuntos comuns e específicos a todos os cursos.

Outras duas reuniões contam com a participação do Coordenador. Uma é a **Reunião de Colegiado de Curso**, que é realizada em duas oportunidades em cada semestre letivo, com a participação de alunos representantes de sala e nas quais professores e alunos avaliam a prática educativa e o andamento das atividades previstas. E a outra é a **Semana de Planejamento Pedagógico**, antes do início das aulas, é realizada a Semana de Planejamento Pedagógico, na qual o Coordenador e o Corpo Docente de cada curso desenvolvem atividades individuais e coletivas de planejamento das aulas para o semestre. Nesta semana, é realizada a integração dos docentes recém-contratados e apresentados os novos produtos e serviços institucionais. Os docentes são atualizados quanto às normas de funcionamento da secretaria geral, aos critérios de avaliação e aos serviços da biblioteca e de outras áreas de apoio administrativo. A Coordenação de cada curso realiza junto ao seu corpo docente a consolidação dos planos de ensino e discute os aspectos relacionados à operacionalização do semestre.

Por fim, o Coordenador também tem um papel importante na **Convenção Acadêmica**. Esta é a atividade que abre oficialmente o semestre letivo, se constituindo em um momento de formação, atualização e troca de experiências. A convenção acadêmica congrega todos os colaboradores da IES, professores, pessoal técnico-administrativo, gestores e Diretoria. Na convenção são divulgadas e discutidas as principais diretrizes administrativas e pedagógicas da IES. A convenção é, também, um momento de confraternização, de socialização das metas e objetivos semestrais, de renovação dos compromissos institucionais e do comprometimento de todos com a sua missão educacional.

Essa função atualmente é exercida pelo Professor Doutor LAURO ISHIKAWA. Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Pós-Doutorado na Universidade de Salamanca. Tempo de Experiência: (a) na Coordenação adjunta do Pós-Stricto da FADISP (Julho/13-Dezembro/21); (b) na Coordenação do Curso de Direito da UNIALFA (Julho-Dezembro/22); (c) na Coordenação do Curso de Direito da FADISP (Janeiro/23-Atual); (d) na Docência em geral: 23 anos; na FADISP: (julho/13-Atual). Regime de Trabalho: Integral.

9.6 GERÊNCIA DE SECRETARIA DO CURSO

São atribuições do(a) Gerente de Secretaria da Graduação, Pós-Graduação e Extensão:

I. gerenciar a Secretaria de Graduação, Pós-Graduação e Extensão de acordo com as normas traçadas pelo (a) Diretor (a) Superintendente e pelos órgãos Colegiados da Faculdade;

II. propor a revisão e atualização do Regimento Interno da Faculdade para apreciação do (a) Diretor (a) Superintendente;

III. redigir e fazer expedir a correspondência da Faculdade;

IV. comparecer às reuniões do Conselho Superior e do Conselho Acadêmico, sem direito a voto, atuando como secretário das mesmas e lavrando as respectivas atas;

V. abrir e encerrar os termos referentes a todos os atos escolares, submetendo-os à assinatura do (a) Diretor (a) Superintendente;

VI. zelar pela ordem dos trabalhos em todas as dependências da Gerência de Secretaria;

VII. responsabilizar-se pela guarda e conservação de documentos, diários de classe, e outros relacionados a registros e arquivos de dados acadêmicos;

VIII. orientar e acompanhar a execução do atendimento da Gerência de Secretaria;

IX. acatar, cumprir e fazer cumprir as determinações do (a) Diretor (a) Superintendente, exigindo cumprimento de prazos estabelecidos;

X. conferir e assinar, juntamente com o (a) Diretor (a) Superintendente, diplomas, certificados e históricos escolares;

XI. executar as demais funções que lhe forem atribuídas pelo (a) Diretor (a) Superintendente;

XII. Cuidar para que todos os atos legais e estatutários afetos a atividade de ensino, pesquisa e extensão, praticados pela Instituição, sejam observados, zelando pela regularidade de todos os registros e documentos inerentes.

10 CORPO DOCENTE, CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E CORPO DISCENTE

10.1 CORPO DOCENTE DO CURSO

10.1.1 PERFIL DO DOCENTE

O Corpo Docente é formado por professores criteriosamente selecionados. Os critérios considerados são a trajetória profissional e acadêmica e a titulação adequada às áreas de atuação em cada um dos cursos oferecidos. Com isso, está composto, em sua quase totalidade, por professores doutores, 96,15% dos seus docentes possuem a titulação de doutor.

A formação acadêmica e a experiência profissional do corpo docente são os diferenciais importantes dos Cursos da FADISP.

De um lado, o aluno tem a oportunidade do aprofundamento do conhecimento acadêmico, desde o compartilhamento das experiências pessoais de cada docente, como também pode se beneficiar com a troca de conhecimento sobre as boas e correntes práticas já consolidadas e as em transformação no mercado de trabalho. Essa combinação de excelência prático-teórica é o critério considerado tanto na seleção, como no enquadramento dos professores na IES.

Assim, o Corpo Docente do Curso de Direito da FADISP é resultado de um seletivo e criterioso processo, em que, mais uma vez, a trajetória de ordem profissional, acadêmica (o que inclui a titulação adequada às áreas de atuação em cada um dos cursos oferecidos) e cívica é levada muito a sério.

Nesse ambiente de busca contínua pelo melhor Corpo Docente, a Coordenação do Curso também está preocupada em promover sua melhor alocação. Os docentes são destacados ao ministério das disciplinas correlatas com sua área de formação acadêmica, não só a que lhe direcionou à graduação, como também à pós-graduação.

10.1.2 CLASSES DE DOCENTES

O corpo docente da Faculdade se distribui entre as seguintes classes da carreira de magistério: I. Professores Assistentes; II. Professor Especialista. III. Professor Adjunto e IV. Professor Titular. Todos são contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sendo que hoje **96,15% do corpo docente da FADISP é formado por professores doutores.**

A Faculdade assegura o Plano de Carreira Docente, elaborado pelo (a) Diretor(a) Superintendente, com a disciplina suplementar do Regimento.

10.1.3 ATRIBUIÇÕES

São atribuições dos professores:

I. Elaborar o plano de ensino e de aulas de sua disciplina, submetendo-o à aprovação do Colegiado de Curso.

II. Cumprir a carga horária de trabalho nos dias letivos especificados em Calendário Acadêmico, inclusive no tempo reservado as provas finais. Comparecendo nos dias e horários estabelecidos para planejamento pedagógico coletivo e ministrar aulas relativa(s) a(s) disciplina(s) alocada(s).

III. Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo integralmente o programa e a carga horária.

IV. Registrar nos diários de classe, ou folhas equivalentes, a frequência dos alunos e o conteúdo da matéria lecionada.

V. Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e do rendimento escolar, e aferir os resultados apresentados pelos alunos.

VI. Entregar à Secretaria os resultados das avaliações do aproveitamento e do rendimento escolar dos alunos, nos prazos fixados, no calendário acadêmico.

VII. Observar e fazer cumprir o regime disciplinar da Faculdade.

VIII. Submeter ao Colegiado de Curso projetos de ensino, pesquisa e de extensão, e executá-los depois de aprovados pelo Conselho Acadêmico.

IX. Votar e ser votado para representante nos órgãos colegiados da Faculdade, quando convocado pelo (a) Diretor (a) Superintendente ou pelo (a) Diretor (a) Regional de Operações.

X. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado.

XI. Recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos da Faculdade, observadas, sempre, as regras estabelecidas neste Regimento.

XII. Comparecer a todos os atos cívicos, religiosos, solenidades de colação de grau e demais eventos culturais ou de caráter profissional em que a comunidade acadêmica da Faculdade esteja participando.

10.1.4 PUBLICAÇÃO

Por fim, o corpo docente é constantemente orientado para manter a produção bibliográfica qualificada na área de atuação do Curso, que é, por sua vez, acompanhada diretamente pelo Coordenador do Curso. A Instituição também se mobiliza para a difusão do conhecimento nela produzido, orientando seus docentes a publicarem sua pesquisa seguindo os

critérios Qualis CAPES para artigos em periódicos acadêmicos e preferencialmente nos Extratos A1, A2 e B1, bem como na elaboração de livros e/ou capítulos de livros, preferencialmente nos Extratos L4 e L3.

Além disso, o corpo docente participa das reuniões colegiadas da administração acadêmica, conforme indicação no regimento, além de eventos, palestras, congressos.

As informações sobre a produção do corpo docentes são apresentadas resumidamente abaixo:

FADISP	PROFESSOR	REGIME DE TRABALHO	TITULO	PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA	PRODUÇÃO TÉCNICA	LINK CURRÍCULO LATTES
3776	ALISSON CARVALHO DE ALENCAR	PARCIAL	DOUTORA	6	10	http://lattes.cnpq.br/8429511192056388
2268	ANDRE RAMOS TAVARES	PARCIAL	DOUTOR	37	9	http://lattes.cnpq.br/5047178759815100
3712	DANIELA BUCCI OKUMURA	PARCIAL	DOUTORA	41	66	http://lattes.cnpq.br/0786892225874329
2625	DIOGENES FARIA DE CARVALHO	PARCIAL	DOUTOR	13	6	http://lattes.cnpq.br/1343555133238442
3190	EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM	PARCIAL	DOUTOR	22	77	http://lattes.cnpq.br/8576414745812691
3043	EVERALDO AUGUSTO CAMBLER	PARCIAL	DOUTOR	27	60	http://lattes.cnpq.br/2352908430643450
3494	EVERTON LUIZ ZANELLA	PARCIAL	DOUTOR	15	38	http://lattes.cnpq.br/4292887164297364
3732	FELIPE NICOLAU PIMENTEL ALAMINO	HORISTA	DOUTOR	28	13	http://lattes.cnpq.br/9722867344322315
3060	FRANCISCO PEDRO JUCA	PARCIAL	DOUTOR	16	24	http://lattes.cnpq.br/5669534583194914
3731	GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA	PARCIAL	DOUTOR	26	16	http://lattes.cnpq.br/6380801198500281
3057	HENRIQUE GARBELLINI CARNIO	INTEGRAL	DOUTOR	20	10	http://lattes.cnpq.br/1267615013735742
3075	JOAQUIM EDUARDO PEREIRA	HORISTA	DOUTOR	2	1	http://lattes.cnpq.br/2484730816116047
3089	JULIO CESAR DE OLIVEIRA VELLOZO	INTEGRAL	DOUTOR	19	5	http://lattes.cnpq.br/7139153540254751
3059	LAURO ISHIKAWA	INTEGRAL	DOUTOR	32	9	http://lattes.cnpq.br/0365745946236963
3495	LUIZ GUILHERME DA COSTA WAGNER	HORISTA	DOUTOR	5	0	http://lattes.cnpq.br/4693731888005925
10000	LUIZ REGIS PRADO	PARCIAL	DOUTOR	14	4	http://lattes.cnpq.br/7320868791398672
3319	MAITE CECILIA FABBRI MORO	PARCIAL	DOUTORA	8	20	http://lattes.cnpq.br/5471669159750359
3720	OSCAR SILVESTRE FILHO	HORISTA	DOUTOR	9	1	http://lattes.cnpq.br/0232575809711404

3492	RAFAEL CAMPOS SOARES DA FONSECA	PARCIAL	DOUTOR	41	77	http://lattes.cnpq.br/9690968388205083
3056	RENATO GUGLIANO HERANI	PARCIAL	DOUTOR	9	2	http://lattes.cnpq.br/7984443895712245
3061	RENNAN FARIA KRUGER THAMAY	PARCIAL	DOUTOR	32	9	http://lattes.cnpq.br/3295002524818823
3046	RICARDO FERREIRA DIAS	HORISTA	MESTRE	1	6	http://lattes.cnpq.br/2821654491838452
3318	RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES	PARCIAL	DOUTOR	22	14	http://lattes.cnpq.br/1039288116711181
3358	TALITA PIMENTA FELIX	PARCIAL	DOUTORA	0	4	http://lattes.cnpq.br/707327226141670
3709	WALESKA MIGUEL BATISTA	PARCIAL	DOUTORA	30	36	http://lattes.cnpq.br/2389192755317330

Dessa forma o cálculo do IQCD, de acordo com o item 4.9 da Nota Técnica nº 16/2017, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES deve ser calculado da seguinte forma:

Docente (IQCD): (5 x Doutores) + (3 x Mestres) + (2 x Especialistas) + Graduados / Doutores + Mestres + Especialistas + Graduados. Desta forma, temos:

$$\text{IQCD} = (5 \times 25) + (3 \times 0) + (2 \times 0) + 0 / 125 + 0 + 0 + 0 / 25 = \underline{\underline{5,0}}$$

Tabela de quadro docente:

<u>DOCENTES</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>FORMULA</u>	<u>TOTAL</u>
<u>DOUTORES</u>	<u>25</u>	<u>x 5</u>	<u>125</u>
<u>MESTRES</u>	<u>0</u>	<u>x 3</u>	<u>0</u>
<u>ESPECIALISTAS</u>	<u>0</u>	<u>x 0</u>	<u>125/25 = 5,0</u>

Diante de todo o exposto, nota-se que a Faculdade Autônoma de Direito – FADISP possui um corpo docente qualificado, diversificado e atuante no mundo acadêmico e jurídico:

O Corpo Docente é composto por 100% de doutores

O Corpo Docente possui alta produção intelectual (bibliográfica e técnica), conforme se observa:

DOCENTE	Proução Intelectual (2020-23)
DANIELA BUCCI OKUMURA	71
RAFAEL CAMPOS SOARES DA FONSECA	57
RENNAN FARIA KRUGER THAMAY	42
ANDRE RAMOS TAVARES	37
WALESKA MIGUEL BATISTA	35
MAITE CECILIA FABBRI MORO	31
LAURO ISHIKAWA	30
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM	27
GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA	26
HENRIQUE GARBELLINI CARNIO	20
FELIPE NICOLAU PIMENTEL ALAMINO	15
JULIO CESAR DE OLIVEIRA VELLOZO	14
RICARDO DOS SANTOS CASTILHO	13
DIOGENES FARIA DE CARVALHO	13
EVERALDO AUGUSTO CAMBLER	12
FRANCISCO PEDRO JUCA	12
LUIZ REGIS DO PRADO	12
EVERTON LUIZ ZANELLA	11
RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIMARÃES	11
RENATO GUGLIANO HERANI	9
OSCAR SILVESTRE FILHO	8
ALISSON CARVALHO DE ALENCAR	6
JOAQUIM EDUARDO PEREIRA	6
LUIZ GUILHERME DA COSTA WAGNER	3
TALITA PIMENTA FELIX	2

10.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo da Faculdade é constituído por todos os funcionários não docentes, contratados pelas normas da Consolidação das Leis Trabalhistas. Todos desempenham funções específicas não docentes, e passam, sistematicamente, por programas de treinamento desenvolvidos pelo setor de Recursos Humanos, com o objetivo de fornecer o suporte necessário aos Docentes e Discentes.

10.3 CORPO DISCENTE

10.3.1 COMPOSIÇÃO

O corpo discente da Faculdade constitui de alunos regulares e não regulares, ambas são categorias que se distinguem pela natureza dos cursos a que estão vinculados.

O aluno regular é o matriculado no Curso sequencial de formação específica, graduação ou pós-graduação, regularmente ministrados pela Faculdade. Já o aluno não regular é o inscrito em curso sequencial de complementação de estudos, de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão ou em disciplinas isoladas dos cursos oferecidos regularmente pela Faculdade.

10.3.2 DIREITOS E DEVERES

São direitos e deveres dos alunos:

- I. frequentar as aulas e demais atividades curriculares;
- II. utilizar as dependências físicas, os serviços administrativos e técnicos oferecidos pela Faculdade, e destinados ao pleno desenvolvimento de suas atividades, com esmero e dedicação;
- III. recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos da Faculdade, observadas as normas regimentais;
- IV. observar o regime disciplinar e comportar-se, dentro e fora da Faculdade, de acordo com os princípios éticos e morais de cidadania e com os ideais da Faculdade;
- V. zelar pelo patrimônio da Faculdade;
- VI. contribuir, sempre, para o prestígio, respeito e dignidade da Faculdade;
- VII. participar, como representante discente, nos órgãos colegiados da Faculdade, quando convocado;
- VIII. durante a realização de atividades acadêmicas em qualquer espaço nas dependências da Faculdade Autônoma de Direito, é autorizado ao Corpo Docente ou Corpo Técnico-Administrativo solicitar do acadêmico ou ao colaborador um documento oficial com foto que comprove sua identificação, inclusive durante a aplicação das provas de avaliação formal ou processual.

10.3.3 ÓRGÃO DE REPRESENTAÇÃO

Conforme previsto no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Corpo Docente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico, constituído na forma da legislação pertinente. A forma de escolha da representação estudantil em todos os órgãos colegiados em que atua da Faculdade é prevista em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Superior, observadas as regras estabelecidas em Regulamento próprio e na legislação.

11 INSTALAÇÕES FÍSICAS E VIRTUAIS

11.1 INSTALAÇÕES GERAIS

A infraestrutura física da FADISP compõe-se de instalações cuidadosamente preparadas e adequadas ao ensino, com espaços destinados às atividades acadêmicas, administrativas, de cultura e lazer, além de área de convivência para professores e alunos, e também, conta com toda a acessibilidade necessária para os alunos, professores e comunidade acadêmica.

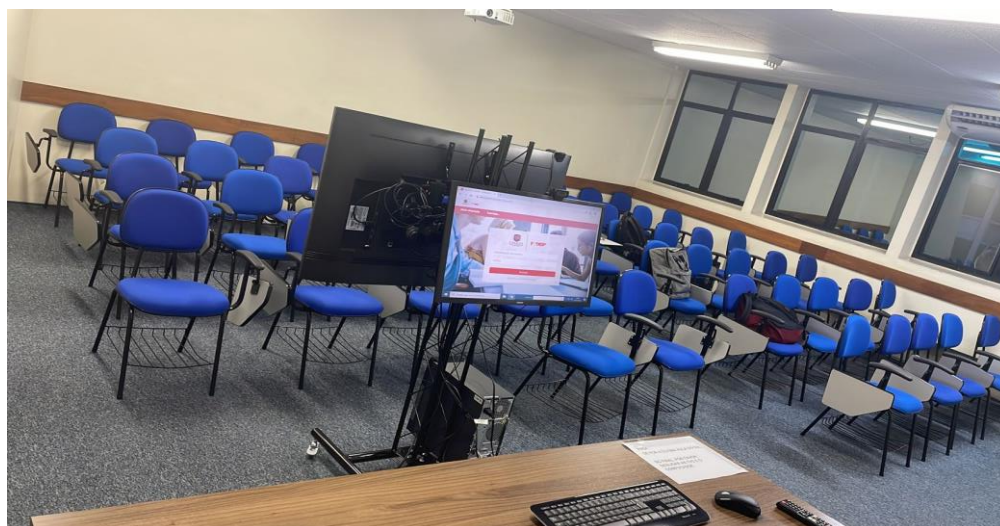
Outra característica fundamental dos espaços gerais da FADISP é a funcionalidade com conforto, o que a coloca na primeira linha em termos de infraestrutura física e tecnológica, oferecida aos alunos e docentes.

11.2 SALAS DE AULA FÍSICAS

As salas de aula da FADISP são climatizadas, como também dimensionadas para acolher os alunos. Possuem uma área individual, equipadas com carteiras do tipo universitário, com assento acolchoado, além do quadro branco para uso de pincel atômico, *data show* e sistema de iluminação fluorescente de acordo com as normas da ABNT. Os sistemas de prevenção de incêndio estão em conformidade com as normas do Corpo de Bombeiros.

As salas também apresentem dimensões compatíveis com a capacidade instalada de alunos, isolamento adequado de ruídos externos e boa acústica interna, mobiliários adequado ergonomicamente e suficiente, bem como excelente sistema de ar condicionado individual. Diariamente as salas passam por rigorosa limpeza.

Atualmente, já vislumbrando um futuro pós-pandemia da COVID-19 em que a tecnologia e o ambiente virtual farão parte da estratégia pedagógica do próprio ensino presencial, a FADISP reformou as suas salas de aulas. Agora, todas estão equipadas para permitir a alunos e professores conviverem num ambiente tecnologicamente preparado para atividades online, conteúdo digital, videos, links, postagens de materiais no ambiente virtual, dentre outras atividades.



(foto de uma das Salas de Aula, preparada tecnologicamente)

11.3 SALAS DE AULA VIRTUAL

O Conselho Nacional de Justiça instituiu em 2013 o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento (Resolução nº 185 de 18/12/2013), via de consequência, a prática jurídica necessita de um ambiente virtual consistente, e a FADISP está preparada tecnologicamente para tais inovações.

A FADISP conta com uma plataforma central de ensino e aprendizagem para proporcionar aos alunos o ambiente tecnológico de apoio às disciplinas ministradas, com interação de professores e alunos de modo a englobar as atividades de desenvolvimento, avaliação, aplicação e valoração da tecnologia, bem como o incremento em novos modelos de gestão, exigidos no mercado de trabalho.

A sala de aula virtual oportuniza a democratização do acesso às novas tecnologias, razão pela qual a utilização das ferramentas tecnológicas foi incorporada definitivamente na infraestrutura virtual da FADISP para ser mais um ambiente de troca de conhecimento, realização de atividades acadêmicas, de extensão e complementares.

Outra utilidade importante do ambiente tecnológico está no maior contato do aluno com seus respectivos professores para encontros individuais de esclarecimento de dúvidas eventualmente não respondidas durante as aulas presenciais, sempre seguindo as orientações e padrão estabelecido pela Coordenação do Curso.

A FADISP mantém o sistema AVA (ambiente virtual de aprendizagem) na página no aluno e do professor, que objetiva armazenar o material utilizado em sala de aula presencial, oportunizar ao professor o compartilhamento de conteúdos, palestras, textos, resenhas, artigos nacionais e internacionais, promover debates.

Suas funcionalidades permitem uma valiosa extensão do ambiente acadêmico, onde docentes e discentes podem interagir e compartilhar conhecimento, além de constituir um ambiente de prática do ensino, com atividades e disponibilização de textos para leitura.

11.4 INSTALAÇÕES PARA DOCENTES

Os professores possuem uma sala para estudo, convivência e descanso entre as aulas, a qual conta com escaninhos para a guarda de materiais pessoais, computadores, acesso à internet, impressora, enfim, tudo que é necessário para a preparação de aulas, elaboração de provas, lançamento de notas e frequência no sistema *online*.

Importante destacar que esse espaço também está preparado para o relaxamento dos professores antes e depois das aulas, com poltronas confortáveis, jogos de tabuleiro, frigobar e alimentos saudáveis, como frutas e sucos.

Esse espaço se mostra uma evolução importante da FADISP, pois recentemente, reestruturou suas dependências, procurando otimizá-las e, nesse processo, avaliou a importância de aprimorar a sala dos professores. O resultado já está sendo colhido, com os docentes acolhidos no momento da preparação de suas aulas, e mesmo pós-aulas, com um espaço reservado a atividades e relaxamento.

11.5 INSTALAÇÕES PARA A FORMAÇÃO GERAL

A Instituição oferece aos seus professores e alunos infraestrutura tecnológica de acesso direto e contínuo à *Internet* a partir das estações de trabalho instaladas em todos os laboratórios de informática, na sala dos professores, biblioteca e área administrativa. Encontra-se, também, disponível aos usuários, nas dependências das unidades o serviço de acesso à rede sem fio (*Wireless*).

A FADISP dispõe de recursos e equipamentos próprios, entre retroprojetor, projetores de mídia (tipo *Datashow*), aparelho de vídeo, televisor e DVD Player, microfone de lapela, captador de áudio, câmera embutida no notebook e câmera de vídeo para gravação e transmissão ao vivo, para apoio de atividade de ensino dos docentes.

Esses recursos podem ser utilizados pelos professores mediante agendamento, como também podem ser instalados nos laboratórios, em salas de aula, salas de reunião, auditórios e, até mesmo, nas áreas comuns, sendo que o transporte e a instalação ficam a cargo do pessoal de apoio e de tecnologia da informação.

11.6 RECURSOS DE INFORMÁTICA E INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

A Faculdade Autônoma de Direito (FADISP) é uma Instituição de Ensino Superior e, desde o seu credenciamento a instituição vem buscando implantar tecnologias inovadoras para efetivação da sua missão junto à sociedade e ainda o cumprimento dos seus objetivos institucionais.

As tecnologias de informação são ferramentas essenciais para o atual modelo de educação, onde alunos e professores demonstram novos formatos de interação. A Instituição busca acompanhar esse cenário de constante mudanças, para tanto conta com uma base tecnológica com capacidade para garantir o funcionamento da Instituição 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana.

A Instituição dispõe de infraestrutura tecnológica de apoio às atividades acadêmicas e administrativas, tais como laboratórios de informática de uso comum e de uso específico, equipamentos de informática (*hardware*) e programas (*software*); sistemas *on-line* de controle acadêmico e de gestão administrativa e financeira. Todos os computadores da instituição estão interligados em rede e com acesso à *Internet*, inclusive os destinados ao uso dos alunos. Nas dependências da instituição encontra-se disponível aos alunos o acesso *Wireless* à Internet.

A FADISP ainda dispõe de *link* com Provedor, que permite o acesso direto e contínuo à Internet a partir de qualquer dos equipamentos de informática existentes nos laboratórios, na sala dos professores, na biblioteca e na área administrativa.

Para facilitar a comunicação entre a instituição e seus usuários, entre os professores e alunos e de todos entre si, é concedida uma conta de *e-mail* pessoal para todos os professores e colaboradores.

Bolsistas e Estagiários também são convocados a auxiliar no serviço de apoio aos professores e alunos, colocando-se à disposição deles durante o horário de uso dos Laboratórios de Informática.

Além de disponibilizar a infraestrutura tecnológica, a FADISP também conta com um qualificado apoio e suporte tecnológico. Sua área de informática conta com quadro de pessoal dimensionado para atender às necessidades da instituição, com suporte especializado. A equipe técnica também está preparada para o novo universo das atividades acadêmicas desenvolvidas no ambiente virtual, capacitados a auxiliar e prestar apoio a alunos e docentes em vista do melhor desempenho docente e discente, como também o parque tecnológico é atualizado constantemente para acompanhar essa e outras novas demandas de uso e aplicações tecnológicas.

Por fim, o fato de a manutenção dos computadores funcionar na própria Instituição, por seu corpo técnico em informática, é uma vantagem relevante na proteção e segurança dos dados e sistemas da FADISP.

11.7 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O Laboratório de Informática é o espaço tecnológico colocado à disposição de alunos e docentes para realização de trabalhos escolares, de pesquisa pelo ambiente virtual e trabalhos que exijam *softwares* específicos, aplicados às mais variadas disciplinas em curso.

Todos os equipamentos são controlados por senha, e estão sob a supervisão dos técnicos, que se encontram disponíveis ao longo do dia e da noite para auxiliar os alunos e os professores. As regras e condições de uso dos Laboratórios estão definidas no Regulamento próprio.

O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 22hs e, aos sábados, das 8hs às 14hs.

11.8 BIBLIOTECA

11.8.1 SISTEMA ALFA DE BIBLIOTECAS

A Biblioteca da FADISP é gerida pelo software Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas.

O Sistema Pergamum permite a gestão dos dados e serviços, o funcionamento de forma integrada dos processos, com atualização de dados on-line. É compatível com o código biblioteconômico de catalogação AACR2, para qualquer documento, utiliza o formato MARC 21 nos registros bibliográficos internos, para exportação e importação, possibilita importação de dados de centros de catalogação cooperativa on-line e exportação de dados para intercâmbio de registros bibliográficos. Possui sistema de gerenciamento de texto, imagem e som, controle de periódicos com Kardex e indexação de artigos, controla empréstimo para qualquer tipo de documento como: reserva, cobrança personalizada com prazos diferenciados por tipos de materiais e usuários, devoluções, renovações, atrasos, multas, e-mails de alertas, negociações e suspensões, geração de etiquetas de código de barras, estatísticas de uso, processamento técnico, emissão de diversos tipos de relatórios em conformidade com critérios recomendados pelo MEC / CAPES.

Cabe à Biblioteca a realização das seguintes atividades:

- a) Coordenar todos os serviços de administração, informação, formação e desenvolvimento de coleções, processos técnicos, organização do material e atendimento aos usuários; bem como a manutenção dos processos estabelecidos pela instituição;
- b) Manter atualizadas as informações bibliográficas, administrar o uso adequado das instalações de estudo e disponibilizar e controlar o acesso às informações;
- c) Coordenar técnica e administrativamente as demais Bibliotecas;
- d) Gerenciar pessoal e promover capacitação da equipe;
- e) Preservar o patrimônio sob sua guarda;
- f) Promover a utilização do acervo;
- g) Colaborar com as coordenações de curso de forma a integrar a política educacional e administrativa da instituição, servindo de apoio aos programas instituídos;
- h) Integrar-se a redes e a sistemas de informação para melhor compartilhamento e racionalização dos recursos de informação disponíveis.

11.8.2 DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

De segunda a sexta-feira, no horário das 16h00min às 22h00min e aos sábados, das 8h às 12h. Intervalo das 20h00 às 20h20.

11.8.3 POLÍTICAS DE ORGANIZAÇÃO, UTILIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO:

11.8.3.1 Da organização do acervo

O acervo da Biblioteca da FADISP conta com material bibliográfico diversificado, abrangendo várias áreas do conhecimento humano, com ênfase naquelas, cujos cursos são ministrados na instituição. Compõe-se de diferentes tipos de documentos: livros, revistas gerais e especializadas (nacionais e internacionais), jornais, DVD, bases de dados, CD-ROM, dissertações e teses impressas e em formato PDF em nosso catálogo online, os quais se encontram organizados em coleções, de acordo com o seu suporte físico, finalidade e assunto tratado.

11.8.3.2 Das políticas de utilização e acesso:

A Biblioteca pode ser utilizada por docentes, discentes e funcionários da Faculdade e, pela comunidade externa; neste último caso, somente para consulta local. O acesso ao acervo é restrito, porém os usuários são liberados para selecionarem os materiais nas estantes e realizar os empréstimos necessários perante autorização da atendente, sendo autorizado a entrada de 1 (um) ou 2 (dois) alunos por vez.

Usuários com necessidades especiais são atendidos normalmente com orientações especiais para consultas e acesso aos materiais, caso necessário. Disponibilizamos um terminal de consulta e um elevador para acesso à biblioteca, visando maior conforto aos alunos portadores de necessidades especiais.

- A apresentação da carteira da faculdade é necessária para ingresso na biblioteca e uso dos serviços.

11.8.3.3 Das políticas de atualização do acervo e desenvolvimento de coleções:

Visa direcionar o uso racional dos recursos financeiros; estabelecer prioridades de aquisição de material; definir formas de intercâmbio de publicações; traçar diretrizes para o descarte do material e avaliação das coleções, considerando as características dos cursos oferecidos pela instituição.

Cabe à Biblioteca adquirir, receber, coletar, tratar e distribuir a documentação adquirida, bem como às produzidas nos Cursos de Mestrado e Doutorado e outras relacionadas

à produção científica dos professores, com o objetivo de preservar a memória e a produção dos documentos produzidos pela instituição.

O acervo está e será constituído por materiais em vários tipos e suportes: livros, teses, dissertações, relatórios, anais de encontros e congressos, catálogos, bibliografias, periódicos em geral, CD ROM, DVD, folhetos e outros. Deverá contemplar a aquisição por compra (forma principal de aquisição), de acordo com o planejamento financeiro da instituição, doação e permuta, sempre com o objetivo de apoiar as atividades de ensino, além de resguardar obras oriundas da própria instituição.

Compete à instituição definir o valor do orçamento anual a ser despendido para a aquisição dos materiais a fim de atender a demanda dos cursos de graduação, pós-graduação (nível especialização), cursos de extensão, Mestrado e Doutorado. Uma vez aprovado deverá ser encaminhado à coordenação da Biblioteca para atender as solicitações.

Cabe a Biblioteca avaliar o acervo sempre que necessário utilizando métodos qualitativos quantitativos e a fim de assegurar o alcance dos objetivos da mesma.

A seleção qualitativa dos materiais para aquisição obedecerá aos seguintes critérios:

a) Os materiais deverão possuir qualidade técnica, atualidade do assunto e de edição, custo justificado, cobertura do assunto proposto, relevância, conteúdo intelectual da obra, idoneidade da autoria e do editor, idioma acessível. Devem ainda ter formato conveniente, compatibilidade com os equipamentos existentes e estar adequados aos objetivos e níveis educacionais da instituição.

b) A bibliografia básica deverá ser revista e atualizada periodicamente pelos coordenadores de cursos, cabendo aos mesmos coletar as sugestões feitas pelo corpo docente e encaminhá-las à Biblioteca, de acordo com as normas de solicitação vigentes.

A quantidade de exemplares é determinada proporcionalmente ao número de alunos conforme as recomendações dos órgãos oficiais de educação e pela demanda de uso da obra. Como subsídios aos docentes na elaboração de bibliografias básica e complementar, a Biblioteca encaminha catálogos e listas de livrarias e editoras especializadas, disponibiliza bases de dados referenciais para consulta e promove demonstrações e apresentações de produtos acadêmicos.

A Biblioteca realiza o controle das aquisições de livros e periódicos desde o pedido de compra do corpo docente, verificação de completeza de dados, duplicidade até o recebimento dos materiais, verificação de conformidade e estado físico para aceitação e cadastramento para incorporação ao acervo.

O processo de aquisição de periódicos é direto, tendo sua operacionalização como cotação e fechamento de pedido de fornecimento Perimetralizado pela Biblioteca, além do controle das aquisições e renovações de assinaturas, registro e controle de coleções de fascículos e exemplares.

Novas solicitações de assinaturas de periódicos somente serão feitas mediante autorização do coordenador de curso. Estas serão ainda analisadas pela coordenação da Biblioteca e submetidas à aprovação da Diretoria.

Periódicos científicos já assinados, que façam parte da lista básica e que tenham uso estatisticamente relevante; serão renovados automaticamente. A cada ano a Biblioteca deverá fazer medir o grau de utilização dos mesmos para subsidiar a tomada de decisão sobre as renovações. Uma lista dos títulos com o respectivo uso deverá ser encaminhada às coordenações dos cursos com o intuito de realizar o cancelamento ou manutenção de títulos que não atenderem suas necessidades e/ou inclusão de novos títulos necessários para o desenvolvimento do conteúdo pragmático e/ou atualização.

Materiais de referência deverão ser sugeridos pelos bibliotecários, juntamente com a coordenação de cada curso. Esse acervo deverá ser constituído por enciclopédias, dicionários gerais e especializados, estatísticas, atlas, guias, instrumentos de acesso à informação, repertórios bibliográficos, catálogos de teses e dissertações, bases de dados em CD-ROM e on-line.

Os multimeios (CD-ROM, DVD, etc.), serão adquiridos mediante comprovação de necessidade desses materiais para apoio às atividades de ensino e pesquisa realizadas na faculdade.

Sempre que necessário, a política de desenvolvimento de coleções será revisada e se necessário, atualizada a fim de garantir sua adequação à comunidade acadêmica, aos objetivos da Biblioteca e aos da própria instituição.

A Biblioteca recebe permanentemente, sugestões dos usuários internos (alunos, professores e funcionários) para a aquisição de novos títulos ou exemplares através de e-mail, pessoalmente e pelo sistema (módulo de sugestões de usuários).

As sugestões recebidas serão avaliadas pelo bibliotecário juntamente com a coordenação a fim de verificar a necessidade, relevância e pertinência das mesmas, para posterior encaminhamento do pedido de aquisição.

11.8.3.4 DOS TREINAMENTOS DE USUÁRIOS:

O treinamento de usuários tem por objetivo fornecer orientações básicas nas pesquisas e busca da informação, apresentando algumas ferramentas oferecidas pela Biblioteca, contribuindo para a melhor utilização dos recursos disponíveis. A cada início de semestre disponibilizamos uma data no calendário acadêmico ou um horário pré-agendado junto aos professores, em suas respectivas turmas (em horário de aula) ou então realizados em grupos, também por agendamento. A duração será de no máximo 40 (quarenta) minutos.

11.8.3.5 DA CONSULTA AO ACERVO

A Biblioteca disponibiliza terminais para Consulta ao Acervo (Consulta Web) em todas as unidades, esta ferramenta permite os seguintes tipos de pesquisa:

- Pesquisa Geral (Busca por assuntos, autor e livre);
- Pesquisa Avançada (Diversos filtros de pesquisas como, por exemplo, Booleana);
- Autoridades (Autores - pessoa).

11.8.3.6 DO EMPRÉSTIMO

Empréstimos domiciliares são feitos a usuários vinculados à Faculdade, com períodos determinados, conforme categoria do usuário e tipo de material.

Materiais pertencentes a outras unidades poderão ser transferidos para as outras unidades a fim de atender às necessidades de empréstimo dos usuários. Quando a transferência não for possível, será feito empréstimo entre as bibliotecas do Sistema, através de malote.

11.8.3.6.1 Da quantidade e prazos de empréstimo

Empréstimo de 08 dias para docentes, discentes da Graduação, funcionários: Livros com títulos diferentes, Periódicos e/ou Revistas, Teses, Materiais audiovisuais, sendo: DVD e CD-ROM. Empréstimo para alunos de pós-graduação: Livros com títulos diferentes – 15 dias consecutivos, Dissertação/Tese – 8 dias consecutivos. Periódicos e /ou Revistas – 8 dias consecutivos, Materiais audiovisuais, sendo: CD-ROM e DVD – 08 dias consecutivos. Empréstimo para alunos dos Cursos de Mestrado e Doutorado: Livros com títulos diferentes – 30 dias consecutivos, Dissertação/Tese – 30 dias consecutivos, Periódicos e /ou Revistas – 15 dias consecutivos, Materiais audiovisuais, sendo: CD-ROM e DVD – 15 dias consecutivos.

11.8.3.6.2 Renovação de materiais:

Para os alunos dos Cursos de Mestrado e Doutorado, possibilitamos além da renovação no balcão de atendimento, poderão também renovar seus materiais pela internet, e-mail ou telefone.

O acervo da Biblioteca é composto aproximadamente de 16.731 volumes em forma de livros, periódicos nacionais e estrangeiros, produção intelectual da Faculdade, DVDS, dissertações, teses, base de dados e outros, são atualizados diariamente e cobre as áreas de Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Letras, Artes e outras relacionadas com ênfase naquelas, cujos cursos são ministrados na instituição.

O acervo da Biblioteca nos últimos três anos teve um crescimento de volume significativo. A aquisição se deu por compra e por doações, e pela transferência de acervo de 2.763 exemplares de nossa outra unidade. Principalmente nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, que englobam áreas auxiliares do Direito como: Teoria do Direito, Teoria do Estado, Filosofia do Direito, Direito Constitucional, Direito Civil, Filosofia, Sociologia e Ciência Política.

Tem como diferencial um acervo especial com mais de 400 títulos, que servem como base de pesquisa, principalmente para alunos de pós.

11.8.4 PLATAFORMAS DIGITAIS

Os novos instrumentos estabelecem a necessidade e obrigatoriedade do acervo virtual na biblioteca da IES. Portanto, a biblioteca optou em assinar as seguintes plataformas digitais

(a) BIBLIOTECA DIGITAL SARAIVA: com contrato que garante acesso ininterrupto a seus usuários. Seu acervo é digitalizado em uma única plataforma online com aproximadamente 1800 títulos das áreas de gestão jurídica, tecnológica e contábil. Suas principais funcionalidades abrangem atualização semestral de novas edições e títulos, acesso remoto, anotações e marcações em todo conteúdo do livro digital;

(b) MINHA BIBLIOTECA: plataforma digital de livros que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos. Formada por mais de 15 grandes editoras acadêmicas do Brasil e 38 selos editoriais. Conforme link: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>

11.8.5 PERIÓDICOS

Com relação aos periódicos correntes, a Biblioteca realiza anualmente avaliação das estatísticas de utilização, para renovação dos mesmos, a maioria são exclusivos da área jurídica.

Títulos de Periódicos assinados pela Biblioteca e separados por áreas específicas:

Direito – Jurisprudência

PENSAMENTO JURÍDICO: Revista da Faculdade Autônoma de Direito

Direito - Mercado de capitais

REVISTA DE DIREITO BANCÁRIO E DO MERCADO DE CAPITAIS

Direito ambiental

REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL

Direito constitucional. Direito público. Direito administrativo

DIREITO PÚBLICO

Delegação de poderes - Delegação a órgãos privados

REVISTA DE DIREITO PRIVADO

Direito administrativo

REVISTA SÍNTESE DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito público - Direito constitucional - Direito administrativo - Direito Internacional.

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL

Direito penal propriamente dito

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

REVISTA SÍNTESE: direito penal e processo penal

Proteção ao consumidor - Segurança do consumidor

REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Direito civil

REVISTA DE DIREITO CIVIL: imobiliário, agrário e empresarial

REVISTA SÍNTESE: direito civil e processual civil

Propriedade imobiliária – Imóveis

REVISTA DE DIREITO IMOBILIÁRIO

Direito de família - Direito de herança – Herdeiros – Sucessores

REVISTA SÍNTESE: direito de família

Sociedades comerciais

REVISTA SÍNTESE: direito empresarial

Instituições comerciais - Direito financeiro – Periódicos

REVISTA TRIBUTÁRIA E DE FINANÇAS PÚBLICAS

Direito Processual
REVISTA DE PROCESSO

Arbitragem & conciliação
REVISTA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Direito do trabalho
REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO

REVISTA SÍNTESE: trabalhista e previdenciária

Direito, lei da proteção do meio ambiente
REVISTA SÍNTESE: direito ambiental

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO AMBIENTAL

Atualidades / Conhecimentos gerais
REVISTA VEJA
EXAME

Jornais
ESTADO DE SÃO PAULO

11.8.6 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico consiste numa relação das bibliografias existentes nos acervos das bibliotecas do sistema, ou através de bases de dados nacionais e internacionais, sejam livros, artigos de periódicos, teses, folhetos e outros materiais bibliográficos sobre determinado assunto e segundo as especificações definidas pelo próprio solicitante: idioma, tipo de material, palavras-chave, etc. Trata-se de uma prévia seleção de bibliografias ou documentos que poderão ser utilizados como referência na construção de uma monografia, tese ou qualquer trabalho acadêmico.

11.8.7 PERMUTA

O objetivo do Setor de Permuta da Biblioteca é criar e manter um serviço de intercâmbio com várias entidades de pesquisa, culturais e educacionais do país, permutando as publicações periódicas editadas pela instituição, com os periódicos científicos de outras entidades, e é o que fazemos com nossa Revista Pensamento Jurídica.

Além dos periódicos assinados, a FADISP foi contemplada com acesso ao Portal de Periódicos da Capes que oferece acesso a textos completos disponíveis em mais de 37 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e à diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na web, 130 bases referenciais, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

11.8.8 SERVIÇO DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA (COMUT):

É um serviço que permite obter cópia de documentos não existentes no acervo das Bibliotecas da Faculdade, como: artigos de periódicos, teses, dissertações e anais de congressos. Destina-se ao atendimento de docentes, alunos, servidores e da comunidade em geral que necessitam de informações para complementação de estudos e pesquisas realizadas. Para utilizar esse serviço é necessário dirigir-se à Biblioteca, com a referência completa dos documentos: autor, título do artigo, título do periódico, volume, número, ano e páginas do artigo ou no caso das teses, informar o autor, o título, e a universidade onde foi defendida. O pedido será atendido mediante pagamento de taxa que tem como objetivo custear as taxas de envio dos materiais.

11.8.9 DAS INSTALAÇÕES E INFRA-ESTRUTURA:

Os espaços foram e sempre serão projetados para possibilitar o acesso a portadores de necessidades especiais, e para proporcionar condições adequadas, tanto para área física, como para o acervo. A biblioteca, como ambiente educativo e informacional inclusivo, requer condições que garantam o acesso e a participação autônoma de todos os usuários às suas dependências e atividades.

Procurando oferecer ótimas condições para que os usuários possam usufruir da melhor maneira possível o espaço da Biblioteca, nós dispomos de:

- Condições ambientais: ambiente sempre limpo, ventilação boa; ou através do sistema ar condicionado;

- Iluminação: além do aproveitamento máximo da luz natural, a iluminação é adequada e suficiente para garantir conforto aos usuários; e conta com sistema de iluminação de emergência;

- Acústica: permite boa audição interna;

- Sistema e equipamentos contra incêndio;

Oferecemos ótimas condições de armazenagem das obras, salas de estudo em grupo, salas de estudos individuais e computadores para consultas ao catálogo informatizado.

11.8.9.1 Espaço Físico:

A área física atual da Biblioteca para seu acervo é de 98m²;

Área total, incluído salas de estudo é de 397,23m²;

Instalações para Estudos em Grupos e Individuais;

A biblioteca possui 06 cabines para estudo individual e duas salas de estudos em Grupo, contendo 07 mesas, suportando até 02 pessoas por mesa.

11.8.9.2 Infra- Estrutura:

Computador - Administrativo = 01;

Computador - Atendimento = 01;

Terminal de Consulta = 07;

Área Total do Acervo 65,94

Área Útil 17.50

Balcão de Atendimento Adaptado

Baía de Estudo Adaptada

Objetos de Acessibilidade = Teclado Braille, Lupa 100mm, Reglete, Punção

DOSVOX: Sistema operacional DOSVOX que permite que as pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo alto nível de independência no estudo e no trabalho. Acessibilidade na leitura; esta ferramenta está disponível na Plataforma Minha Biblioteca. É uma ferramenta de acessibilidade que permite a leitura do texto em voz alta. Esse recurso é de muita importância para pessoas de baixa visão.

11.8.9.3 Pessoal Técnico-Administrativo:

Bibliotecário Responsável

Adriano Pereira dos Santos – CRB -8/8523

Exerce a função de chefe de setor, com as seguintes atribuições: atendimento, treinamento de auxiliares de biblioteca, adequação das bibliografias existentes ou não, identificar as necessidades, colaborar na elaboração do plano de atividades da área de atuação, baseando-se nos objetivos a serem alcançados, participar da elaboração das políticas adotadas, a fim de contribuir na definição de objetivos. Elaborar relatórios de controle das atividades a fim de auxiliar a análise de indicadores do núcleo. Acompanhamento de visitas de especialistas do Ministério da Educação em autorizações e reconhecimentos de cursos.

Há apoio bibliográfico todos os dias de 19h -20h presencial na FADISP para discentes e docentes ou das 16h00min às 22h00min e aos sábados, das 8h às 12h. Intervalo das 20h00 às 20h20 virtual, telefone ou e-mail, conforme consta no site da FADISP. Assim como, há apoio de TI – de 18h30 – 19h30 presencial na FADISP para discentes e docentes ou das 08h – 22h00 por meio do link do aluno online, conforme consta no site da FADISP.

11.8.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteca tem como finalidade:

- Complementar a função produtiva ou de ensino, oferecendo o apoio pedagógico indispensável à qualificação do processo de ensinar e aprender.
- Qualificar permanentemente o acervo da Biblioteca através de uma política eficiente e eficaz de seleção, aquisição, disposição, divulgação e manutenção.
- Incentivar o uso da Biblioteca pelo Corpo Docente e Discente da instituição.
- Avaliar, periodicamente, a Biblioteca enquanto setor fundamental de apoio pedagógico da Instituição e providenciar nas ações corretivas que se fizerem necessárias, bem como no reforço dos aspectos positivos.
- Qualificar permanentemente os funcionários que atuam na biblioteca, tendo em vista a atualização no seu desempenho profissional junto ao setor.
- Divulgar a atuação da biblioteca em publicações científicas, seminários e informes de divulgação.

A Biblioteca tenta sempre criar, definir ou reestruturar as práticas de trabalhos e métodos gerenciais que passem a responder de maneira rápida e eficiente as demandas, bem como as características e necessidades específicas de seus usuários.

11.8.11 POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

A Política de Atualização do Acervo está voltada para todas as modalidades de aquisição (compra, doação, assinatura e permuta), logo, para tudo o que é disponibilizado aos usuários das Bibliotecas.

As obras são selecionadas e adquiridas com base no conteúdo programático das disciplinas. Assim, segue a lógica das bibliografias básicas e complementares sugeridas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, com a supervisão dos Coordenadores, Corpo docente e sugestões dos bibliotecários.

Ao planejarem suas atividades acadêmicas, no início de cada semestre letivo, os professores e Coordenadores encaminham suas sugestões bibliográficas para aquisição atinentes à formação geral e específica dos cursos à biblioteca. Este procedimento mantém o acervo atualizado e garante sua expansão de modo ordenado e otimizado.

Quanto ao número de títulos, são adquiridos todos os indicados na bibliografia básica e pelo menos 2 (dois) da bibliografia complementar de cada disciplina. A quantidade de exemplares é proporcional ao número de alunos e segue as recomendações dos órgãos oficiais de educação. No entanto, é possível adquirir maior quantidade de exemplares, conforme a demanda de uso das obras.

11.8.12 ESPAÇO FÍSICO E NORMAS DE FUNCIONAMENTO

O espaço físico do Sistema ALFA de Bibliotecas é adequado para a pesquisa e estudo, com normas de uso muito bem definidas, para seu melhor aproveitamento.

As normas de uso das Bibliotecas estão expostas nos espaços físicos, como também no sítio eletrônico da FADISP (<https://fadisp.com.br/biblioteca/normas-de-uso>). Essas normas são:

1. Não fumar - Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996;
2. Não utilizar aparelhos celulares;
3. Não consumir alimentos e bebidas;
4. Manter silêncio, evitando conversar em tom incompatível com o ambiente das bibliotecas;
5. Não é permitido adicionar, remover programas, acessar páginas de conteúdo pornográfico, bate-papos e outros considerados inadequados;

6. Não é permitido sair da biblioteca com materiais sem a devida autorização ou empréstimo;
7. Repor obras extraviadas ou danificadas em casos de não devolução que estiverem sob sua responsabilidade;
8. Zelar pelos materiais sob sua responsabilidade, evitando: exposição ao sol e umidade; manusear com as mãos sujas, umedecer o dedo com saliva para passar as páginas de um livro; abrir o livro forçando a costura; riscar, rasgar ou arrancar folhas;
9. Sugerir melhorias para os serviços da Biblioteca;
10. Respeitar as normas de uso das Bibliotecas;
11. Observar os prazos indicados para a devolução dos materiais retirados por empréstimo;
12. Depositar sob a guarda do responsável pelo balcão de guarda-volumes as bolsas, sacolas e mochilas. Na saída, deverão retirar o seu material do guarda-volumes;
13. Consultar catálogo online e anotar o número de chamada antes de se dirigir ao balcão de atendimento;
14. Fazer reserva da sala de vídeo com antecedência;
15. Utilizar marcador de livro para marcar o ponto onde você parou sua leitura, sem dobrar, riscar ou fazer anotações nas páginas;
16. Comunicar ao setor de atendimento quaisquer danos verificados no material a ser emprestado;
17. Devolver os materiais emprestados em dia, evitando multas (calculadas por dia de atraso para cada obra ou serviço R\$1,50).

Os horários de funcionamento são previamente definidos e divulgados pela FADISP. Nesse período, o aluno poderá utilizar as dependências da Biblioteca. Porém, os serviços de consulta, reserva e renovação de obras são prestados também via sítio eletrônico da FADISP.

11.8.13 BIBLIOTECA VIRTUAL

Além dos espaços de funcionamento das Bibliotecas físicas, a FADISP ampliou consideravelmente o acesso às obras e produções jurídicas e multidisciplinares para seus alunos e docentes, com a incorporação, desde 2019, do conceito de Biblioteca Virtual.

Em seu sítio eletrônico, no campo próprio da Biblioteca, há o acesso a inúmeras Revistas Eletrônicas, sobre assuntos dos mais variados e relacionados aos Cursos da Instituição.

Agora, a maior aquisição da FADISP é o acesso à Minha Biblioteca (link: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>), uma das mais completas plataformas digitais de livros existentes. Seu acervo de títulos técnicos e científicos é formado por mais de 16 editoras acadêmicas do Brasil e 41 selos editoriais e totalmente, voltados para estudantes universitários, pesquisadores acadêmicos e profissionais do mercado. Com essa aquisição, a FADISP ampliou seu acervo em mais de 10 mil obras.

11.9 POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE

As Políticas de Acessibilidade da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP são acompanhadas pelo Núcleo de Educação Inclusiva (NEI um ambiente criado para oferecer acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática aos alunos que tenham deficiência física e sensorial.

A instituição acredita que promover a inclusão de estudantes com algum tipo de Necessidade Educativa Especial é mais do que matriculá-los em uma escola regular, é oferecer-lhes atendimento pedagógico especializado para auxiliá-los no processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a FADISP acredita que a inclusão educativa não é somente uma questão técnica, nem somente de engenharia didático-pedagógica. A inclusão é uma questão de opção ideológica de valorização e respeito às diferenças.

A Política de Acessibilidade da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP tem como objetivos:

1. Zelar pela aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes, nas ações, atividades e projetos promovidos e implementados pelos órgãos da FADISP;

2. Incorporar transversalmente os conceitos e princípios da acessibilidade em todas as ações, projetos, processos de trabalhos e aquisições realizados na Instituição, para atendimento das demandas internas e da sociedade;

3. Implementar ações continuadas de inclusão social das pessoas com deficiência ou com distúrbios comportamentais (incluindo transtornos do espectro autista), de forma a lhes permitir o pleno exercício da cidadania no âmbito da FADISP;

4. Permitir que as pessoas com deficiência tenham acesso aos ambientes, serviços e recursos materiais disponíveis na Instituição, eliminando barreiras físicas e arquitetônicas, priorizando soluções inclusivas e sustentáveis;

5. Facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, eliminando barreiras tecnológicas e de comunicação, promovendo a percepção, capacidade de operação, compreensão e robustez daqueles meios;

6. Promover ações de capacitação de funcionários, para que possam conhecer e adotar novas práticas e tecnologias, a fim de garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência;

7. Promover ações de sensibilização do corpo funcional, difundindo uma cultura de inclusão na FADISP e contribuindo para eliminar o preconceito, a discriminação e outras barreiras atitudinais;

8. Incentivar a participação de funcionários com e sem deficiência, no planejamento, execução e avaliação de ações inclusivas na Instituição;

9. Avaliar periodicamente o desempenho das ações inclusivas implementadas na Instituição, adotando, se necessário, as medidas preventivas e corretivas cabíveis;

10. Contribuir para o acesso da pessoa com deficiência a postos de trabalho na FADISP;

11. Estabelecer parcerias com outras instituições, sobretudo entes governamentais, para promover a cooperação técnica e o intercâmbio de conhecimentos e experiências, disseminar e compartilhar as melhores práticas em acessibilidade, estimular e apoiar a implementação de ações voltadas à acessibilidade e à inclusão social das pessoas com deficiência;

12. Divulgar as ações realizadas pela FADISP para promover a acessibilidade e a inclusão social das pessoas com deficiência.

13. Aproveitar a instituição e adequar suas estruturas conforme as normativas de acessibilidade física;

14. Adequar os procedimentos metodológicos e avaliativos garantindo a permanência do aluno especial nas salas regulares de ensino com as devidas adaptações curriculares e dos recursos didáticos.

11.9.1 ACESSIBILIDADE DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A Faculdade Autônoma de Direito - FADISP no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

Para Usuários com Deficiência Física/ Motora:

1. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência;
2. Acesso aos andares por meio de escadas ou elevadores;
4. Rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
5. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio;
6. Bebedouros acessíveis aos usuários de cadeira de rodas.

Para os usuários com Deficiência Visual:

1. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da instituição até o seu interior;
2. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
3. Regletes e punções;
4. Kits de desenho em alto-relevo;
5. Régua para assinatura;
6. Software de ampliação de tela do computador;
7. Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
8. Lupas;
9. Computador acoplado à multifuncional;
10. Computadores equipados com software sintetizador de voz;
11. Acervo bibliográfico digital com recursos tecnológicos de acessibilidade;
12. Máquina com teclado em Braille;
13. Fones de ouvidos;

Para os usuários com Deficiência Auditiva:

1. Intérprete de Libras;
2. Cartilha de orientações em Libras;
3. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva;
4. Oferta de cursos de LIBRAS para a comunidade acadêmica e externa para terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda;
5. Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
6. Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;
7. Incentivo para que os funcionários da Biblioteca conheçam Língua Brasileira de Sinais (a cartilha de Libras desenvolvida pela Biblioteca em conjunto com intérprete de Libras);
8. Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos;
9. Uso do Handtalk aplicativo de conversão da Língua Português para a Língua Brasileira de Sinais.

11.9.2 ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

A FADISP garante o atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, inclusive às gestantes e idosos, e essa prática inclui:

- a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
- b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
- c) Preferência no atendimento.

11.9.3 DA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA

A Política de Acessibilidade é adotada pela Faculdade Autônoma de Direito - FADISP, de forma ininterrupta e permanente, observando as avaliações internas e externas, as inovações e práticas exitosas, as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério da

Educação e Cultura. As ações garantidas por esta política têm o firme propósito de assistir e desenvolver de forma plena o potencial dos acadêmicos dos cursos da IES, a partir de suas habilidades acadêmicas, levando-os a adquirir as competências profissionais necessárias para atuar em um mercado marcado por constantes transformações, por meio de um ensino de qualidade capaz de transformar as realidades locais e regionais.

12 APÊNDICE 1

12.1 MATRIZ CURRICULAR

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO

CH	CR	1ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Introdução ao Estudo de Direito
80	4	Teoria Geral do Direito Privado: LINDB, Pessoas e Bens
80	4	Português Instrumental Forense
80	4	Metodologia da Pesquisa Científica
80	4	Sociologia e Antropologia Jurídica*
400	20	Carga Horária Total
CH	CR	2ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Teoria Geral do Processo Civil
80	4	Teoria Geral dos Fatos Jurídicos
80	4	Teoria da Constituição e Organização do Estado e Separação de Poderes*
80	4	História do Direito e do Pensamento Jurídico
40	2	Ciência Política e Teoria Geral do Estado
40	2	Criminologia e Fundamentos Constitucionais do Direito Penal
400	20	Carga Horária Total
CH	CR	3ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Atos Processuais e Processo de Conhecimento
40	2	Psicologia Aplicada
40	2	Hermenêutica e Comunicação Jurídica
80	4	Direitos Fundamentais
80	4	Teoria do Delito e da Pena
80	4	Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil
400	20	Carga Horária Total
CH	CR	4ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Recursos e Processo nos Tribunais
80	4	Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie
80	4	Crimes Contra a Pessoa e a Dignidade Sexual
80	4	Direitos Humanos e Coletivos*
80	4	Teoria da Administração Pública
400	20	Carga Horária Total
CH	CR	5ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Direito das Coisas
80	4	Direito Individual do Trabalho
40	2	Cumprimento de Sentença e Processo de Execução
80	4	Crimes Contra o Patrimônio, Fé e Administração Públicas.
80	4	Licitação, Contratos e Processo Administrativo
40	2	Processo Constitucional

400	20	Carga Horária Total
CH	CR	6ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Direito Processual do Trabalho
80	4	Procedimentos Especiais
40	4	Direito das Famílias
40	2	Direito Constitucional Econômico
40	2	Legislação Penal Especial
40	2	Direito Coletivo do Trabalho
80	2	Meios Adequados de Resolução de Conflitos*
400	20	Carga Horária Total
CH	CR	7ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Empresário, Empresa, Estabelecimento e Circulação de Riquezas
80	4	Estágio Prático Processual Cível
80	4	Processo Penal Constitucional, Investigação e Ritos Processuais
40	2	Economia e Direito
40	2	Direito das Sucessões
40	2	Direito Financeiro
40	2	Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar
400	20	Carga Horária Total
CH	CR	8ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Estágio Prático Processual Cível (Recursos e Execução)
80	4	Cautelares Pessoais Reais, Prova Processual Penal, Nulidades e Sentença
80	4	Tributos em espécie
40	2	Direito da Seguridade Social
40	2	Direito e as Novas Tecnologias da Informação
40	2	Ética das Profissões Jurídicas
40	2	Sociedades Empresárias
400	54	Carga Horária Total
CH	CR	9ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Recuperação e Falência e Contratos Empresariais
80	4	Direito Internacional
40	2	Direito Agroambiental
80	4	Estágio Prático Processual Trabalhista
40	2	Filosofia Geral e Jurídica
40	2	Direito Processual Tributário
40	2	Trabalho de Conclusão de Curso I
400	20	Carga Horária Total
CH	CR	10ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Estágio Prático Processual Penal
40	2	Disciplina eletiva profissionalizante
40	2	Direito Econômico e Concorrencial
40	2	Atividades Práticas Extraclasse
40	2	Trabalho de Conclusão de Curso II
240	12	Carga Horária Total
CH	CR	OUTRAS ATIVIDADES
120		Atividades Complementares
120		Carga Horária Total
CH	CR	DISCIPLINAS ELETIVAS PROFISSIONALIZANTES

40	2	Direito do Comércio Internacional
40	2	Técnica Processual Civil e Constitucional
40	2	Técnica Processual Penal
40	2	Cálculo da Pena
40	2	Gestão de Negócios e Empreendedorismo Aplicados ao Direito
40	2	Direito Eleitoral
40	2	Direito Bancário
40	2	Direito nos Mercados de Capitais
40	2	Direito da Propriedade Industrial
40	2	Compliance e Combate à Corrupção
40	2	Boa Governança e a Nova Dimensão do Desenvolvimento Sustentável
40	2	Movimentos Sociais*
40	2	Direito, Literatura e Cinema*
CH	CR	DISCIPLINA OPTATIVA
40	2	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

CARGA HORÁRIA DO CURSO	HORA RELÓGIO	HORA AULA
ATIVIDADES EM SALA DE AULA	2933	3520
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	267	320
DISCIPLINAS EXTENSIONISTAS	400	400
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	120	120
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3720	4370

13 APÊNDICE 2

13.1 EMENTAS DAS DISCIPLINAS DA MATRIZ CURRICULAR

CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Políticas de Educação Ambiental:

De acordo com a Lei de Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002), o PPC obedece às peculiaridades de cada área do conhecimento, levando em consideração a necessidade da discussão das temáticas sobre Educação Ambiental (segundo a Lei 9.795/1999). Acontece por meio de atividades transversais e no conteúdo programático das disciplinas do curso de forma interdisciplinar.

Educação em Direitos Humanos:

O PPC contempla as discussões sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, uma vez que “todas as pessoas, independente do seu sexo: origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais: de suas escolhas de credo, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática”. As Disciplinas trabalham de forma transversal, contribuindo para a promoção de uma formação voltada para a democracia e a cidadania. Objetivamos com esta proposta desenvolver um tipo de educação que se comprometa com a superação de racismo, sexismo, homofobia e outras formas de discriminação correlatas e que promovam a cultura da paz e se posicione contra toda e qualquer forma de violência. A IES desenvolve um projeto institucional de “Diversidade Cultural e Responsabilidade Social” cujo objetivos contemplam as discussões da Educação em Direitos Humanos, tendo como escopo principal uma formação ética, crítica e política.

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena:

As disciplinas trabalham os conteúdos relacionados com a Cultura Afro-Brasileira, Indígena e Africana, bem como as relações étnicas raciais, com base na Lei nº11.645 de 2008 e Resolução nº 1 de 2004 transversalmente. O Curso integrará atividades junto ao projeto

Institucional de “Diversidade Cultural e Responsabilidade Social” cujo objetivo também é o atendimento a estes preceitos legais. E, ainda, temos as atividades interdisciplinares e as jornadas científicas previstas no projeto do Curso e que são definidos os temas anualmente.

Terceira idade e infância, políticas de gênero, diversidade e patrimônio cultural:

As disciplinas utilizarão os seus conceitos e as bibliografias para realizar discussões transversais, mediante contextos atuais, com o objetivo de conscientizar o discente e promover a sua inserção em um ambiente plural.

Bibliografia complementar dos requisitos legais e transversalidades:

BERGER, Kathleen Stassen. **O desenvolvimento da pessoa do nascimento à terceira idade.** tradução Gabriela dos Santos Barbosa. - 9. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2017.

CANEPARO, Priscila. **Direitos humanos: evolução e cooperação internacional.** 1. ed. São Paulo: Almedina, 2021.

DE SOUZA, Ana Carolina Machado. **História e patrimônio cultural** [recurso eletrônico] / Ana Carolina Machado de Souza... [et al.]; revisão técnica: Wilian Bonete. – Porto Alegre: SAGAH, 2021.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais** / Felipe de Melo Fonte. – 3. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

PINOTTI, Rafael. **Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo** [livro eletrônico]. – São Paulo: Blucher, 2016

1º SEMESTRE

CH	CR	1ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Introdução ao Estudo de Direito
80	4	Teoria Geral do Direito Privado: LINDB, Pessoas e Bens
80	4	Português Instrumental Forense
80	4	Metodologia da Pesquisa Científica
80	4	Sociologia e Antropologia Jurídica*
400	20	Carga Horária Total

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome da Disciplina: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	Código da Disciplina:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20hs
Ementa: Noção de Direito: definição e elementos. Conceito e Polissemia do Termo Direito. Definição Etimológica e Etnológica do Conceito de Direito. Definição Jusnaturalista. Definição Positivista e Pós-Positivista. Direito e Ciência. Direito e moral. Direito e Justiça. Teoria das Fontes do Direito. Teoria da Norma e do Ordenamento Jurídico. Teoria da Decisão Judicial: Escolas. Direito e Biopolítica. Violência e Racionalidade Jurídica. Direito e Jogo. Direito e Experiência.	
Bibliografia básica: BITTAR, Carlos Alberto. Introdução ao estudo do direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. NUNES, R. Manual de introdução ao estudo do direito. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. RAMOS, A. D. C. Comentários à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2016.	
Bibliografia complementar: MACIEL, J. F. R.; MADEU, D. Direito Vivo - Introdução ao estudo e à teoria geral do direito. São Paulo: Saraiva, 2015. MARCANTONIO, J. H. Justiça, moral e linguagem em Rawls e Habermas - Configurações da filosofia do direito contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2014. REALE, M. Introdução À Filosofia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. VESTING, T. Linha Direito Comparado - Teoria do Direito: Uma Introdução. São Paulo: Saraiva, 2015. WOLKMER, A. C. Introdução Ao Pensamento Jurídico Crítico. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO: LINDB, PESSOAS E BENS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa:	

Teoria Geral do Direito Privado: LINDB, Pessoas e Bens. Fontes do Direito. Interpretação da norma jurídica. Eficácia da lei no tempo e espaço. Princípios do Direito Civil. Estrutura da relação jurídica. Histórico da legislação civil brasileira. Estrutura do Código Civil e sua posição no ordenamento jurídico brasileiro. Início e fim da personalidade, capacidade jurídica e direitos da personalidade das pessoas naturais e jurídicas. Infância e terceira idade. Domicílio. Bens e sua classificação.

Bibliografia básica:

AMARAL, Francisco. **Direito civil**: Introdução. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
 GOMES, Orlando; BRITO, Edvaldo; PARANHOS DE BRITO, Reginalda (atual.). **Introdução ao direito civil**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
 GRAMSTRUP, Erick F.; RAMOS, André de Carvalho. **Comentários à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB**. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2021.
 RODRIGUES Jr., Otavio Luiz. **Direito Civil Contemporâneo**: Estatuto Epistemológico, Constituição e Direitos Fundamentais. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo GEN, 2023
 SILVA PEREIRA, Caio Mario da; BODIN DE MORAES, Maria Celina (atual.). **Instituições de direito civil**: introdução ao direito civil – teoria geral do direito civil. 33ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 1.

Bibliografia complementar:

TEPEDINO, Gustavo; DONATO OLIVA, Milena. **Fundamentos do direito civil**: teoria geral do direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2022. v. 1.
 LÔBO, Paulo. **Direito civil**: parte geral. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.
 VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: parte geral. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2021. v.1.
 MIRAGEM, Bruno. **Teoria Geral do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
 VILLAÇA AZEVEDO, Álvaro. **Curso de direito civil**: teoria geral do direito civil. Parte geral. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 1

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL
Nome do Componente Curricular: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Narrativa Jurídica. Narrativa Jurídica e seus elementos Constitutivos. Narrativa dos fatos e construção de versões. Argumentação Jurídica: tese e argumentos; parágrafo argumentativo; tipos de argumentos; Discurso Jurídico Valorativo, Descritivo e Normativo. Diálogos interdisciplinares sobre Educação Ambiental, Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais, Terceira Idade e Infância, Políticas de Gênero, Diversidade e Patrimônio cultural.	
Bibliografia básica: DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de português jurídico . 15.ed. São Paulo: Atlas, 2021. CITELLI, Adilson. Linguagem e Persuasão . 16.ed. São Paulo: Ática, 2004 TUBILHANO, Fábio; HENRIQUES, Antônio. Linguagem Jurídica e Argumentação: Teoria e Prática . 7.ed. São Paulo: Atlas, 2021. .	
Bibliografia complementar: ADEODATO, João M. Ética e retórica, 5ª edição . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021.	

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em Prosa Moderna**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

KOCH, Ingadore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de ter razão**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes Paulista, 2017.

FIGUEIREDO, Adriana. **Gramática comentada com interpretação de textos para concursos**. 2015

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL
Nome do Componente Curricular: METODOLOGIA DE PESQUISA EM DIREITO	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Senso comum e conhecimento científico. A produção do conhecimento científico. Método científico. Metodologia jurídica. Formulação de justificação do tema. Modalidades de trabalhos acadêmicos: projeto de pesquisa, monografia, resumos, resenha, artigo científico. A metodologia jurídica digital, as novas tecnologias e a virtualização do ensino no século XXI. Normas técnicas (ABNT). Diálogos interdisciplinares sobre Educação Ambiental, Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais, Terceira Idade e Infância, Políticas de Gênero, Diversidade e Patrimônio cultural.	
Bibliografia básica: BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica . São Paulo: Saraiva, 2017. MONTEIRO, Claudia Servilha; MEZZAROBBA, Orides. Manual de metodologia da pesquisa no direito . São Paulo: Saraiva, 2014. SANTOS, Boaventura Souza. Um Discurso sobre as Ciências . São Paulo: Cortez, 2018.	
Bibliografia complementar: ECO, Umberto. Como se faz uma Tese . São Paulo: Perspectiva, 2004. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 297 p. MARCHI, Eduardo C. Silveira. Guia de metodologia jurídica . São Paulo: Saraiva, 2013. NUNES, Rizzatto. Manual de monografia jurídica: como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese . São Paulo: Saraiva, 2015. QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (eds). Metodologia Jurídica: Um Roteiro Prático para Trabalhos de Conclusão de Curso . São Paulo: Saraiva, 2012.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL - EXTENSÃO CURRICULARIZADA
Nome do Componente Curricular: SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA JURIDICA	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 80 horas aulas	Aula Teórica: 80 hs Aula Prática: 0 hs
Ementa: Antropologia: a qualidade científica do estudo antropológico. Antropologia e Direito: utilidade teórica da antropologia para o Direito. A aparência do Direito: contrato, controle	

social, sanção organizada, o processo judicial. Contato cultural: confronto de direitos e práticas coloniais e decolonialidade. Dinâmica sociocultural: adequação do Direito à realidade social, influência nas estruturas sociais e no contexto cultural. As bases da legitimidade, endoculturação, aculturação e internalização de valores. Relações Étnico-raciais. Povos Tradicionais. História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Aculturação e apropriação cultural afro-brasileira e indígena. Diversidade Religiosa. Intolerância religiosa. Diversidade, políticas de gênero e Multiculturalismo.

Bibliografia básica:

GARBELLINI, Henrique. **Direito e Antropologia**. São Paulo: Saraiva, 2020

PALMA, Rodrigo Freitas. **Antropologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2018

MARCONI, Marina; PRESOTTO, Zelia Maria. **Antropologia - Uma Introdução**. 8ª ed. GEN, 2019

Bibliografia complementar:

COLAÇO, Thais Luzia (Orga). **Elementos de antropologia jurídica**. 2ª ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

IAMUNDO, Eduardo. **Sociologia e antropologia do direito**. 2013.

KUMPEL, Vitor Frederico; ASSIS, Olney Queiroz. **Manual de antropologia jurídica**. 2011

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Antropologia jurídica: para uma filosofia antropológica do direito**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Manual de sociologia jurídica**. 2017.

Bibliografia complementar dos requisitos legais e transversalidades:

BERGER, Kathleen Stassen. **O desenvolvimento da pessoa do nascimento à terceira idade**. tradução Gabriela dos Santos Barbosa. - 9. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2017.

CANEPARO, Priscila. **Direitos humanos: evolução e cooperação internacional**. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2021.

DE SOUZA, Ana Carolina Machado. **História e patrimônio cultural [recurso eletrônico]** / Ana Carolina Machado de Souza... [et al.]; revisão técnica: Wilian Bonete. – Porto Alegre: SAGAH, 2021.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais** / Felipe de Melo Fonte. – 3. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

PINOTTI, Rafael. **Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo [livro eletrônico]**. – São Paulo: Blucher, 2016

2º SEMESTRE

CH	CR	2ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Teoria Geral do Processo Civil
80	4	Teoria Geral dos Fatos Jurídicos
80	4	Teoria da Constituição e Organização do Estado e Separação de Poderes*
80	4	História do Direito e do Pensamento Jurídico
40	2	Ciência Política e Teoria Geral do Estado
40	2	Criminologia e Fundamentos Constitucionais do Direito Penal
400	20	Carga Horária Total

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Conceito e história do Direito Processual Civil. Fontes do processo civil. Princípios do processo civil. Aspectos constitucionais. Aplicação das normas processuais. Função jurisdicional. Processo, ação e procedimento. Processo digital. Estrutura do Poder Judiciário e sua atuação sob o enfoque da Justiça 4.0. Formação e efeitos da relação processual. Limites da jurisdição nacional. Cooperação internacional e nacional. Competência. Sujeitos do processo. Capacidade processual. Partes e procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Juiz e auxiliares da justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública.	
Bibliografia básica: THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum. 63ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. v. 1. TESHEINER, José Maria Rosa; KRÜGER THAMAY, Rennan Faria. Teoria geral do processo. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. SCARPINELLA BUENO, Cássio. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil. Parte geral do código de processo civil. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 1.	
Bibliografia complementar: ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria geral do processo. 24ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de direito processual civil: teoria geral. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v.1. MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. Introdução ao estudo do direito processual civil. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020. ARRUDA ALVIM, Eduardo; GRANADO, Daniel Willian; ARANHA FERREIRA, Eduardo. Direito processual civil. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. SANTOS, Ernane Fidelis dos. Manual de direito processual civil. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.1.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: TEORIA GERAL DOS FATOS JURÍDICOS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
<p>Ementa: Fatos jurídicos e seus efeitos. Classificação dos fatos jurídicos. Ato-fato jurídico. Ato Jurídico. Proteção Jurídica a Criança, Adolescente, Idoso e Consumidor para a celebração de negócios jurídicos. Negócio jurídico e sua classificação. Planos do negócio jurídico. Representação. Defeitos do negócio jurídico. Fato ilícito. Abuso de direito. Prescrição e decadência. Prova do negócio jurídico. Consentimento virtual. Assinatura virtual. Provas digitais.</p>	
<p>Bibliografia básica: SILVA PEREIRA, Caio Mario da; BODIN DE MORAES, Maria Celina (atual.). Instituições de direito civil: introdução ao direito civil – teoria geral do direito civil. 33ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 1. GOMES, Orlando; BRITO, Edvaldo; PARANHOS DE BRITO, Reginalda (atual.). Introdução ao direito civil. 22ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Antônio. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p>	
<p>Bibliografia complementar: TEPEDINO, Gustavo; DONATO OLIVA, Milena. Fundamentos do direito civil: teoria geral do direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2022. v. 1. LÔBO, Paulo. Direito civil: parte geral. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: parte geral. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2021. v.1. MIRAGEM, Bruno. Teoria Geral do Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2021. BERNARDES DE MELLO, Marcos. Teoria do fato jurídico: plano da existência (22ª ed.), plano da validade (15ª ed.), plano da eficácia (11ª ed.). São Paulo: Saraiva, 2019.</p>	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA - EXTENSÃO CURRICULARIZADA
Nome do Componente Curricular: TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E SEPARAÇÃO DE PODERES	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
<p>Ementa: O Constitucionalismo, Conceito e classificação das constituições, Novo Constitucionalismo Latino-Americano, Interpretação Constitucional, O Poder Constituinte, Eficácia das normas Constitucionais, Organização do Estado, Tripartição dos Poderes - Poder Legislativo, Executivo, Judiciário. Direitos humanos e constitucionalismo.</p>	
<p>Bibliografia básica: MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Grupo GEN, 2021. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.</p>	

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. 9788530991845.

Bibliografia complementar:

BARROSO, Luís R. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 9 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

ARAÚJO JÚNIOR, Luiz Alberto David, Vidal Serrano N. **Curso de direito constitucional** 23 ed. São Paulo. Editora Manole, 2021.

LENZA, Pedro. **ESQUEMATIZADO - DIREITO CONSTITUCIONAL**. 25 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

MORAES, Guilherme Peña D. **Curso de Direito Constitucional**. 12 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2020.

MOTTA, Sylvio. **Direito Constitucional**. 29 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL
Nome do Componente Curricular: HISTÓRIA DO DIREITO E DO PENSAMENTO JURÍDICO	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 80 hs Aula Prática: 0 hs
Ementa: Conceito e princípios da análise histórica. Direito primitivo. Direito oriental e asiático. Direito na antiguidade clássica: Grécia e Roma. Direito feudal e dogmática canônica. Formação do direito moderno: privado e público. Evolução dos institutos jurídicos fundamentais. Sistemas jurídicos contemporâneos. Evolução histórica do Direito brasileiro. História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Patrimônio Cultural.	
Bibliografia básica: CICCO, Claudio de. História do direito e do pensamento jurídico . 2017. LOPES, José Reinaldo de Lima Lopes; QUEIROZ, Rafael M. R.; ACCA, Thiago dos Santos. Curso de história do direito . 3ª ed. São Paulo: Método, 2013. PALMA, Rodrigo Freitas. História do direito . 2015..	
Bibliografia complementar: AZEVEDO, Luiz Carlos de. Introdução à História do Direito . São Paulo, RT, 2007 LATORRE, Angel. Introdução ao direito . Coimbra: Livraria Almedina, 2002. MACIEL, José Fabio Rodrigues; AGUIAR, Renan. História do direito . 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. REALE, Miguel. Horizontes do direito e da história . São Paulo: Saraiva, 2010. WOLKMER, Antonio Carlos. Fundamentos da História do Direito . 9.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL
Nome do Componente Curricular: CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 0 hs
Ementa: Ciência Política: poder, governo, Estado e sociedade. Evolução histórica do pensamento político. Teoria do Estado: Estado Moderno e Estado Contemporâneo. Elementos e funções	

do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Entidades políticas e representatividade político-estatal de minorias, grupos étnicos-raciais, povos tradicionais. Formação histórica da cultura brasileira.

Bibliografia básica:

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Teoria geral do Estado**. São Paulo, Saraiva. 2018.
 CARNIO, Henrique Garbellini; GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Teoria política do direito: a expansão política do direito**. São Paulo: RT, 2014.
 REALE, Miguel. **Teoria do direito e do Estado**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia complementar:

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros, 2000.
 DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
 MADEU, Diogenes; MACIEL, José Fábio Rodrigues. **Introdução ao estudo e à teoria geral do direito**. São Paulo, Saraiva 2015.
 SOARES, Ricardo Mauricio Freire. **Elementos de Teoria Geral do Direito**. São Paulo, Saraiva 2017.
 ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria geral do Estado**. São Paulo, Saraiva 2016.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: CRIMINOLOGIA E FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PENAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Função da pena e do direito penal. Evolução histórica do Direito Penal. Direito Penal na sociedade primitiva, no Direito Romano, no Direito Germânico e no Direito Canônico. O período Humanitário. Doutrinas e escolas penais: Escola Clássica. Escola Positiva e o período criminológico. Escola Moderna Alemã. Tecnicismo Jurídico. O impacto das escolas penais no direito penal brasileiro. Criminologia: Conceito, objeto e método. O criminoso. A vítima. O controle social do delito. Movimentos político-criminais (Segurança nacional, lei e ordem, neo-realismo de esquerda, minimalismo e abolicionismo). Escola de Chicago. Teoria do etiquetamento. Direito penal do inimigo. Constituição e direito penal. Princípios e regras constitucionais penais. Criminologia e direitos humanos, Mandados de criminalização. Política criminal e democracia. Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo, no espaço e quanto às pessoas. Extraterritorialidade da lei penal. Sentença penal estrangeira e transferência de presos.	
Bibliografia básica: FERRÉ OLIVÉ, Juan Carlos; NUÑEZ PAZ, Miguel Ángel; OLIVEIRA, Wiliam Terra de; BRITO, Alexis Couto de. Direito penal brasileiro . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. Manual de Direito penal . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. SERRANO MAILLO, Alfonso; PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito penal brasileiro . São Paulo, Gen, 2019.	
Bibliografia complementar: CARVALHO, Salo. Antimanual de criminologia . São Paulo: Saraiva, 2014. ESTEFAM, André. Direito penal . Parte geral. São Paulo: Saraiva, 2021.	

FABRETTI, Humberto Barrionuevo; SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Direito penal**; Parte Geral. São Paulo: Gen, 2019.
REALE JÚNIOR, Miguel. **Fundamentos de direito penal**. 5. Ed. São Paulo: Gen, 2020.
SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Estudos de direito penal**. São Paulo: Gen, 2014.

3º SEMESTRE

CH	CR	3ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Atos Processuais e Processo de Conhecimento
40	2	Psicologia Aplicada
40	2	Hermenêutica e Comunicação Jurídica
80	4	Direitos Fundamentais
80	4	Teoria do Delito e da Pena
80	4	Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil
400	20	Carga Horária Total

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: ATOS PROCESSUAIS E PROCESSO DE CONHECIMENTO	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Atos Processuais e Processos de Conhecimento. Atos processuais. Negócios jurídicos processuais. Distribuição e registro. Valor da causa. Tutela provisória. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiências digitais. Audiência de conciliação e mediação. Respostas do réu. Revelia. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Provas digitais. Audiência de instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada. Auxílio dos algoritmos no processo judicial.	
Bibliografia básica: THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum. 63ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. v. 1. SCARPINELLA BUENO, Cássio. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: procedimento comum. Processos nos tribunais e recursos. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 2. ARRUDA ALVIM, Eduardo; GRANADO, Daniel Willian; ARANHA FERREIRA, Eduardo. Direito processual civil. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
Bibliografia complementar: GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de direito processual civil: processo de conhecimento e procedimentos especiais. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v.2. PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. KRÜGER THAMAY, Rennan Faria. Manual de direito processual civil. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020. ARRUDA ALVIM, Angélica; ASSIS, Araken de; ARRUDA ALVIM, Eduardo; SALOMÃO LEITE, George (coords). Comentários ao código de processo civil. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. SANTOS, Ernane Fidelis dos. Manual de direito processual civil. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.1.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL
Nome do Componente Curricular: PSICOLOGIA APLICADA	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 0 hs
Ementa: Noções gerais, origens e desenvolvimento da psicologia jurídica. Noções básicas em psicologia para juristas. Interdisciplinaridade entre psicologia e direito. Psicologia, direito criminal e criminologia. Psicologia e direito das famílias. Psicologia e direito civil. Psicologia e as questões da infância, juventude e idosos. Psicologia e formas adequadas de resolução de conflitos. Psicologia jurídica, políticas de gênero e diversidade. Psicologia jurídica e direito das minorias.	
Bibliografia básica: CAPEZ, F. Liv Dig Coleção Direito Vivo - Psicologia Jurídica Al Did Liv Dig Coleção Direito Vivo - Psicologia Jurídica Al Did . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. PAULO, B. M. Psicologia na Prática Jurídica . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. PINHEIRO, C. Manual de psicologia jurídica . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
Bibliografia complementar: ALTOÉ, Sônia. Sujeito do Direito, sujeito do desejo: Direito e Psicanálise . Rio de Janeiro: Revinter, 2011. LOPEZ, Emilio Mira Y. MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni; FIORELLI, José Osmir. Psicologia jurídica . São Paulo: Atlas, 2015. MAÍLLO, Alfonso Serrano; PRADO, Luiz Régis. Curso de Criminologia . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito . 6ª ed. 2012. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa. Psicologia aplicada ao direito . São Paulo: LTr, 2015.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL
Nome do Componente Curricular: HERMENÊUTICA E COMUNICAÇÃO JURÍDICA	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 0 hs
Ementa: Hermenêutica: exegese, semiologia, semântica, escolas históricas do direito e da hermenêutica jurídica. Comunicação jurídica: Conceitos. Elementos da Comunicação. Funções da Linguagem. Língua Oral e Língua Escrita. O Sentido das palavras na Linguagem Jurídica. Polissemia e Homonímia; Sinonímia. Paronímia. O Verbo Jurídico. Arcaísmo. Neologismo. Latinismo. Campos Semânticos e Léxicos. A Estrutura Frásica na Língua Jurídica. Feição Estilística da frase. Discurso Jurídico. Raciocínio e Argumentação. Argumentação. Posturas do Emissor. A Expressão Oral. Fenômenos de Inovação das Informações. Diálogos interdisciplinares sobre Educação Ambiental, Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais, Terceira Idade e Infância, Políticas de Gênero, Diversidade e Patrimônio cultural. Hermenêutica e direito antirracista.	
Bibliografia básica:	

SOARES, R. M. F. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

IAMUNDO, E. **Hermenêutica E Hermenêutica Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2017.

TUBILHANO, Fábio; HENRIQUES, Antônio. **Linguagem Jurídica e Argumentação: Teoria e Prática**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2021

Bibliografia complementar:

ALVIM, E. A.; LEITE, G. S.; STRECK, L. L. **Hermenêutica e Jurisprudência No Novo Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

COELHO, I. M. **Idp - Da Hermenêutica Filosófica À Hermenêutica Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em Prosa Moderna**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

KOCH, Ingadore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de ter razão**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes Paulista, 2017.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITOS FUNDAMENTAIS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
<p>Ementa: Parte Geral dos Direitos Fundamentais e Parte Especial dos Direitos Fundamentais. Dos Princípios Fundamentais (art. 1º ao 4º), Das Funções Essenciais à justiça, da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Da Nacionalidade, Dos Direito Políticos, Dos Partidos Políticos, Dos Direito e Garantias Fundamentais (art. 5º e seus incisos). Direitos Sociais (art. 6º a 11º) e o amparo aos sujeitos em situação de vulnerabilidade econômica. A proteção ao meio ambiente como Direito Fundamental. Políticas de Educação e Preservação do Meio Ambiente. A proteção constitucional do meio ambiente na CF/88. A proteção constitucional aos povos indígenas e quilombolasna CF/88. Dos direitos e participação política das mulheres. Dos direitos relacionados ao gênero e à diversidade. Dos direitos dos indígenas. A proteção constitucional de proteção de dados, tecnologia, direito digital. Direitos fundamentais e direitos humanos.</p>	
<p>Bibliografia básica: MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. 9788553616411. FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. Curso de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020.</p>	
<p>Bibliografia complementar: BARROSO, Luís R. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 9 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. JÚNIOR, Luiz Alberto David Araujo, Vidal Serrano N. Curso de direito constitucional 23a ed. Barueri: Editora Manole, 2021. MOTTA, Sylvio. Direito Constitucional. 29 ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021.</p>	

SARLET, Ingo, W. et al. **Curso de direito constitucional**. 9 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020.
TAVARES, André R. **Curso de Direito Constitucional**. 20 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: TEORIA DO DELITO E DA PENA	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs

Ementa:

Teoria do Delito e da Pena. Conceitos de crime. Conceito analítico de crime. Parte geral e a teoria de delito. Delito doloso e Delito culposo. A Conduta comissiva. Teorias sobre a conduta. Formas de conduta criminosa: ação e omissão. Omissão própria e omissão imprópria. Tipo e tipicidade. Tipo objetivo e subjetivo. Tipo objetivo: relação de causalidade e suas deficiências. A Imputação Objetiva da conduta e do resultado. Tipo objetivo e crime culposo. Tipo Subjetivo: o Dolo. Conhecimento e vontade. Dolo direto e dolo eventual. Outros elementos subjetivos do tipo. Resultado. Teorias sobre o resultado. Tipo material, tipo formal e tipo de mera conduta. Crime consumado e crime tentado. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Crime impossível. Erro de tipo: vencibilidade e invencibilidade. Consequências. Ilicitude (Antijuridicidade). Causas de exclusão da ilicitude: legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Erro sobre as excludentes de ilicitude (erro de tipo permissivo). Culpabilidade. Conceito. Evolução histórica. Conceito “bipartido”. Imputabilidade. Critério bio-psicológico. Menoridade. Embriaguez. Actio libera in causa. Culpabilidade: consciência da ilicitude. Erro de proibição direto e indireto. Erro sobre uma causa de justificação. Vencibilidade e invencibilidade do erro. Consequências. Culpabilidade: exigibilidade de comportamento conforme o direito. Coação moral irresistível; obediência a ordem hierárquica; infiltração em crime organizado. Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal. Concurso de agentes: Coautoria e participação. Teoria do domínio do fato. Circunstâncias comunicáveis. Teoria da pena. Finalidades da pena. Sistema trifásico. Pena base: Pena qualificada e pena privilegiada. Segunda fase: Agravantes e atenuantes. Terceira fase: causas de aumento e de diminuição. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Extinção da Punibilidade: Prescrição, espécies e cálculo. Decadência e preempção. Renúncia e perdão, Retratação e perdão judicial. Abolitio criminis, anistia e graça. Efeitos da condenação..

Bibliografia básica:

FERRÉ OLIVÉ, Juan Carlos; NUÑEZ PAZ, Miguel Ángel; OLIVEIRA, Wiliam Terra de; BRITO, Alexis Couto de. **Direito penal brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. **Manual de Direito penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.
SERRANO MAILLO, Alfonso; PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito penal brasileiro**. São Paulo, Gen, 2019.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, Salo. **Antimanual de criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2014.
ESTEFAM, André. **Direito penal**. Parte geral. São Paulo: Saraiva, 2021.
FABRETTI, Humberto Barrionuevo; SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Direito penal; Parte Geral**. São Paulo: Gen, 2019.
REALE JÚNIOR, Miguel. **Fundamentos de direito penal**. 5. Ed. São Paulo: Gen, 2020.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Estudos de direito penal**. São Paulo: Gen, 2014.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Obrigações e Responsabilidade Civil. Conceito e elementos das obrigações. Distinção do vínculo obrigacional e demais tipos de relações jurídicas. Obrigações civis, empresariais e consumeristas. Fontes das obrigações. Princípios. Classificação das obrigações. Transmissão das obrigações. Extinção das obrigações. Modalidades de adimplemento. Inadimplemento das obrigações e seus efeitos. Teoria geral da responsabilidade civil. Modalidades de responsabilidade civil. Pressupostos da responsabilidade civil. Impactos das novas tecnologias na responsabilidade civil.	
Bibliografia básica: LÔBO, Paulo. Direito civil: obrigações . 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 2. MIRAGEM, Bruno. Direito das obrigações . 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. FARIAS, Cristiano Chaves de; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; ROSENVALD, Nelson. Novo tratado de responsabilidade civil . 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019	
Bibliografia complementar: TEPEDINO, Gustavo; VALVERDE TERRA, Aline de Miranda; CRUZ GUEDES, Gisela Sampaio da. Fundamentos do direito civil: responsabilidade civil . 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 4. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: obrigações e responsabilidade civil . 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2021. v.2. GOMES, Orlando; BRITO, Edvaldo (atual.). Obrigações . 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. VILLAÇA AZEVEDO, Álvaro. Curso de direito civil: teoria geral das obrigações e responsabilidade civil . 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v.2. SILVA PEREIRA, Caio Mario da; TEPEDINO, Gustavo (atual.). Responsabilidade civil . 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.	

4º SEMESTRE

CH	CR	4ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Recursos e Processo nos Tribunais
80	4	Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie
80	4	Crimes Contra a Pessoa e a Dignidade Sexual
80	4	Direitos Humanos e Coletivos*
80	4	Teoria da Administração Pública
400	20	Carga Horária Total

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: RECURSOS E PROCESSO NOS TRIBUNAIS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
<p>Ementa: Recursos e Processo nos Tribunais. Das formas de distribuição dos Recursos e Processos nos Tribunais sob a aplicação da justiça 4.0. Teoria geral dos recursos. Processamento e julgamento nos tribunais. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos de declaração. Recurso ordinário. Recurso extraordinário. Recurso especial. Recursos especial e extraordinário repetitivos. Agravo em recurso especial e extraordinário. Embargos de divergência. Mecanismos de uniformização de jurisprudência. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisão estrangeira e exequatur. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação.</p>	
<p>Bibliografia básica: ARRUDA ALVIM, Eduardo; GRANADO, Daniel Willian; ARANHA FERREIRA, Eduardo. Direito processual civil. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019 SCARPINELLA BUENO, Cássio. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: procedimento comum. Processos nos tribunais e recursos. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: execução forçada, processos nos tribunais, recursos, direito intertemporal. 55ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.</p>	
<p>Bibliografia complementar: GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de direito processual civil: execução, processo nos tribunais e meios de impugnação de decisões. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v.3. PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. KRÜGER THAMAY, Rennan Faria. Manual de direito processual civil. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020. ARRUDA ALVIM, Angélica; ASSIS, Araken de; ARRUDA ALVIM, Eduardo; SALOMÃO LEITE, George (coords). Comentários ao código de processo civil. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. SANTOS, Ernane Fidelis dos. Manual de direito processual civil. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.3.</p>	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: TEORIA GERAL DOS CONTRATOS E CONTRATOS EM ESPÉCIE	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. Princípios do direito dos contratos e limitações à liberdade de contratar. Formação dos contratos. Classificação. Cessão. Efeitos dos contratos. Extinção dos contratos. Contratos em espécie. Atos unilaterais. Contratos eletrônicos. Smartcontract. Blockchain.	
Bibliografia básica: LÔBO, Paulo. Direito civil: contratos. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 3. SILVA PEREIRA, Caio Mario da; MULHOLLAND, Caitlin (atual.). Instituições de direito civil: contratos. 24ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 3. GOMES, Orlando; BRITO, Edvaldo; PARANHOS DE BRITO, Reginalda (atual.). Contratos. 27ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.	
Bibliografia complementar: RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. 20ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: contratos. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2021. v.3. TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos Nelson; BANDEIRA, Paula Greco. Fundamentos do direito civil: contratos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 3. VILLAÇA AZEVEDO, Álvaro. Curso de direito civil: teoria geral dos contratos. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v.3. THEODORO JÚNIOR, Humberto. O contrato e sua função social. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: CRIMES CONTRA A PESSOA E DIGNIDADE SEXUAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Crimes contra a pessoa e dignidade sexual. Crimes contra a vida: Homicídio (Eutanásia, Ortotanásia e Distanásia) Induzimento, a Instigação e o Auxílio a Suicídio e automutilação (Suicídio Assistido), Infanticídio, Aborto e suas excludentes específicas de ilicitude, com análise do Abortamento Eugênico. Das Lesões Corporais. Dos crimes contra a honra. A Calúnia, a Difamação, a Injúria e as Disposições Comuns. Crimes Contra a Dignidade Sexual, Contra a Liberdade Sexual, incluindo sujeitos em vulnerabilidade. Análise do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas para fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual.	
Bibliografia básica: BUSATO, Paulo César. Direito penal. Parte Especial. Vol. 2. São Paulo: Gen, 2017.	

FERRÉ OLIVÉ, Juan Carlos; NUÑEZ PAZ, Miguel Ángel; OLIVEIRA, Wiliam Terra de; BRITO, Alexis Couto de. **Direito penal brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
PRADO, Luiz Regis. **Tratado de direito penal brasileiro** – vol. 2. São Paulo: Gen, 2021.

Bibliografia complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito penal**. Volume 2. Parte Especial. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
JESUS, Damásio; ESTEFAM, André. **Direito penal**. Vol. 2. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
GONÇALVES, Victor Gabriel Rios. **Direito penal**. Parte especial. São Paulo: Saraiva, 2021.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal**. Parte especial. Vol. 2. São Paulo: Gen, 2021.
PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. **Manual de direito penal**. São Paulo: Gen, 2020.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA - EXTENSÃO CURRICULARIZADA
Nome do Componente Curricular: DIREITOS HUMANOS E COLETIVOS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 80 hs Aula Prática: 0 hs
Ementa: Surgimento e evolução histórica. Fundamentos filosóficos. Dimensões e significados contemporâneos. Constitucionalismo e Direitos fundamentais. Democracia, Estado de Direito e Direitos Humanos. Dignidade da Pessoa Humana. Tratados internacionais sobre Direitos Humanos. Proteção internacional. Direitos Humanos na Constituição brasileira. Temas fundamentais de proteção aos direitos humanos: Direitos Cíveis e Políticos. Violência e Direitos humanos. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Direitos das Minorias e Vulnerabilidades. Direitos das Crianças e Adolescentes. Direitos dos Idosos. Direitos dos Deficientes. Direitos do Consumidor. Vulnerabilidade e Superendividamento. Patrimônio Cultural. Direitos humanos e desenvolvimento sustentável.	
Bibliografia básica: SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos direitos fundamentais . Porto Alegre (RS): Livraria do Advogado, 2015. PIOVESAN, F. Direitos Humanos e o Direito Constitucional . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. RAMOS, André C. Curso de Direitos Humanos . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021	
Bibliografia complementar: HUNT, Lynn. A Invenção dos direitos humanos: uma história . São Paulo: Companhia das letras, 2009. JOAS, Hans. A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos . São Paulo (SP): Unesp, 2012. DIMENSTEIN, Gilberto. O Cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil . 21. ed. São Paulo: Ática, 2005. LÓPEZ, Francisco Javier Quel. Derechos humanos y conflictos internacionales . Barcelona: Gráfica Berriz, 2006. COMPARATO, Fabio Konder. A Afirmação histórica dos direitos humanos . 10 ed. comemorativa. São Paulo (SP): Saraiva, 2015.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Administração Pública. Estudo da função administrativa do Estado. O Direito Administrativo como instrumento da administração pública. Princípios do Direito Administrativo. Atividades e Entidades administrativas. Agentes Públicos. Servidores Públicos. Cargos, funções e empregos públicos. Serviço público e sua delegação. Atos e Fatos administrativos. Atividades e Poderes administrativos. Poder de polícia do Estado.	
Bibliografia básica: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. Direito Administrativo . Disponível em: Minha Biblioteca, (36th edição). Grupo GEN, 2023. FILHO, R. D. S. C. Curso de direito administrativo . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. MAZZA, Alexandre. Direito Administrativo . São Paulo: Saraiva, 2021. SPITZCOVSKY, Celso. Esquematizado – Direito Administrativo . São Paulo: Saraiva, 2021.	
Bibliografia complementar: COUTO, Reinaldo. Curso de Direito Administrativo . 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Improbidade Administrativa: direito material e processual . 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direitos dos Serviços Públicos . 3 ed. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2019. CALASANS JR., José. Manual da Licitação . 3 ed. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2021. BERWIG, Aldemir. Direito Administrativo . São Paulo: Malheiros, 1998.	

5º SEMESTRE

CH	CR	5ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Direito das Coisas
80	4	Direito Individual do Trabalho
40	2	Cumprimento de Sentença e Processo de Execução
80	4	Crimes Contra o Patrimônio, Fé e Administração Públicas.
80	4	Licitação, Contratos e Processo Administrativo
40	2	Processo Constitucional
400	20	Carga Horária Total

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO DAS COISAS	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Direito das Coisas. Princípios do Direito das Coisas. Natureza jurídica, classificação, aquisição, perda e efeitos da posse. Propriedade imóvel e móvel. Direitos reais de uso e fruição. Direitos reais de garantia. Direito real de aquisição. Constituição e transmissão de direitos reais na era digital.	
Bibliografia básica: LÔBO, Paulo. Direito civil: coisas. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 4. TEPEDINO, Gustavo; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do; RENTERIA, Pablo. Fundamentos do direito civil: direitos reais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 5. SILVA PEREIRA, Caio Mario da; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo (atual.). Instituições de direito civil: direitos reais. 27ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 4.	
Bibliografia complementar: RIZZARDO, Arnaldo. Direito das coisas. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: direitos reais. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2021. v.4. VILLAÇA AZEVEDO, Álvaro. Curso de direito civil: direito das coisas. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v.5. FULGÊNCIO, Tito; VIANA, Marco Aurélio S. Da posse e das ações possessórias: teoria legal – prática. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. GOMES, Orlando; FACHIN, Luiz Edson (atual.). Direitos reais. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Histórico, evolução, princípios, fontes e natureza do Direito do Trabalho. Contrato de trabalho e contratos afins. Condições especiais de trabalho e categorias profissionais diferenciadas. Sujeitos da Relação de Emprego. Remuneração e salário. Duração, jornada	

de trabalho, férias, gratificação natalina. Direito Digital do Trabalho. Teletrabalho. Home Office. Trabalho Intermitente. Alteração do contrato. Suspensão e interrupção do contrato de emprego. Extinção do contrato de emprego. Aviso prévio. Estabilidade e garantia de emprego. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Proteções especiais à mulher, à criança, ao adolescente e ao idoso. Meio ambiente do trabalho. Prescrição e decadência.

Bibliografia básica:

MARTINEZ, L. **Curso de direito do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021
 GARCIA, G. F. B. **Curso de direito do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021
 LEITE, C. H. B. **Curso de direito do trabalho**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2021

Bibliografia complementar:

MONTEIRO, A. L.; BERTAG, R. F. D. S. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. São Paulo: Saraiva, 2020.
 ANDREUCCI, R. A. **Direito Penal do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
 MARTINEZ, L. **Reforma Trabalhista: entenda o que mudou CLT comparada e comentada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018
 CALVO, A. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2020
 ROMAR, C. T. M.; LENZA, P. **Direito do trabalho**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Cumprimento de Sentença e Processo de Execução. Teoria geral da execução. Títulos executivos. Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença. Obrigação de pagar quantia certa. Regimes especiais: obrigação de prestar alimentos e obrigação contra a Fazenda Pública. Obrigação de fazer, não fazer e de entregar. Impugnação ao cumprimento de sentença. Processo de execução. Disposições gerais. Modalidades de execução. Execução de obrigação de pagar quantia certa. Execução de obrigações de fazer, não fazer e de entregar. Leilão eletrônico. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de alimentos. Execução fiscal. Embargos à execução. Suspensão e extinção da execução.	
Bibliografia básica: THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: execução forçada, processos nos tribunais, recursos, direito intertemporal . 55ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. SCARPINELLA BUENO, Cássio. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: tutela jurisdicional executiva . 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. ARRUDA ALVIM, Eduardo; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. Direito processual civil . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
Bibliografia complementar: GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de direito processual civil: execução, processo nos tribunais e meios de impugnação de decisões . 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v.3. PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo . 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	

KRÜGER THAMAY, Rennan Faria. **Manual de direito processual civil**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

ARRUDA ALVIM, Angélica; ASSIS, Araken de; ARRUDA ALVIM, Eduardo; SALOMÃO LEITE, George (coords). **Comentários ao código de processo civil**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SANTOS, Ernane Fidelis dos. **Manual de direito processual civil**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.2.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, FÉ E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAS	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Crimes contra o patrimônio e a fé pública. O Furto, o Roubo, a Extorsão e a Extorsão Mediante Sequestro, o Dano, a Apropriação Indébita e a Apropriação Indébita Previdenciária, o Estelionato e os subtipos das fraudes para recebimento de indenização ou valor de seguro e pagamento por meio de cheque, a Receptação, as Disposições Gerais. Estudo dos crimes contra Fé Pública com ênfase para a Falsidade Documental e as Fraudes contra Certame de Interesse Público e suas Repercussões. Crimes contra a Paz e Fé Pública com ênfase para a Falsidade Documental e as Fraudes contra Certame de Interesse Público e suas Repercussões. Análise dos crimes contra a Administração Pública, incluindo os Praticados por Funcionário Público e por particulares contra a Administração em Geral, e os crimes contra a Administração da Justiça.	
Bibliografia básica: BUSATO, Paulo César. Direito penal . Parte Especial. Vol. 2. São Paulo: Gen, 2017. FERRÉ OLIVÉ, Juan Carlos; NUÑEZ PAZ, Miguel Ángel; OLIVEIRA, Wiliam Terra de; BRITO, Alexis Couto de. Direito penal brasileiro . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. PRADO, Luiz Regis. Tratado de direito penal brasileiro – vol. 2. São Paulo: Gen, 2021.	
Bibliografia complementar: BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito penal . Volume 2. Parte Especial. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. JESUS, Damásio; ESTEFAM, André. Direito penal . Vol. 2. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. GONÇALVES, Victor Gabriel Rios. Direito penal . Parte especial. São Paulo: Saraiva, 2021. NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal . Parte especial. Vol. 2. São Paulo: Gen, 2021. PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. Manual de direito penal . São Paulo: Gen, 2020.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: LICITAÇÃO, CONTRATOS E DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO	Código do Componente Curricular:

Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Licitação. Licitação eletrônica. Contratos administrativos. Limitações da propriedade privada. Desapropriação. Domínio público. Bens públicos. Recursos naturais. Direito processual administrativo: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Justiça e processualidade administrativa. Teoria geral do processo administrativo. Processos administrativos em espécie.	
Bibliografia básica: FILHO, R. D. S. C. Curso de direito administrativo . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. MAZZA, A. Manual de direito administrativo . 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. ROSSI, L. Manual de direito administrativo . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	
Bibliografia complementar: ALMEIDA, F. B. Manual de direito administrativo . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. ARAÚJO, E. N. D. Curso de Direito Administrativo . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. BORDALO, R. Os órgãos colegiados no direito administrativo brasileiro . São Paulo: SARAIVA, 2016. MARINELA, F. Direito Administrativo . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. SPITZCOVSKY, C.; LENZA, P. Direito administrativo esquematizado . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: PROCESSO CONSTITUCIONAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Estudo da jurisdição constitucional. O Processo Constitucional como instrumento da curadoria jurisdicional da Constituição. Epistemologia do Direito Processual Constitucional. Princípios do processo constitucional. Controle de constitucionalidade. Ações constitucionais. Processo constitucional objetivo. Regime jurídico das decisões jurisdicionais constitucionais. Precedentes constitucionais. Processo constitucional e democracia. Processo e novas realidades digitais e virtuais.	
Bibliografia básica: DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais . São Paulo: Editora Atlas, 2016. MENDES, Gilmar Ferreira. Estado de direito e jurisdição constitucional . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2018. BARROSO, Luís Roberto. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro . 8. ed. ver e atual. São Paulo: Saraiva, 2019	
Bibliografia complementar: WALD, Arnaldo. Mandado de Segurança na prática . 6 ed. São Paulo: Forense, 2020. STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição constitucional . 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. NUNES JR., Vidal Serrano; SCIORILLI, Marcelo. Manual de processo constitucional . São Paulo: Editora Saraiva, 2021.	

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
BARROSO, L. R. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

6º SEMESTRE

CH	CR	6ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Direito Processual do Trabalho
80	4	Procedimentos Especiais
40	4	Direito das Famílias
40	2	Direito Constitucional Econômico
40	2	Legislação Penal Especial
40	2	Direito Coletivo do Trabalho
80	2	Meios Adequados de Resolução de Conflitos*
400	20	Carga Horária Total

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho. Princípios. Justiça do Trabalho. Competência. Dissídios individuais. Reclamação Trabalhista. Defesas na Justiça do Trabalho. Distribuição e andamentos processuais sob a égide da Justiça 4.0. Reconvenção. Procedimentos Coletivos. Execução na Justiça do Trabalho. Recursos Trabalhistas. Audiências e sessões virtuais.	
Bibliografia básica: PEREIRA, L. Manual de processo do trabalho . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. LEITE, C. H. B. Curso de direito processual do trabalho . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 LENZA, P.; ROMAR, C. T. M. Direito processual do trabalho . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021	
Bibliografia complementar: MARTINEZ, L. Curso de direito do trabalho . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 GARCIA, G. F. B. Curso de direito do trabalho . 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 ALMEIDA, A. P. D. Curso prático de Processo do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2020 FILHO, I. G. D. S. M. Manual esquematizado de direito e processo do trabalho . 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. AGUIAR, A. C. Negociação Coletiva Trabalho . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa:	

Procedimentos Especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e da demarcação de terras particulares. Ação de dissolução parcial da sociedade. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Oposição. Habilitação. Ações de família. Ação monitoria. Ações locatícias. Ações oriundas de leasing e alienação fiduciária. Homologação do penhor legal. Regulação de avaria grossa. Restauração de autos. Ações coletivas. Ações constitucionais. Procedimentos de jurisdição voluntária. Notificação e interpelação. Alienação judicial. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio. Testamentos e codicilos. Herança jacente. Bens dos ausentes. Coisas vagas. Interdição. Tutela e curatela. Organização e fiscalização das fundações. Ratificação dos protestos marinhos e dos processos testemunháveis formados a bordo. Procedimento no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Procedimentos extrajudiciais.

Bibliografia básica:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: procedimentos especiais**. 55ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 2.
 MARCATO, Antonio Carlos. **Procedimentos especiais**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.
 ARRUDA ALVIM, Eduardo; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito processual civil**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil: processo de conhecimento e procedimentos especiais**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v.2.
 PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.
 KRÜGER THAMAY, Rennan Faria. **Manual de direito processual civil**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
 ARRUDA ALVIM, Angélica; ASSIS, Araken de; ARRUDA ALVIM, Eduardo; SALOMÃO LEITE, George (coords). **Comentários ao código de processo civil**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
 SANTOS, Ernane Fidelis dos. **Manual de direito processual civil**. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.3.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO DAS FAMÍLIAS	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Direito das Famílias. Conceito e princípios do Direito de Família. Casamento. União estável. Famílias simultâneas. Família monoparental. Família multiespécie. Relações de parentesco. Adoção. Reconhecimento de filhos. Poder familiar. Guarda. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada. Regime de bens entre os cônjuges. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Alimentos. Bem de família. Alienação Parental da Criança, Adolescente e do Idoso.	
Bibliografia básica: PEREIRA, Rodrigo da Cunha; FACHIN, Edson. Direito das famílias . 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. MADALENO, Rolf. Direito de Família . 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	

DABUS MALUF, Carlos Alberto; FREITAS DABUS MALUF, Adriana Caldas do Rego. **Curso de direito de família**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021

Bibliografia complementar:

LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 5.

SILVA PEREIRA, Caio Mario da; SILVA PEREIRA, Tânia da (atual.). **Instituições de direito civil: direito de família**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 5.

CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

VILLAÇA AZEVEDO, Álvaro. **Curso de direito civil: direito de família**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v.6.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Constituição Econômica. Ordem Econômica. Constitucionalismo Econômico e Social. Princípios Constitucionais da Ordem Econômica. Livre Iniciativa e Valorização do Trabalho Humano. Desenvolvimento Econômico e Humano. Sustentabilidade Consumerista e Ambiental. Redução das Desigualdades. Intervenção do Estado na Economia. Regulação Econômica. Direito Concorrencial. Defesa da Concorrência. Análise Econômica do Direito. Globalização Econômica. Constituição e Mercado.	
Bibliografia básica: TAVARES, André Ramos. Direito Constitucional Econômico . 3. ed. São Paulo: Método, 2011 BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional . 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2020. FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Direito Econômico . 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	
Bibliografia complementar: GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988 . 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2017. SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais . 13. ed. Rev. Atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018. SILVEIRA, Paulo Burnier da. Direito da Concorrência . 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais . 3. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2012.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	Código do Componente Curricular:

Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Legislação Penal Especial. Estudo das principais leis penais e sua integração com a Parte Geral do Código Penal e Código de Processo penal. Abuso de autoridade (Lei 13.869/19). Tortura (Lei 9.455/97). Drogas (Lei 11.343/06). Lavagem de capitais (Lei 9.613/98). Crime organizado (Lei 12.850/13). Código de trânsito (Lei 9.503/95). Violência doméstica (Lei 11;340/06). Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03). Crimes hediondos (Lei 8.072/90). Ordem econômica, tributária e relações de consumo (Lei 8.137/90). Terrorismo (Lei 13.260/16). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Estatuto do idoso (Lei 10.741/03)..	
Bibliografia básica: ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação penal especial . São Paulo: Saraiva, 2021. FERRÉ OLIVÉ, Juan Carlos; NUÑEZ PAZ, Miguel Ángel; OLIVEIRA, Wiliam Terra de; BRITO, Alexis Couto de. Direito penal brasileiro . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; BALTAZAR JR., José Paulo. Legislação penal especial . São Paulo: Saraiva, 2021.	
Bibliografia complementar: BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito penal . Volume 2. Parte Especial. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. JESUS, Damásio; ESTEFAM, André. Direito penal . Vol. 2. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. GONÇALVES, Victor Gabriel Rios. Direito penal . Parte especial. São Paulo: Saraiva, 2021. NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal . Parte especial. Vol. 2. São Paulo: Gen, 2021. PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. Manual de direito penal . São Paulo: Gen, 2020.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Direito Coletivo do Trabalho. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução; convenções e acordos coletivos. Direito de greve e lock out. OIT. Tratados e convenções internacionais em matéria de Direito do Trabalho. Blocos econômicos, globalização e direito do trabalho. Justiça do Trabalho: Organização e Competência. Dissídios individuais e coletivos	
Bibliografia básica: MARTINEZ, L. Curso de direito do trabalho . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 GARCIA, G. F. B. Curso de direito do trabalho . 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 LEITE, C. H. B. Curso de direito do trabalho . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.	
Bibliografia complementar: CALVO, A. Manual de direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2020 ROMAR, C. T. M.; LENZA, P. Direito do trabalho . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 AGUIAR, A. C. Negociação Coletiva Trabalho . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.	

ANDREUCCI, R. A. **Direito Penal do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
LEITE, C. H. B. **LIV DIG MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - DOCTRINA JUR DID AL**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL - EXTENSÃO CURRICULARIZADA
Nome do Componente Curricular: MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Noções gerais sobre jurisdição. Teorias a respeito dos conflitos. Sistema Multiportas e alternativas à jurisdição. Conciliação e mediação judicial. Arbitragem: principais aspectos. Paradigma da complexidade: noções gerais. Modelos de mediação de conflitos e disputas. Práticas restaurativas. Formação e ofício do mediador. Diálogos interdisciplinares sobre Educação Ambiental, Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais, Terceira Idade e Infância, Políticas de Gênero, Diversidade e Patrimônio cultural.	
Bibliografia básica: MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e arbitragem: alternativa à jurisdição! 4ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019. GUILHERME, L. F. D. V. A. Manual de Arbitragem . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. PINHO, H. D. B. D.; MAZZOLA, M. Manual de mediação e arbitragem . São Paulo: Saraiva, 2019.	
Bibliografia complementar: CAHALI, F. J.; RODOVALHO, T.; FREIRE, A. R. S. Arbitragem: Estudos Sobre A Lei N. 13.129/201 . São Paulo: Saraiva, 2016. FILHO, N. C. Arbitragem e Acesso à Justiça- O Novo Paradigma do Third . São Paulo: Saraiva, 2017. MOURÃO, A. N. S. F. Série Gvlaw - Eixo: Resolução de conflitos - Fundamentos da Negociação para o ambiente jurídico . São Paulo: Saraiva, 2014 VERÇOSA, H. Os "segredos" da arbitragem . São Paulo: Saraiva, 2013. WALD, A.; LEMES, S. F. Arbitragem Comercial Internacional . São Paulo: Saraiva, 2013.	

7º SEMESTRE

CH	CR	7ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Empresário, Empresa, Estabelecimento e Circulação de Riquezas
80	4	Estágio Prático Processual Cível
80	4	Processo Penal Constitucional, Investigação e Ritos Processuais
40	2	Economia e Direito
40	2	Direito das Sucessões
40	2	Direito Financeiro
40	2	Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar
400	20	Carga Horária Total

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: EMPRESÁRIO, EMPRESA, ESTABELECIMENTO E CIRCULAÇÃO DE RIQUEZAS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Teoria Geral do Direito Empresarial - Conceito e Princípios. Teoria da Empresa. Estabelecimento Empresarial. Locação Empresarial. Nome Empresarial. Registro de empresas. Sociedade Limitada Unipessoal. Empresário: Empresário Individual e Sociedade. EIRELI e sua extinção. Propriedade Intelectual. ME, EPP e MEI. Personalidade Jurídica. Noções de Crédito. Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Função dos Títulos de Crédito. Características e Princípios. Legislação Vigente e Aplicável. Endosso, Aval e Protesto. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Duplicata. Cheque. Títulos de Financiamento (Comercial, Industrial, Rural e Imobiliário). Títulos Representativos (Conhecimento de Depósito, Warrants, Conhecimento de Transporte). Ações Cambiais.	
Bibliografia básica: VIDO, E. Curso de direito empresarial . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 NEGRÃO, R. Curso de direito comercial e de empresa. Teoria Geral da Empresa e Direito societário . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 TOMAZETTE, M. Títulos de crédito . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021	
Bibliografia complementar: CAMPINHO, S. Curso de direito comercial. Direito de Empresa . 17ed. São Paulo: Saraiva, 2020. FINKELSTEIN, Maria Eugênia. Direito empresarial . 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2016. SACRAMONE, M. Manual de direito empresarial . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 TEIXEIRA, T. Direito empresarial sistematizado . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 NEGRÃO, R. Curso de direito comercial e de empresa. Títulos de Crédito e Contratos Empresariais . Vol.02. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2022	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL
----------------	--

Nome do Componente Curricular: ESTÁGIO PRÁTICO PROCESSUAL CÍVEL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 40 hs
Ementa: Prática Civil. Apresentação de situações-problema, reais ou adaptadas, em Direito Civil e Processo Civil que deverão ser solucionadas pelos alunos mediante o estudo da literatura jurídica e legislação pertinentes em consonância com a jurisprudência atualizada. Procedimento comum ordinário. Procedimento sumário. Produção de ofícios, notificações, procurações, substabelecimentos, pareceres. Petição inicial e respostas. Tutelas de urgência e evidência. Processo Eletrônico. Peticionamento eletrônico. Procedimentos eletrônicos. Sistemas Judiciais eletrônicos. Inteligência artificial. Novos Mecanismos e Procedimentos nos Tribunais. <i>Visual Law</i> .	
Bibliografia básica: PELUSO, Cezar (coord.), Código civil comentado: doutrina e jurisprudência. 15ª ed. Barueri: Manole, 2021. KRÜGER THAMAY, Rennan Faria. Manual de direito processual civil. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020. ARRUDA ALVIM, Eduardo; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. Direito processual civil. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
Bibliografia complementar: MONTANS DE SÁ, Renato; AGUIRRE, João. Prática Civil. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. SCHREIBER, Anderson. Manual de direito civil contemporâneo. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. RABELO CHACON, Luis Fernando. Manual de prática forense civil. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. Prática no processo civil. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2020. BARROSO, Darlan; LETTIÈRE, Juliana Francisca. Prática no processo civil. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL, INVESTIGAÇÃO E RITOS PROCESSUAIS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Processo Penal Constitucional, Investigação e Ritos Processuais. Sistemas Processuais Penais. Interpretação e aplicação da norma processual penal. Direito Processual Penal e a visão constitucional do processo. Direito Processual Penal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Eficácia da lei processual penal no tempo e no espaço. Imunidade em	

relação às pessoas. Sistemas de investigação preliminar. Polícias e Ministério Público. Formas de instauração do inquérito policial: ação penal pública incondicionada, condicionada à representação ou requisição, e ação penal privada. Características do inquérito policial. Formal indiciamento e identificação do indiciado (Lei 12.037/09). Acordo de não persecução penal. Arquivamento. Termo circunstanciado da Lei 9.099/95. Da Ação Penal Pública Condicionada e Incondicionada. Ação penal de iniciativa Privada. Ação penal de privada Subsidiária da Pública. Sujeitos do processo. Exceção de suspeição e de ilegitimidade de partes. Procedimento Comum Ordinário e sumário. Procedimento sumaríssimo (Lei 9.099/95). Procedimento do júri. Jurisdição e competência. Competência por prerrogativa de função. Competência da Justiça Federal. Competência das Justiças Especializadas Federais e Estaduais. Competência Territorial. Distribuição. Causas de Modificação da Competência: conexão, continência. Exceção de incompetência. Conflito de Jurisdição e de competência.

Bibliografia básica:

AVENA, Norberto. **Processo penal**. São Paulo: Gen, 2021.
 LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
 GIACOMOLLI, Nereu José. **O devido processo penal**. 3. ed. São Paulo: Gen, 2022.

Bibliografia complementar:

ABADE, Denise Neves. **Processo penal**. São Paulo: Gen, 2014.
 BRITO, Alexis Couto de; FABRETTI, Humberto Barrionuevo; LIMA, Marco Antônio Ferreira. **Processo penal Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Gen, 2019.
 GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Nulidades no processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2017.
 LOPES JÚNIOR, Aury. **Fundamentos do processo penal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
 PACELLI, Eugênio. **Curso de processo penal**. São Paulo: Gen, 2021.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL
Nome do Componente Curricular: ECONOMIA E DIREITO	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Introdução à Economia Política (Conceito, histórico, generalidades sobre a Economia e o Direito). Valor. Moeda e Preço. A Economia como Ciência Social. As grandes divisões da Ciência Econômica. Os Sistemas Econômicos. A implantação do Sistema de Mercado – um enfoque histórico. As falhas de Mercado. A política Econômica e seus fins. A política Econômica e o Ordenamento Jurídico. Microeconomia. Macroeconomia. Economia Internacional. Desenvolvimento Econômico. Mundialização da Economia.	
Bibliografia básica: GARCIA, M. E.; VASCONCELLOS, M. A. S. D. Fundamentos de economia . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. LACERDA, A. C. D.; LACERDA, A. C. D. Economia brasileira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. SAMPAIO, L. M. S. M. D.; LENZA, P.; CAPARROZ, R. Macroeconomia Esquemático . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.	
Bibliografia complementar: FIORILLO, C. A. P.; CONTE, C. P. Economia internacional . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. PINHO, D. B.; PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; VASCONCELLOS, M. A. S.; JR., R. T.; JR., R. T. Manual de economia . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.	

SAES, F. A. M. D.; SAES, A. M. **História Econômica Geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.
SILVA, C. R. L. D.; LUIZ, S. **Economia e mercados**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
WESSELS, W. J. **Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO DAS SUCESSÕES	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Direito das Sucessões. Princípios do Direito das Sucessões. Disposições comuns. Conceito, modalidades, aceitação, renúncia e administração da herança. Vocação hereditária. Excluídos da sucessão. Sucessão legítima. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Capacidade para testar. Modalidades ordinárias e especiais de testamentos. Legados. Direito de crescer. Substituições. Deserdação. Redução das Princípios do Direito das Sucessões. Disposições comuns. Conceito, modalidades, aceitação, renúncia e administração da herança. Vocação hereditária. Excluídos da sucessão. Sucessão legítima. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Capacidade para testar. Modalidades ordinárias e especiais de testamentos. Legados. Direito de crescer. Substituições. Deserdação. Redução das disposições testamentárias e rompimento do testamento. Testamentário. Inventário e partilha. Herança Digital.	
Bibliografia básica: DABUS MALUF, Carlos Alberto; FREITAS DABUS MALUF, Adriana Caldas do Rego. Curso de direito das sucessões . 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. GOMES, Orlando; CARVALHO DE FARIA, Mario Roberto (atual.). Sucessões . 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. VIEIRA DE CARVALHO, Luiz Paulo. Direito das sucessões . 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2019	
Bibliografia complementar: LÔBO, Paulo. Direito civil: sucessões . 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 6. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: família e sucessões . 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2021. v.5. CARVALHO, Dimas Messias de. Direito das sucessões: inventário e partilha . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020. RIZZARDO, Arnaldo. Direito das sucessões . 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. VILLAÇA AZEVEDO, Álvaro. Curso de direito civil: direito das sucessões . São Paulo: Saraiva, 2019. v.7.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO FINANCEIRO	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 0 hs
Ementa: Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de Direito Financeiro.	

Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal.

Bibliografia básica:

PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro**. 7ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021.
 ABRAHAM, Marcus. **Curso de Direito Financeiro Brasileiro**. São Paulo: Grupo GEN, 2020.
 JARDIM, Eduardo Marcial F. **Manual de Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020.

Bibliografia complementar:

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Grupo GEN, 2021.
 SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
 CAGGIANO, Heloisa C. **Fomento público financeiro: do planejamento à governança**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2021.
 CARNEIRO, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.
 FIGUEIREDO, Leonardo V. **Direito Econômico**. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
<p>Ementa: Sistema tributário constitucional. Competência tributária: (i) residual e extraordinária; (ii) competência <i>versus</i> capacidade; (iii) fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade; (iv) competência plena e limitada; (v) outras características da competência (exclusividade, limites de tempo, modalização do exercício e possibilidades de delegação, alteração e renúncia). Limitações da competência tributária. Repartição de receitas tributárias. Princípios tributários: (i) princípios como valor e como limites objetivos; (ii) princípios (Federação e República, separação de poderes, isonomia das pessoas políticas de direito constitucional interno, autonomia dos Municípios, legalidade, tipicidade, anterioridade, irretroatividade, não-cumulatividade, não confisco e capacidade contributiva). Imunidades tributárias. Lei Complementar.</p>	
<p>Bibliografia básica: SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo. 12 ed. São Paulo; Saraiva, 2021.</p>	
<p>Bibliografia complementar: SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo. 12 ed. São Paulo; Saraiva, 2021. CALIENDO, Paulo. Curso de Direito Tributário. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.</p>	

8º SEMESTRE

CH	CR	8ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Estágio Prático Processual Cível (Recursos e Execução)
80	4	Cautelares Pessoais Reais, Prova Processual Penal, Nulidades e Sentença
80	4	Tributos em espécie
40	2	Direito da Seguridade Social
40	2	Direito e as Novas Tecnologias da Informação
40	2	Ética das Profissões Jurídicas
40	2	Sociedades Empresárias
400	54	Carga Horária Total

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL
Nome do Componente Curricular: ESTÁGIO PRÁTICO PROCESSUAL CÍVEL (RECURSOS E EXECUÇÃO)	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 80 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 40 hs
<p>Ementa: Prática Civil. Apresentação de situações-problema, reais ou adaptadas, em Direito Civil e Processo Civil que deverão ser solucionadas pelos alunos mediante o estudo da literatura jurídica e legislação pertinentes em consonância com a jurisprudência atualizada. Recursos. Cumprimento de Sentença Processo Eletrônico. Peticionamento eletrônico. Procedimentos eletrônicos. Sistemas Judiciais eletrônicos. <i>Visual Law</i>.</p>	
<p>Bibliografia básica: PELUSO, Cezar (coord.), Código civil comentado: doutrina e jurisprudência. 15ª ed. Barueri: Manole, 2021. KRÜGER THAMAY, Rennan Faria. Manual de direito processual civil. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020. ARRUDA ALVIM, Eduardo; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. Direito processual civil. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.</p>	
<p>Bibliografia complementar: MONTANS DE SÁ, Renato; AGUIRRE, João. Prática Civil. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. SCHREIBER, Anderson. Manual de direito civil contemporâneo. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. RABELO CHACON, Luis Fernando. Manual de prática forense civil. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino. Prática no processo civil. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2020. BARROSO, Darlan; LETTIÈRE, Juliana Francisca. Prática no processo civil. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.</p>	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
----------------	--

Nome do Componente Curricular: CAUTELARES PESSOAIS REAIS, PROVA PROCESSUAL PENAL, NULIDADES E SENTENÇA	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 40 hs
Ementa: Cautelares pessoais reais, prova processual penal, nulidade e sentença. Medidas cautelares pessoais: Prisão em flagrante e audiência de custódia. Prisão Preventiva. Prisão Temporária. Medidas substitutivas e alternativas à prisão: Comparecimento periódico em juízo; Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares; Proibição de manter contato com pessoa determinada; Proibição de ausentar-se da Comarca; Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga; Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira; Internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável; Fiança; Monitoração eletrônica; Proibição de ausentar-se do País. Apresentação espontânea. Medidas cautelares reais: Sequestro, arresto, hipoteca legal. Restituição de coisas apreendidas. Prova penal. Sistemas de Apreciação da Prova. Princípios relacionados à prova. Prova ilícita. Encontro fortuito. Prova independente. Provas em espécie: Exame de Corpo de Delito; Interrogatório; Confissão; Delação premiada; depoimento do Ofendido; Testemunhas (Sistema de proteção à testemunha); Reconhecimento; Acareação; Documentos: incidente de falsidade documental; Meios de obtenção de prova: interceptação telefônica, de dados e ambiental; busca e apreensão; quebra de sigilo bancário e fiscal. Agente infiltrado e ação controlada. Prova digital. Cooperação Jurídica Internacional. Nulidades: Momentos de alegação. Efeitos. Decisão judicial penal. Espécies de decisão. Sentença condenatória: Emendatiolibelli e MutatioLibelli. Sentença Absolutória. Intimação	
Bibliografia básica: AVENA, Norberto. Processo penal . São Paulo: Gen, 2021. LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal . 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. GIACOMOLLI, Nereu José. O devido processo penal . 3. ed. São Paulo: Gen, 2022.	
Bibliografia complementar: ABADE, Denise Neves. Processo penal . São Paulo: Gen, 2014. BRITO, Alexis Couto de; FABRETTI, Humberto Barrionuevo; LIMA, Marco Antônio Ferreira. Processo penal Brasileiro . 4. ed. São Paulo: Gen, 2019. GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Nulidades no processo penal . São Paulo: Saraiva, 2017. LOPES JÚNIOR, Aury. Fundamentos do processo penal . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. PACELLI, Eugênio. Curso de processo penal . São Paulo: Gen, 2021.	
Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: TRIBUTOS EM ESPÉCIE	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 40 hs
Ementa: Tributo. Classificação das espécies tributárias. Fontes do Direito Tributário. Legislação Tributária (disposições gerais, vigência, aplicação, interpretação e integração). Obrigação Tributária: (i) crédito e débito; (ii) obrigação principal e obrigação acessória (dever instrumental); (iii) 'fato gerador' (acepções do termo 'fato gerador', materialidade, hipótese de incidência); (iv) sujeito ativo; (v) sujeito passivo (contribuinte e espécies de	

responsáveis); (vi) domicílio tributário. Crédito Tributário. Lançamento Tributário (ofício, declaração e por homologação). Suspensão da Exigibilidade do Crédito. Extinção do Crédito. Exclusão do Crédito (isenção e anistia). Garantias e Privilégios do Crédito. Administração Tributária.

Bibliografia básica:

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
 AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
 PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 12 ed. São Paulo; Saraiva, 2021.

Bibliografia complementar:

CALIENDO, Paulo. **Curso de Direito Tributário**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
 SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário Essencial**. São Paulo: Grupo GEN, 2021.
 ABRAHAM, Marcus. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Grupo GEN, 2019.
 COSTA, Regina H. **Código Tributário Nacional Comentado - Em sua Moldura Constitucional**. São Paulo: Grupo GEN, 2020.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Fontes, princípios, conceito e natureza jurídica da seguridade Social. Assistência Social e Previdência Social. Beneficiários e benefícios. Custeio. Prestações. Repercussões no contrato de trabalho. Acidentes do trabalho. Segurança e medicina do trabalho. Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.	
Bibliografia básica: SANTOS, M. F. D. Previdência social . São Paulo: Saraiva, 2021 LENZA, P.; SANTOS, M. F. D. Direito previdenciário . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 AGOSTINHO T. Manual previdenciário . São Paulo: Saraiva, 2020.	
Bibliografia complementar: ARRAIS, H. Cálculo de benefícios previdenciários . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 MARTINEZ, L. Reforma da previdência . São Paulo: Saraiva, 2020. NASSAR, E. Previdência Social na Era do Envelhecimento . São Paulo: Saraiva, 2014 MONTEIRO, A. L.; BERTAG, R. F. D. S. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais . São Paulo: Saraiva, 2020. GRIECO, A.; LEITAO, A. S. Manual de Direito Previdenciário . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. ALENCAR, H. A. Cálculo de Benefícios Previdenciários . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular:	Código do Componente Curricular:

DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 20 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Conceitos e princípios do Direito da Informática. Sociedade digital. Evolução da internet: elementos fundamentais, princípios e regulamentação Marco Civil da Internet: Princípios; Responsabilidade civil na Internet: provedores de acesso e de conteúdo. Comércio Eletrônico; Modelos de negócio online; Princípios constitucionais de proteção aos sigilos dos sistemas de informações e banco de dados. Propriedade intelectual na internet. Impactos tecnológicos e sociedade da informação. Proteção de dados. Big data; LGPD; Privacidade. Invasão de privacidade. Identificação e tratamento de dados pessoais e dados sensíveis. Proteção dos dados pessoais e sensíveis. Lei 13.709/2018: dos agentes de tratamento de dados pessoais. Da responsabilidade e do ressarcimento por danos. Da Agência Nacional de Proteção de Dados. Inteligência Artificial, algoritmos e direito. Crimes de informática. Blockchain, criptomoedas e smart contracts.	
Bibliografia básica: MENDES, L. S. Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor - Linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014. PINHEIRO, P. P. Direito Digital . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. PINHEIRO, P. P. Proteção de dados pessoais . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	
Bibliografia complementar: FIORILLO, C. A. P. O Marco Civil da Internet e o Meio Ambiente Digital na Sociedade da Informação : Comentários à Lei n. 12.965/2014. São Paulo: Saraiva, 2015. FIORILLO, C. A. P.; CONTE, C. P. Crimes No Meio Ambiente Digital . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. PINHEIRO, P. P. Proteção De Dados Pessoais : Comentários À Lei N. 13.709/2018 (LGPD). São Paulo: Saraiva, 2019. TEIXEIRA, T. Comércio eletrônico - Conforme o Marco Civil da Internet e a regulamentação do e-commerce no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2015. XAVIER, M. Crimes Digitais . São Paulo: Saraiva, 2011.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL
Nome do Componente Curricular: ÉTICA DAS PROFISSÕES JURÍDICAS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 0 hs
Ementa: Estatuto da OAB. Código de Ética e Disciplina. Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia. Tribunal de Ética e Disciplina. Lei Orgânica da Magistratura. Lei Orgânica do Ministério Público.	
Bibliografia básica: BITTAR, E. C. B. Curso de ética jurídica . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. COELHO, M. V. F. Comentários ao Novo Código de Ética dos Advogados . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. RACHID, A. Dominando ética . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	

Bibliografia complementar:

ADEODATO, J. M. **Ética E Retórica - Para Uma Teoria Da Dogmática Jurídica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARDELLA, H. P.; CREMASCO, J. A. **Ética Profissional - Simplificado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JÚNIOR, G. T. **Ética: Do mundo da célula ao mundo dos valores**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

JUNIOR, M. A. A. **Gabaritando ética OAB**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

SARAIVA, E. A **Ética Como Fundamento Dos Projetos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2012

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: SOCIEDADES EMPRESÁRIAS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Direito Societário. Sociedades Não Personificadas: Sociedade em Comum e Sociedade em Conta de Participação. Sociedades Personificadas: Sociedades Simples e Empresárias. Tipos Societários. Sociedade Limitada e suas peculiaridades. Sociedade Anônimas e suas peculiaridades. SPE - Sociedade de Propósito Específico. Operações Societárias. Concorrência. StartUp e EmpreendedorismoInovador.	
Bibliografia básica: CAMPINHO, S. Sociedades Anônimas . 5ed. São Paulo: Saraiva, 2020. NEGRÃO, R. Manual de direito empresarial . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 TOMAZETTE, M. Curso de direito empresarial . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021	
Bibliografia complementar: SACRAMONE, M. Manual de direito empresarial . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 TEIXEIRA, T. Direito empresarial sistematizado . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 CAMPINHO, S. Curso de direito comercial. Direito de Empresa . 17ed. São Paulo: Saraiva, 2020. NEIVA, Tomás. <i>Comentários ao Marco Legal das Startups</i> . Disponível em: MinhaBiblioteca, Editora Saraiva, 2021. MARTINS, F. Curso de Direito Comercial. Contratos e Obrigações Comerciais. Vol.3 . rev.atual. e ampl. Gustavo Saad. 19 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2019.	

9º SEMESTRE

CH	CR	9ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Recuperação e Falência e Contratos Empresariais
80	4	Direito Internacional
40	2	Direito Agroambiental
80	4	Estágio Prático Processual Trabalhista
40	2	Filosofia Geral e Jurídica
40	2	Direito Processual Tributário
40	2	Trabalho de Conclusão de Curso I
400	20	Carga Horária Total

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA E CONTRATOS EMPRESARIAIS	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
<p>Ementa: Parte Geral do Direito Falimentar. Conceitos e Princípios. Juízo Universal. Recuperação Judicial e Extrajudicial de Empresários. Plano de Recuperação. Falência: Caracterização, Decretação e Efeitos Jurídicos. Administração e Gestão da Massa Falida. Classificação e Habilitação de Créditos Processo Falimentar. Defesa do Devedor. Crimes Falimentares. Análise de Casos Concretos. Teoria Geral dos Contratos Mercantis. Contratos de Distribuição e colaboração mercantil. Contratos Empresariais em Espécie: Leasing. Alienação Fiduciária. Contratos Bancários. Compra e Venda Mercantil. Representação Comercial. Contrato de Seguro. Factoring. Shopping Center. Franquia.</p>	
<p>Bibliografia básica: CAMPINHO, S. Curso de Direito Comercial.Falência e recuperação de empresas. 11 ed. 2020 NEGRÃO, R. Curso de Direito Comercial e de Empresa.Recuperação de Empresas. Falência e Procedimentos Concursais Administrativos.Vol 3. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 TOMAZETTE, M. Curso de direito empresarial. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021</p>	
<p>Bibliografia complementar: FRAN MARTINS. Curso de direito comercial. Contratos e obrigações comercial. Vol.3. 19 edição. São Paulo: Saraiva, 2019. TEIXEIRA, T. Direito empresarial sistematizado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 NEGRÃO, R. Curso de Direito Comercial e de Empresa.Títulos de Crédito e Contratos Empresariais. Vol.02. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2022 SACRAMONE, M. Manual de direito empresarial. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 VIDO, Elisabete. Curso de Direitoempresarial.9ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2021.</p>	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO INTERNACIONAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 80 horas aulas	Aula Teórica: 60 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Origem e histórico do Direito Internacional; Conceitos, fontes e princípios do Direito Internacional; Sociedade Internacional; Teorias a respeito da relação entre Direito Internacional e Direito interno; Tratado Internacional; Incorporação de tratados no direito pátrio e homologação de sentença estrangeira; Sujeitos de Direito Internacional; Estado e soberania; Organizações Internacionais e Organismos Internacionais; Soluções de controvérsia na esfera internacional e guerra; Direitos Humanos; Direito internacional e meio ambiente; Relações econômicas internacionais; Contratos internacionais. Diálogos interdisciplinares sobre Educação Ambiental Internacional, Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais, Terceira Idade e Infância, Políticas de Gênero, Diversidade e Patrimônio cultural.	
Bibliografia básica: GUERRA, S. Curso de direito internacional público . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. RECHSTEINER, B. W. Direito Internacional Privado - Teoria e Prática . 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. TEIXEIRA, C. N. Manual de Direito Internacional Público e Privado . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	
Bibliografia complementar: ACCIOLY, H. Manual De Direito Internacional Público . 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. RAMOS, A. D. C. Curso de direito internacional privado . São Paulo: Saraiva, 2017. SILVA, G. E. D. N. E.; ACCIOLY, H.; CASELLA, P. B. Manual de direito internacional público . 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. TÁVORA, F. Direito Internacional Público . São Paulo: Saraiva, 2016. VARELLA, M. D. Direito internacional público . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO AGROAMBIENTAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Direito agrário contemporâneo e Direito ambiental como direitos de terceira dimensão. Quatro agrária e ambiental. Função socioambiental da terra, da propriedade e da posse. Princípios. Meio ambiente e Agronegócio: atividades agrárias e imóvel rural. Reforma agrária, Política Agrária e desenvolvimento rural. Contratos agrários. Usucapião agrária. Terras devolutas. Política Nacional do Meio Ambiente. SISNAMA. Licenciamento ambiental. Responsabilidade ambiental. Agronegócio e manejo sustentável: análise de políticas públicas. Código Florestal. Servidão ambiental, créditos de floresta e certificação. Unidades de Conservação. Crimes Ambientais.	
Bibliografia básica:	

NETO, A. J. D. M. **Curso de direito agroambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2018.
 FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2020.
 OPITZ, O.; OPITZ, S. C. B. **Curso Completo De Direito Agrário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia complementar:

RODRIGUES, M. A.; LENZA, P. **Direito ambiental esquematizado®**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
 SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020
 TRENNEPOHL, T. **Manual de direito ambiental**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
 MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**. 11 ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.
 BURANELLO, R. **Manual do Direito do Agronegócio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL
Nome do Componente Curricular: ESTÁGIO PRÁTICO PROCESSUAL TRABALHISTA	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 40 hs
Ementa: Prática Trabalhista. Apresentação de situações-problema, reais ou adaptadas, em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho Civil que deverão ser solucionadas pelos alunos mediante o estudo da literatura jurídica e legislação pertinentes em consonância com a jurisprudência atualizada. Petição inicial, contestação, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso de revista, agravo de instrumento, embargos à execução, agravo de petição, dentre outros. Processo Eletrônico. Peticionamento eletrônico. Procedimentos eletrônicos. Sistemas Judiciais eletrônicos.	
Bibliografia básica: GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Manual de Processo Do Trabalho . 8. ed. ver. Atual. Ampl. São Paulo: Editora Juspodivm, 2021. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. SCHIAVI, Mauro. Manual Didático de Direito Processual do Trabalho . 3 ed. ver. Atual. Ampl. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.	
Bibliografia complementar: Marco Antonio Araujo Junior / Darlan Barroso. Coleção Prática Forense - Prática Trabalhista . 2ª ed. São Paulo: Prática Forense, 2020. PEREIRA, Leone. Prática Forense . Prática Trabalhista - Volume 7 Capa comum. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. SALES, Fernando Augusto de Vita Borges de. Manual de Prática Processual Trabalhista . São Paulo: Editora Memória Forense, 2021. LEITE, C. H. B. Curso de direito do trabalho . São Paulo: Saraiva, 2020. LEITE, C. H. B. Curso de direito processual do trabalho . 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL
Nome do Componente Curricular: FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 0 hs
Ementa: Conceitos gerais de Filosofia. Direito e Filosofia do Direito. Principais filósofos do Direito. Direito e moral. Questões contemporâneas de filosofia do Direito. Métodos de estudo do Direito. Direitos Humanos, diversidades e as minorias. Filosofia da Linguagem e Cibernética.	
Bibliografia básica: ABBOUD, Georges; GARBELLINI, Henrique. Introdução a teoria e a filosofia do direito . São Paulo: RT, 2014. CASTILHO, Ricardo. Filosofia do direito . São Paulo: Saraiva, 2016. REALE, Miguel. Filosofia do direito . São Paulo: Saraiva, 2013.	
Bibliografia complementar: ADEODATO, Joao Mauricio. Filosofia do direito . São Paulo: Saraiva, 2013. BITTAR, Eduardo C.B. Curso de filosofia do direito . 15.ed. São Paulo: Atlas, 2020. CASTILHO, Ricardo dos Santos. Filosofia geral e jurídica . São Paulo: Saraiva, 2016. GUSMÃO, Paulo Dourado. Filosofia do Direito . 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. NADER, Paulo. Filosofia do direito . 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. NUNES, Rizzato. Manual de filosofia do direito . São Paulo: Saraiva, 2015.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO PROCESSUAL TIBUTÁRIO	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Características das espécies tributárias. Regra-Matriz de Incidência Tributária (RMIT). Tributação sobre o patrimônio (IPTU, ITR e IPVA). Tributação sobre o consumo (ISSQN, ICMS, IPI, PIS e COFINS). Tributação sobre a renda (IRPF, IRPJ e IRRF). Demais espécies tributárias (IOF, II, IE, demais contribuições, taxas, empréstimos compulsórios e contribuições de melhoria). Ações tributárias e sua localização no percurso da obrigação tributária (noções de processo administrativo tributário, mandado de segurança, ação de consignação em pagamento, ação declaratória, ação anulatória de débito fiscal, ação de repetição de indébito, medida cautelar fiscal, execução fiscal, embargos, exceção de pre-executividade).	
Bibliografia básica: SEGUNDO, Hugo de Brito M. Processo Tributário . 13ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021. NUNES, Clécio S. Curso completo de direito processual tributário . 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. LEANDRO, Paulsen. Leis de processo tributário comentadas: processo administrativo fiscal, protesto extrajudicial de títulos e execução fiscal / . São Paulo: Editora Saraiva, 2018.	
Bibliografia complementar: DOMENE, Vanessa Pereira. Aderência Dos Precedentes Judiciais No Processo Administrativo Tributário . São Paulo: Saraiva, 2021.	

PRIA, Rodrigo Dalla. **Direito Processual Tributário**. 2 ed. São Paulo: Noeses, 2021.
SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL
Nome do Componente Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 20 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: História do conhecimento: senso comum, pensamento mítico, conhecimento científico. Método científicos: indução, dedução, dialética, comparação. Elaboração da estrutura do Projeto de TCC: Tema, problema, hipótese, justificativa, objetivos gerais e objetivos específicos, seleção do referencial teórico-metodológico: definição do método de investigação, dos instrumentos de coleta, organização e análise dos dados. Definição da estrutura do trabalho. Cronograma de execução. O papel da coordenação de TCC, do professor orientador e do orientado.	
Bibliografia básica: BITTAR, E. C. B. Metodologia da pesquisa jurídica . 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. LEISTER, A. C. C. D. C.; SILVA, A. M. D. D.; BITTAR, C. B.; WANG, D. W. L.; NINOMIYA, F. I.; OLIVEIRA, F. B. B. D.; GHIRARDI, J. G.; PALMA, J. B. D.; CORTES, L. B. Q.; RIBEIRO, L. M. L.; FEFERBAUM, M.; VIANA, M. T.; VILAROUCA, M. G.; GUISE, M. S.; QUEIROZ, R. M. R.; ACCA, T. D. S.; PINHEIRO, V. M.; OLIVEIRA, Y. D. D. Metodologia da Pesquisa em Direito . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. MONTEIRO, C. S.; MONTEIRO, C. S.; MEZZAROBA, O. Manual de metodologia da pesquisa no direito . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
Bibliografia complementar: MARCHI, E. C. S. Guia De Metodologia Jurídica . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. MARTINO, A.; LENZA, P. Português Esquematizado . São Paulo: Saraiva, 2020. MONEBHURRUN, N. Manual de Metodologia Jurídica - Técnicas para argumentar em textos jurídicos . São Paulo: SARAIVA, 2015. NUNES, R. Manual da monografia jurídica - como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. SOARES, R. M. F. Hermenêutica e interpretação jurídica . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	

10º SEMESTRE

CH	CR	10ª SEQUÊNCIA SUGERIDA
80	4	Estágio Prático Processual Penal
40	2	Disciplina eletiva profissionalizante
40	2	Direito Econômico e Concorrencial
40	2	Atividades Práticas Extraclasse
40	2	Trabalho de Conclusão de Curso II
240	12	Carga Horária Total

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL
Nome do Componente Curricular: ESTÁGIO PRÁTICO PROCESSUAL PENAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 80 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 40 hs
Ementa: Prática Penal. Apresentação de situações-problema, reais ou adaptadas, em Direito Penal e Processo Penal que deverão ser solucionadas pelos alunos mediante o estudo da literatura jurídica e legislação pertinentes em consonância com a jurisprudência atualizada. Instauração de inquérito policial. Queixa-crime. Relaxamento de prisão em flagrante. Alegações finais. Teoria geral dos recursos e Princípios recursais. Recurso em sentido estrito. Agravo em execução. Apelação. Embargos: de declaração, nulidade e infringentes. Habeas Corpus. Recurso Ordinário Constitucional. Revisão Criminal. Execução penal: progressão de regime, livramento condicional. Processo Eletrônico. Peticionamento eletrônico. Procedimentos eletrônicos. Sistemas Judiciais eletrônicos.	
Bibliografia básica: BRITO, Alexis Couto de. Execução penal . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. DEZEM, Guilherme Madeira; JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia; Fuller, Paulo Henrique Aranda. Prática jurídica penal . 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. KNIPPEL, Edson. Prática penal . 8. ed. São Paulo: Gen, 2019.	
Bibliografia complementar: PAIVA, Caio. Prática penal para a defensoria pública . São Paulo: Gen, 2016. MARQUSE, Fernando; TASOKO, Marcelle; SOUTO, Priscila. Prática penal . São Paulo: Saraiva, 2021. MESSA, Ana Flavia. Prática penal para exame da OAB . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. NOVAES, Felipe; BELLO, Rodrigo. Manual de prática penal . São Paulo: Gen, 2021. SILVA, Pedro Ramos Lyra da. Prática penal . São Paulo: Saraiva, 2020.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO ECONÔMICO E CONCORRENCIAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 0 hs

Ementa:

Noções introdutórias: Direito econômico; Direito econômico concorrencial; Constitucionalização do Direito; Princípios constitucionais; Evolução do Direito econômico concorrencial. Legislação infraconstitucional: Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011); Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019); Concorrência e Código de Defesa do Consumidor; Lei Geral de Proteção de Dados.

Bibliografia básica:

FRAZÃO, Ana. **Direito da concorrência** – pressupostos e perspectivas. São Paulo, Saraiva: 2017.

PEREIRA Neto, Caio Mário da Silva; CASAGRANDE, Paulo Leonardo. **Direito concorrencial** – doutrina, jurisprudência e legislação. São Paulo, Saraiva: 2016.

SALOMÃO Filho, Calixto. **Direito concorrencial**. São Paulo, Malheiros: 2013.

Bibliografia complementar:

BENSOUSSAN, Fábio Guimarães; GOUVÊA, Marcus de Freitas. **Manual de Direito Econômico**. Salvador, JusPodivm: 2017.

MARX, Karl. **O capital – crítica da economia política**. São Paulo, Boitempo: 2013. Vol. I.

SILVA, José Afonso. **Comentário contextual à Constituição**. São Paulo, Malheiros: 2008.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo, Martins Fontes: 2012. Vol. I e II.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL
Nome do Componente Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 10 hs Aula Prática: 30 hs
Ementa: Orientação do TCC. Confeção do TCC. Correção do TCC. Depósito do TCC. Apresentação do TCC à Banca Examinadora.	
Bibliografia básica: BITTAR, E. C. B. Metodologia da pesquisa jurídica . 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. LEISTER, A. C. C. D. C.; SILVA, A. M. D. D.; BITTAR, C. B.; WANG, D. W. L.; NINOMIYA, F. I.; OLIVEIRA, F. B. B. D.; GHIRARDI, J. G.; PALMA, J. B. D.; CORTES, L. B. Q.; RIBEIRO, L. M. L.; FEFERBAUM, M.; VIANA, M. T.; VILAROUCA, M. G.; GUISE, M. S.; QUEIROZ, R. M. R.; ACCA, T. D. S.; PINHEIRO, V. M.; OLIVEIRA, Y. D. D. Metodologia da Pesquisa em Direito . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. MONTEIRO, C. S.; MONTEIRO, C. S.; MEZZARROBA, O. Manual de metodologia da pesquisa no direito . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	
Bibliografia complementar: MARCHI, E. C. S. Guia De Metodologia Jurídica . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. MARTINO, A.; LENZA, P. Português Esquematizado . São Paulo: Saraiva, 2020. MONEBHURRUN, N. Manual de Metodologia Jurídica - Técnicas para argumentar em textos jurídicos . São Paulo: SARAIVA, 2015. NUNES, R. Manual da monografia jurídica - como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. SOARES, R. M. F. Hermenêutica e interpretação jurídica . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.	

DISCIPLINAS ELETIVAS PROFISSIONALIZANTES

40	2	Direito do Comércio Internacional
40	2	Técnica Processual Civil e Constitucional
40	2	Técnica Processual Penal
40	2	Cálculo da Pena
40	2	Gestão de Negócios e Empreendedorismo Aplicados ao Direito
40	2	Direito Eleitoral
40	2	Direito Bancário
40	2	Direito nos Mercados de Capitais
40	2	Direito da Propriedade Industrial
40	2	Compliance e Combate à Corrupção
40	2	Boa Governança e a Nova Dimensão do Desenvolvimento Sustentável
40	2	Movimentos Sociais*
40	2	Direito, Literatura e Cinema*

Curso: Direito	Núcleo Temático:FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Comércio Internacional. Contratos do Comércio Internacional. Critérios de conexão e autonomia. Aplicação das regras. A fase pré-contratual. Cláusulas nos contratos internacionais. Implicações financeiras. Mediação e Arbitragem internacional. Empresas Transnacionais.	
Bibliografia básica: LENZA, P.; CAPARROZ, R. Comércio internacional e legislação aduaneira esquematizado . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. RECHSTEINER, B. W. Direito Internacional Privado - Teoria e Prática . 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. TEIXEIRA, C. N. Manual de Direito Internacional Público e Privado . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	
Bibliografia complementar: FIORILLO, C. A. P.; CONTE, C. P. Economia internacional . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. MEIRA, L. A. Tributos Sobre O Comércio Exterior - Série Idp . São Paulo: Saraiva, 2012. MOROSINI, F. DDJ Regulação do Comércio Internacional e do Investimento Estrangeiro. São Paulo: Saraiva, 2018. RAMOS, A. D. C. Curso de direito internacional privado . São Paulo: Saraiva, 2017. SIL, E. C. G. D. Direito Internacional em Expansão - encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente . São Paulo: Saraiva, 2016.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL
Nome do Componente Curricular: TÉCNICA PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 20 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Atualidades em Direito Civil, Empresarial, Consumidor, Processo Civil e Direito Constitucional. Análise de Jurisprudência Cível (súmulas e julgados). Estudos de caso em Direito Civil, Empresarial, Consumidor e Processo Civil. Análise de Jurisprudência Constitucional (súmulas e julgados). Estudos de caso em Direito Constitucional e Administrativo. <i>Visual Law</i> .	
Bibliografia básica: SCHREIBER, Anderson. Manual de direito civil contemporâneo . 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo . 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 20ª ed., São Paulo: Saraiva, 2022.	
Bibliografia complementar: ARAÚJO JÚNIOR, Gediél Claudino. Prática de recursos no processo civil. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2021. FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 41ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Manual do consumidor em juízo. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020. NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano; SCIORILLI, Marcelo. Manual de processo constitucional: Mandado de segurança - Ação civil pública - Ação popular - Habeas data - Mandado de injunção - ADIN - ADECON - ADPF. São Paulo: Almedina, 2021. SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Manual de Direito Empresarial. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL
Nome do Componente Curricular: TÉCNICA PROCESSUAL PENAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 20 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Atualidades em D. Penal e Processo Penal. Análise de Jurisprudência Penal (súmulas e julgados). Estudos de caso em D. Penal e Processo Penal.	
Bibliografia básica: FERRÉ OLIVÉ, Juan Carlos; NUÑEZ PAZ, Miguel Ángel; OLIVEIRA, Wiliam Terra de; BRITO, Alexis Couto de. Direito penal brasileiro . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. Manual de Direito penal . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. ROIG, Rodrigo Duque Estrada. Aplicação da pena . São Paulo: Saraiva, 2014.	
Bibliografia complementar:	

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito penal**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

CARVALHO, Salo. **Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MARTINELLI, João Paulo; BEM, Leonardo Schmitti de. **Direito Penal**. Parte Geral: Lições fundamentais. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PRADO, Luiz Regis. **Tratado de direito penal brasileiro** – vol. 2. São Paulo: Gen, 2021.

ROSSETTO, Enio Luiz. **Teoria e aplicação da pena**. São Paulo: Atlas, 2014.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: CÁLCULO DA PENA	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 20 hs Aula Prática: 20 hs
Ementa: Sentença penal condenatória e sua estrutura. Princípio da individualização da penal Circunstâncias do crime: legais e judiciais. Ordem de prejudicialidade das circunstâncias. Princípio do ne bis in idem. Sistema bifásico e trifásico. Primeira fase: pena base, tipo básico, privilegiado e qualificado; estudo sobre o artigo 59. Segunda fase: circunstâncias agravantes e atenuantes, preponderantes e métodos de aplicação. Terceira fase: causas de aumento e de diminuição. Situações especiais: reincidência, maus antecedentes, concurso de crimes, crime continuado, conflito de leis penais. Regimes de cumprimento e estabelecimentos penais. Cálculo da penal de multa.	
Bibliografia básica: FERRÉ OLIVÉ, Juan Carlos; NUÑEZ PAZ, Miguel Ángel; OLIVEIRA, Wiliam Terra de; BRITO, Alexis Couto de. Direito penal brasileiro . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. Manual de Direito penal . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. ROIG, Rodrigo Duque Estrada. Aplicação da pena . São Paulo: Saraiva, 2014.	
Bibliografia complementar: BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito penal . 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. CARVALHO, Salo. Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. MARTINELLI, João Paulo; BEM, Leonardo Schmitti de. Direito Penal . Parte Geral: Lições fundamentais. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. PRADO, Luiz Regis. Tratado de direito penal brasileiro – vol. 2. São Paulo: Gen, 2021. ROSSETTO, Enio Luiz. Teoria e aplicação da pena . São Paulo: Atlas, 2014.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL
Nome do Componente Curricular: GESTÃO DE NEGÓCIOS APLICADO AO DIREITO	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa:	

Plano de Negócios. A importância do Plano. Aspectos mercadológicos, financeiros, tecnológicos, de pessoas, previsão orçamentária e análise dos resultados. As premissas do Plano como ferramentas da gestão. Gestão Estratégica. Gestão Financeira. Gestão de Marketing. Gestão de Pessoas. Sistemas de Informações.

Bibliografia básica:

COSTA, E. A. D. **Gestão Estratégica** -. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MASSO, F. D. D.; EBERLIN, F. B. V. T.; EBERLIN, F. B. V. T.; ABDO, H. N.; CORDOVIL, L. A. G.; CORDOVIL, L.; PFEIFFER, R. A. C.; COVAS, S.; OLIVEIRA, T. M. D.; AGUIAR, T. C. L. D.; FERNANDES, W. **Direito, gestão e prática** - Direito do Consumidor: a visão da empresa e da jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2018.

MENDES, G. F.; SARLET, I. W.; COELHO, A. Z. P. Série **Direito Inovação e Tecnologia** - Direito, Inovação e Tecnologia - Volume 1. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia complementar:

BARRETO, D. C. Liv Dig **Direito, Gestão E Prática** - Série Gvlaw Finan Did Al. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHACON, L. F. R. **Gestão para advogados**. São Paulo: SARAIVA, 2014.

DELBONI, D. P.; JOAO, P. S.; GIL, V. D. B.; RODRIGUES, L. B. F.; PERES, C. M.; MELO, R. S. D.; LARAIA, R. R.; BASTOS, B.; NAHAS, T. C.; ALVES, M. C. A.; TOZO, R. R. M. Liv Dig Série Gvlaw - **Direito, Gestão E Prática** - Dir Did Al. São Paulo: Saraiva, 2012.

FINKELSTEIN, M. E. R.; PROENÇA, J. M. M. **Direito societário - gestão e controle**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDES, G. F.; MENDES, G. F.; CARNEIRO, R. A. **Gestão pública e direito municipal**. São Paulo: Saraiva, 2016.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO ELEITORAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horária: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Princípios aplicados ao Direito Eleitoral. Normas constitucionais e seus reflexos no Direito Eleitoral. Sistemas eleitorais e Justiça Eleitoral. Partidos Políticos. O voto e a iniciativa popular. A representação política. As eleições. Os partidos políticos. O processo eleitoral. As inelegibilidades. Crimes eleitorais. Processos eletrônicos. Direito digital. Fake news.	
Bibliografia básica: GOMES, José J. Direito Eleitoral . 17ª ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. VELLOSO, Carlos Mário da, S. e Walber de Moura Agra. Direito eleitoral - crimes eleitorais. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. VASCONCELOS, Clever, e Marco Antonio da Silva. Direito eleitoral . 2ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020	
Bibliografia complementar: SOBREIRO NETO, Armando Antonio. Direito eleitoral ; Curitiba: Juruá, 2008. RIBEIRO, Fávila. Direito eleitoral ; Rio de Janeiro: Forense, 2001. SOARES, Antonio Carlos Martins. Direito eleitoral ; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. AGRA, W. D. M.; VELLOSO, C. M. D. S. Elementos de direito eleitoral . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. RAMAYANA, Marcos. Direito eleitoral ; Niteroi: Impetus, 2011.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO BANCÁRIO	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
<p>Ementa: Noções introdutórias: Direito econômico/sistema financeiro nacional; Direito bancário; Moeda; Estruturação do Sistema Financeiro Nacional; Instituições financeiras públicas e privadas; Mercados do Sistema Financeiro; Mercado de títulos públicos; Mercado de crédito; Mercado de câmbio; Mercado de capitais. Regulamentação da atividade bancária: Constituição Federal de 1988; Normas infralegais; Lei nº 10.931/2004; Fundo de investimento. Operações bancárias. Contratos bancários: Abertura de crédito; Crédito Imobiliário – Sistema Financeiro Imobiliário; Contrato de alienação fiduciária de bem imóvel. Contratos bancários e Código do Consumidor.Fintech.</p>	
<p>Bibliografia básica: ABRÃO, Nelson. Direito bancário. São Paulo, Saraiva: 2018. SCHONBLUM, Paulo Maximilian Wilhelm. O novo Direito Empresarial – Contratos bancários. Rio de Janeiro, Freitas Bastos: 2005. RIZZARDO, Arnaldo. Contratos de crédito bancário. São Paulo, Revista dos Tribunais: 2003.</p>	
<p>Bibliografia complementar: NEGRÃO, R. Manual de direito empresarial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. BENSOUSSAN, Fábio Guimarães; GOUVÊA, Marcus de Freitas. Manual de Direito Econômico. Salvador, JusPodivm: 2017. BULGARELLI, Waldírio “Contratos mercantis”. São Paulo, Atlas: 1998. COVELLO, Sérgio Carlos “Contratos bancários”. São Paulo, Saraiva, 1981. MARTINS, Fran “Contratos e obrigações comerciais”. Rio de Janeiro, Forense: 1998</p>	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO NOS MERCADOS DE CAPITAIS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
<p>Ementa: Noções introdutórias. Direito econômico/sistema financeiro nacional; Estruturação do Sistema Financeiro Nacional; Instituições financeiras públicas e privadas; Mercados do Sistema Financeiro; Mercado de títulos públicos; Mercado de crédito; Mercado de câmbio; Mercado de capitais. Os valores mobiliários. O papel regulador da CVM e a função autorreguladora da bolsa de mercado de derivativos. Securitização. Títulos do mercado financeiro.</p>	
<p>Bibliografia básica: MELLO NETO, Benedicto de Souza. Crimes contra o mercado de capitais. Curitiba (PR): Juruá, 2015.</p>	

KÜMPEL, Siegfried. **Direito do mercado de capitais**: do ponto de vista do direito europeu, alemão e brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro (RJ): Renovar, 2007.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais**: fundamentos e técnicas. 6. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2012.

Bibliografia complementar:

MELLAGI FILHO, Armando. **Mercado financeiro e de capitais**. 2ª ed. São Paulo: altas, 2003.

REVISTA DE DIREITO BANCÁRIO, DO MERCADO DE CAPITAIS E DA ARBITRAGEM.

São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 1998-2011.

GORGA, Érica. **Estudos avançados de direito empresarial**: contratos, direito societário e bancário. Rio de Janeiro (RJ): campus, 2013.

TAKAHASHI, Janaina Tiemi. **Avaliação da carteira de ativos nos fundos de venture capital e privateequity**. São Paulo: Atlas S/A, 2006.

TREVISAN, Antônio Marmo. **Como participar do mercado de capitais**. São Paulo: Trevisan, 2005.

CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de capitais**: o que é, como funciona. 7. ed. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 2009

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA
Nome do Componente Curricular: DIREITO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Conceito e princípios da propriedade industrial. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Legislação nacional e internacional. Concorrência desleal. Sinais distintivos: modalidades tradicionais e novas. Marcas. Tipos. Processo administrativo. Nome Empresarial. Indicações Geográficas. Patentes de Invenção e Modelo de Utilidade. Processo administrativo. Contratos de Transferência de tecnologia. Medidas judiciais de defesa da propriedade industrial.	
Bibliografia básica: SILVEIRA, Newton. A propriedade intelectual e a nova lei da propriedade industrial . São Paulo: Saraiva, 1996. Ahlert, Ivan, B. e Eduardo G. Camara Jr.. Patentes - Série Soluções Jurídicas . Atlas, 2019. S.Schmidt, Lélío D. A distintividade das marcas :secondary meaning, vulgarização e teoria da distância, 1ª edição. São Paulo, Saraiva, 2013.	
Bibliografia complementar: SILVA, Alberto Luís Camelier D. Desenho industrial :abuso de direito no mercado de reposição , 1ª edição. São Paulo, Saraiva, 2014. FINKELSTEIN, Maria Eugênia. Direito empresarial . 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2016. DI BLASI, Gabriel. A propriedade industrial : ossistemas de marcas, patentes, desenhos industriais e transferência de tecnologia. 3ª ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.	

Labrunie, Jacques. **Direito de patentes: condições legais de obtenção e nulidades**. Barueri, Editora Manole, 2006.

Duarte, Melissa de Freitas. **Propriedade intelectual [recurso eletrônico]** / Melissa de Freitas Duarte, Cristiano Prestes Braga ; [revisão técnica : Jeferson Gustavo da Silva Santanna]. – Porto Alegre : SAGAH, 2018.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL
Nome do Componente Curricular: COMPLIANCE E COMBATE À CORRUPÇÃO	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Direito Constitucional da Empresa. Conceito e princípios constitucionais. Compliance: conceito. Legislação brasileira e estrangeira. Programa de Integridade. Combate à Corrupção. Tratados Internacionais e Legislação brasileira sobre Corrupção. Mecanismos de Combate às organizações criminosas e lavagem de dinheiro. Whistleblower. Responsabilidade civil patrimonial da empresa e sócios.	
Bibliografia básica: VERÍSSIMO, Carla. Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção . São Paulo: Saraiva, 2017. SILVEIRA, Renato de Mello J. Compliance, direito penal e lei anticorrupção . 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. VIOL, Dalila M. Programas de Integridade e Combate à Corrupção: aspectos teóricos e empíricos da multiplicação do compliance anticorrupção no Brasil . Portugal: Almedina, 2021.	
Bibliografia complementar: CAMPINHO, Sergio. Curso de direito comercial - direito de empresa . São Paulo: Saraiva, 2020. FRANCO, Isabel. Guia Prático de Compliance . São Paulo: Grupo GEN, 2019. KLEINDIENST, Ana C. Grandes Temas do Direito Brasileiro: Compliance . 2. ed. Portugal: Grupo Almedina, 2019. ROMEIRO, Adriana. Corrupção e poder no Brasil . São Paulo: Grupo Autêntica, 2017. SCHAPIRO, Mario G. Compliance Concorrencial . Portugal: Grupo Almedina, 2019. VIDAL, Marina Coelho R. A arbitragem internacional como instrumento no combate à corrupção . Portugal: Grupo Almedina, 2021.	

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL
Nome do Componente Curricular: BOA GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa:	

Governo Corporativo. Declaração da Conferência da ONU no Ambiente Humano. OCDE. ONU. Conceito de Desenvolvimento Sustentável. Proteção Ambiental, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Governança. ESG. Governança Corporativa. Direito ao Desenvolvimento Sustentável.

Bibliografia básica:

ANDREOLI, Cleverson, V. e ArlindoPhilippi Jr. **Sustentabilidade no agronegócio**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2021.

AMARAL JUNIO, Alberto do. **Direito internacional e desenvolvimento**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2005.

May, Peter. **Economia do Meio Ambiente**. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo GEN, 2018.

Bibliografia complementar:

BENFATTI, Fabio Fernandes N. **Direito ao desenvolvimento**. 1. ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Disponível em: Minha Biblioteca. 30. ed.. Editora Unijuí, 2020.

BÜTTENBENDER, Pedro L. **Arranjos Institucionais, Cooperação e Desenvolvimento**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Unijuí, 2019.

COUTINHO, Diogo R. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. 1. ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2013.

IBGC. **Governança Corporativa Internacionalização e Convergência** - 1. ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Saint Paul Publishing (Brazil), 2010.

IBGC. **Governança Corporativa e Integridade Empresarial**- 1. ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Saint Paul Publishing (Brazil), 2017.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL – EXTENSÃO CURRICULARIZADA
Nome do Componente Curricular: MOVIMENTOS SOCIAIS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 30 hs Aula Prática: 10 hs
Ementa: Movimentos sociais, Teoria e Método. Introdução às teorias dos movimentos sociais. Teoria da Mobilização de Recursos. Teoria do Processo Político. Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Teoria Leninista. Teoria Marxista. As teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. Estudar as principais abordagens e perspectivas analíticas dos movimentos sociais. Conhecer os principais conteúdo das lutas dos movimentos sociais contemporâneos. Refletir sobre a contribuição destes na ampliação da esfera pública de modo a compreender a dimensão educativa dos movimentos sociais na formação de sujeitos políticos, atores na elaboração e implementação de políticas públicas e sociais nas democracias modernas. Cidadania. Diversidade. Direito Achado na Rua. Abordar as diferentes perspectivas de análise sobre os movimentos sociais e a construção da cidadania na modernidade. Conhecer os principais conteúdo das lutas dos movimentos sociais (operário, feminista, ambientalista, contracultura, indígena, negro, diversidade de gênero e sexual, terra, direitos humanos e antiglobalização).	
Bibliografia básica: BARNES, Ralph Mosser. Estudo de movimentos e de tempos: projeto e medida do trabalho / Ralph Mosser Barnes; tradução da 6a ed. americana / Sérgio Luiz Oliveira Assis, José S. Guedes Azevedo e Arnaldo Pallotta; revisão técnica / Miguel de Simoni e Ricardo	

Seidl da Fonseca – São Paulo: Blucher, 1977. Link:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521217312/pageid/4>

DOS SANTOS, Ana Paula Fliegner [et al.]. **Movimentos sociais e mobilização social [recurso eletrônico]** [revisão técnica: Marcia Paul Waquil, Caroline Bastos Capaverde] – Porto Alegre : SAGAH, 2018. Link:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025547/pageid/1>

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais [livro eletrônico]** / Maria da Glória Gohn. --2. ed. --São Paulo : Cortez, 2014. --(Questões da nossa época ; v. 47). Link:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922657/pageid/2>

MOONEY, Linda A. **Problemas sociais : uma análise sociológica da atualidade** / Linda A. Mooney, David Knox, Caroline Schacht. – São Paulo, SP : Cengage Learning, 2016. Link:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522124077/pageid/2>

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais [livro eletrônico]** / Max Weber ; tradução Augustin Wernet ; introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2022. Link:

[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553246/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcreditoxhtml\]/4/2/30/1:11\[afi%2Ca.\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553246/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcreditoxhtml]/4/2/30/1:11[afi%2Ca.])

Bibliografia complementar:

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro Zahar, 2013.

GONH, Maria da Glória. História dos movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HOLSTON, James. Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Tradução de Cláudio Carina. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova praxis. São Paulo: Cortez, 2005.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

QUEVEDO, Julio; IOKOI, Zilda Marcia Gricoli (Orgs.). Movimentos Sociais na América Latina: Desafios teóricos em tempos de globalização. Santa Maria, RS: EVANGRAF, 2007.

SCHERER-WARREN, ILSE. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 2003.

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

Curso: Direito	Núcleo Temático: FORMAÇÃO GERAL – EXTENSÃO CURRICULARIZADA
Nome do Componente Curricular: DIREITO, LITERATURA E CINEMA	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 20 hs Aula Prática: 20 hs Aula Extensão Curricularizada: 40 hs
Estudo do direito, da literatura e do cinema, sob um viés interdisciplinar. Análise de narrativas literárias e cinematográficas, proporcionando uma reflexão crítica sobre os fenômenos jurídicos e sociais.	
<p>Bibliografia Básica: GRÜNE, Carmela. Direito no Cinema Brasileiro. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2017. STRECK, Lenio, L. e André Karam Trindade. Direito e literatura. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2013. LACERDA, Gabriel. O direito no cinema – relato de uma experiência didática no campo do direito, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, 300p. ISBN 978-85225-0597-5.</p>	
<p>Bibliografia complementar: SOUSA, Ana Maria Viola de; NASCIMENTO; Grasielle Augusta Ferreira. Direito e Cinema - uma visão interdisciplinar. Revista Ética e Filosofia Política – Nº 14 – Volume 2 – Outubro de 2011. Disponível em file:///C:/Users/TEMP.ALFA.000.001.002.003.004.005.006.007.008.009.010.011/Downloads/17750-Texto%20do%20artigo-74745-1-10-20180814.pdf 13.2 OLIVEIRA, Mara Regina de. Direito e Cinema. Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito, Edição 1, Abril de 2017. Disponível em https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/89/edicao-1/direito-e-cinema. KAMIR, Orit. Por que ‘Direito e Cinema’ e o que isso realmente significa? Uma Perspectiva. Continuum, 19:2, 255-278 (2005), DOI: 10.1080/10304310500084558. Tradução e publicação autorizadas por Taylor & Francis Ltd., http://www.tandfonline.com</p>	

DISCIPLINA OPTATIVA

CH	CR	DISCIPLINA OPTATIVA
40	2	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Curso: Direito	Núcleo Temático: Optativa - FORMAÇÃO GERAL
Nome do Componente Curricular: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	Código do Componente Curricular:
Carga Horaria: 40 horas aulas	Aula Teórica: 40 hs Aula Prática: 0 hs
Ementa: Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audio-visuais; Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.	
Bibliografia básica: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de libras : em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 95 p. HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua Brasileira de sinais : desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. 335 p. FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática língua de sinais . Rio de Janeiro (RJ): Tempo Brasileiro, 2010. 273 p.	
Bibliografia complementar: ALMEIDA, E. C. de; DUARTE, P. M. Atividades ilustradas em sinais da libras . Rio de Janeiro (RJ): Revinter, 2004. 241 p. ISBN 8573098066. MOURA, L. A. da C. (Orientadora); VIEIRA, A. G. Curso de LIBRAS: língua brasileira de sinais- nível I . QUADROS, Ronice Müller de. O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa : Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília (DF): MEC, SEESP, 2004. 94 p. GESSER, Audrei. Libras : que língua é essa: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo (SP): Parábola, 2009.	

14 APÊNDICE 3

14.1 CORPO DOCENTE

(Observação: planilha encaminhada ao MEC em 2023/1)

PLANILHA DOCENTE INSTITUCIONAL

MAT	Nome Completo	CPF	E-Mail	Perfil	Titulação Máxima	Regime de Trabalho	Vínculo Empregatício
3689	ANDRE PEREIRA REINERT TOKARSKI	992.762.671-15	tokarski.andre@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	INTEGRAL	CLT
2268	ANDRE RAMOS TAVARES	194.766.888-90	andre.tavares@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3096	BRUNO CESAR LORENCINI	221.158.738-07	bruno.lorencini@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3712	DANIELA BUCCI OKUMURA	256.673.618-92	daniela.okumura@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
2625	DIOGENES FARIA DE CARVALHO	828.655.661-53	diogenes.carvalho@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3190	EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA AL	056.529.488-17	eduardo.alvim@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3043	EVERALDO AUGUSTO CAMBLER	042.962.558-86	everaldo.cambler@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3494	EVERTON LUIZ ZANELLA	253.916.208-80	everton.zanella@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3732	FELIPE NICOLAU PIMENTEL ALAMINO	336.523.308-38	felipe.alamino@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	HORISTA	CLT
3060	FRANCISCO PEDRO JUCA	033.352.912-04	francisco.pedro@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3731	GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILV	151.157.778-94	guilherme.silva@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3057	HENRIQUE GARBELLINI CARNIO	310.095.138-77	henrique.garbellini@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	INTEGRAL	CLT
3075	JOAQUIM EDUARDO PEREIRA	093.142.546-82	joaquim.pereira@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3089	JULIO CESAR DE OLIVEIRA VELLOZO	214.248.868-48	julio.vellozo@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	INTEGRAL	CLT
3059	LAURO ISHIKAWA	166.571.558-83	lauro.ishikawa@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	INTEGRAL	CLT
3495	LUIZ GUILHERME DA COSTA WAGNER	165.158.288-29	luiz.wagner@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
10000	LUIZ REGIS DO PRADO	238.559.759-49	luiz.prado@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3319	MAITE CECILIA FABBRI MORO	018.684.159-02	maite.moro@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3496	MARINA FARACO LACERDA GAMA	219.319.608-79	marina.faraco@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	INTEGRAL	CLT
3720	OSCAR SILVESTRE FILHO	328.613.938-66	oscar.filho@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	HORISTA	CLT
3492	RAFAEL CAMPOS SOARES DA FONSECA	020.993.371-28	rafael.fonseca@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3056	RENATO GUGLIANO HERANI	256.786.978-62	renato.herani@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	INTEGRAL	CLT
3061	RENNAN FARIA KRUGER THAMAY	333.308.228-48	rennan.kruger@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3049	RICARDO DOS SANTOS CASTILHO	175.281.028-73	ricardo.castilho@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	HORISTA	CLT
3318	RICARDO PEREIRA DE FREITAS GUIM	023.480.468-81	ricardo.guimaraes@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3358	TALITA PIMENTA FELIX	218.625.478-66	talita.felix@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	HORISTA	CLT
2267	TULIO AUGUSTO TAYANO AFONSO	247.133.888-74	tulio.afonso@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT
3173	VICTOR HENRIQUE GRAMPA	389.482.418-26	victor.grampa@unialfa.com.br	Docente	MESTRE	PARCIAL	CLT
3709	WALESKA MIGUEL BATISTA	413.524.738-52	waleska.guimaraes@unialfa.com.br	Docente	DOUTOR	PARCIAL	CLT